

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DE COLONO A EMPREENDEDOR DO  
AGRONEGÓCIO: A TRANSFORMAÇÃO DO  
AGRICULTOR FAMILIAR EM SOJICULTOR NO  
DISTRITO DE SANTA FLORA - SANTA MARIA/RS.**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Leandro Jesus Maciel de Menezes**

**SANTA MARIA, RS, BRASIL  
2015**

**DE COLONO A EMPREENDEDOR DO AGRONEGÓCIO: A  
TRANSFORMAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR EM  
SOJICULTOR NO DISTRITO DE SANTA FLORA - SANTA  
MARIA/RS.**

**Leandro Jesus Maciel de Menezes**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de **Mestre em Geografia**.

**Orientador: Prof. Dr. Cesar de David**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Maciel de Menezes, Leandro Jesus  
DE COLONO A EMPREENDEDOR DO AGRONEGÓCIO: A  
TRANSFORMAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR EM SOJICULTOR NO  
DISTRITO DE SANTA FLORA - SANTA MARIA/RS. / Leandro  
Jesus Maciel de Menezes.-2015.  
165 p.; 30cm

Orientador: Cesar De David  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2015

1. Sojicultura 2. Produtor de Soja 3. Distrito de  
Santa Flora I. De David, Cesar II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Naturais e Exatas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

A comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova Dissertação de Mestrado

**DE COLONO A EMPREENDEDOR DO AGRONEGÓCIO: A  
TRANSFORMAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR EM SOJICULTOR  
NO DISTRITO DE SANTA FLORA - SANTA MARIA/RS.**

**Elaborada por  
Leandro Jesus Maciel de Menezes**

**Como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Geografia**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Cesar De David (UFSM)  
(Presidente/Orientador)**

---

**Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

---

**Rosa Maria Vieira Medeiros, Dr<sup>a</sup>. (UFRGS)**

**Santa Maria, 05 de março de 2015.**

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e pelas oportunidades que nela me oferece.

A minha família pelo apoio incondicional em todos os aspectos e em especial a Eva Menezes minha mãe, a qual não consegue ler este trabalho, porém, reconhece a sua importância em minha vida.

Ao Prof. Dr. Cesar de David, por acreditar em meu potencial, pela orientação neste trabalho e, principalmente pela paciência, compreensão, respeito, confiança e amizade durante os anos de convivência.

Aos professores Eduardo Schiavone Cardoso (Dr. Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria) e Carmen Rejane Flores Wizniewsky (Dra. Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Maria) pelas contribuições na banca de qualificação do projeto de dissertação

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências da UFSM.

A Professora Rosa Maria Vieira Medeiros e a professora Carmen Rejane Flores Wizniewsky por atender o convite de participar desta banca, abrindo assim a possibilidade de questionamentos e contribuições;

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

A Fátima Liliane Fernandes Bonilla, secretária do PPGGeo, por sempre estar a disposição para responder minhas dúvidas, e também, pelas conversas informais nos corredores;

À Luana Colvara e André de Oliveira pelo atendimento e serviço de qualidade.

Ao Grupo de Pesquisa em Educação e Território, pelas profícuas discussões para além das salas de aula e aos demais acadêmicos membros desse grupo pela convivência.

Aos produtores de soja do distrito de Santa Flora que me receberam em seus lares, disponibilizaram-se a colaborar assiduamente e principalmente por confiarem-me suas histórias de vida.

A minha namorada Aline Rorato pelo apoio, carinho e compreensão.

Aos amigos João Zanon, Jéssica Beltran, Lucas Palmeira, Gabriela Dambrós, Felipe Espindola, Cleiton Froelich, Eduardo Albuquerque, pelas contribuições para minha formação e pelo respeito e admiração que nutrimos reciprocamente.

## **RESUMO**

**Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Universidade Federal de Santa Maria**

### **DE COLONO A EMPREENDEDOR DO AGRONEGÓCIO: A TRANSFORMAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR EM SOJICULTOR NO DISTRITO DE SANTA FLORA - SANTA MARIA/RS.**

**AUTOR: LEANDRO JESUS MACIEL DE MENEZES**

**ORIENTADOR: CESAR DE DAVID**

**Data e local de defesa: Santa Maria, 05 de Março de 2015.**

Ao longo das últimas décadas, a sojicultura tornou-se a principal atividade da agropecuária brasileira, principalmente em termos econômico-comerciais. Nos dias atuais, o desenvolvimento desta atividade tornou-se um fenômeno corrente em distintas partes do campo brasileiro. E em meio ao seu desenvolvimento há uma multiplicidade de sojicultores construindo, de diferentes formas e sob condições diversas, uma territorialidade. Este trabalho tem-se como objetivo central compreender o processo de transformação do agricultor familiar em sojicultor no distrito de Santa Flora – Santa Maria/RS. Mais especificamente, tem-se como objetivo: a) descrever os arranjos produtivos reconhecendo as transformações em suas dinâmicas; b) resgatar os antecedentes histórico-geográficos que explicam a construção desta territorialidade, em diferentes escalas; c) apreender as relações que se estabelecem na interação com a natureza e entre os sujeitos territoriais direta e indiretamente envolvidos na sojicultura. Como método de pesquisa adotou-se o método regressivo-progressivo por compreender que com sua fase de descrição fenomenológica e seu duplo movimento de regressão depois de progressão pode-se desvelar a realidade social. Buscando alcançar os objetivos traçados adotou-se uma metodologia com base em instrumentos teórico-metodológicos que compõem a pesquisa qualitativa, quais sejam: revisão bibliográfica, levantamento de dados em fontes secundárias, trabalho de campo, observação do objeto de estudo, diário de campo e entrevistas semiestruturadas. E por meio desses instrumentos ressalta-se de que forma e a partir de quais relações este sojicultor tornou-se um empreendedor do agronegócio.

**Palavras-Chave:** Sojicultura – Territorialidade – Sojicultor – Santa Flora.

## RESUMEN

**Tesis de Maestría, Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad  
Federal de Santa María**

**DE COLONO A EMPRENDEDOR DEL AGRONEGOCIO: LA TRANSFORMACIÓN  
DEL AGRICULTOR FAMILIAR A PRODUCTOR DE SOJA, EN EL DISTRITO DE  
SANTA FLORA - SANTA MARIA / RS.**

**AUTOR: LEANDRO JESUS MACIEL DE MENEZES**

**ORIENTADOR: CESAR DE DAVID**

Fecha y lugar de sustentación: Santa María, 5 de marzo de 2015.

En las últimas décadas, la producción de soja se ha convertido en la actividad principal de la agricultura brasileña, sobre todo en términos económicos y comerciales. Actualmente, el desarrollo de esta actividad se ha convertido en un fenómeno corriente en diferentes partes del campo brasileiro. En medio de su desarrollo hay una multiplicidad de productores de soja construyendo de diferentes maneras y sobre diversas condiciones, una territorialidad. Este trabajo tiene como objetivo central comprender el proceso de transformación del agricultor familiar en productor de soja en el distrito de Santa Flora - Santa Maria / RS. Más específicamente, tiene como objetivos: a) Describir los sistemas productivos, reconociendo las transformaciones en su dinámica; b) rescatar el contexto histórico y geográfico que explica la construcción de esta territorialidad en diferentes escalas; c) aprender las relaciones que se establecen en la interacción con la naturaleza y entre los sujetos territoriales directa e indirectamente involucrados en la producción de soja. Como método de investigación se adoptó el método regresivo progresivo para comprender que con su fase de descripción fenomenológica y el doble movimiento de regresión después de progresión, puede revelar la realidad social. Buscando alcanzar los objetivos trazados se adoptó una metodología basada en los instrumentos teóricos y metodológicos que componen la investigación cualitativa, a saber: revisión bibliográfica, levantamiento de datos en fuentes secundarias, trabajo de campo, observación del objeto de estudio, diario de campo y entrevistas semi-estructuradas. A través de estos instrumentos se destaca la forma y a partir de que relaciones el productor de soja se convierte en un emprendedor del agro-negocio.

**Palabras clave:** Producción de soja -Territorialidad - productores de soja - Santa Flora.

## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização do distrito de Santa Flora, Santa Maria/RS.....	13
Figura 2: Mapa de declividade do distrito de Santa Flora, Santa Maria/RS. ....	18
Figura 3: Igreja Santa Flora localizada no distrito de Santa Flora.....	21
Figura 4: Agroindústria Marzari Alimentos localizada no distrito de Santa Flora.. .....	23
Figura 5: Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Flora.. .....	26
Figura 6: Lavoura de soja em pequena propriedade do distrito de Santa Flora. ....	30
Figura 7: Horta em uma pequena propriedade do distrito de Santa Flora.....	30
Figura 8: Lavoura de soja em grandes propriedades do distrito de Santa Flora.. .....	31
Figura 9: Máquinas agrícolas e estrutura utilizada em Santa Flora.....	33
Figura 10: Mapa do sistema viário e urbano do distrito de Santa Flora.....	33
Figura 11: Síntese do processo de emissão e circulação da CPR.. .....	68
Figura 12: Linha de crédito para a aquisição da CPR.....	69
Figura 13: Colonos em uma lavoura de arroz no distrito de Santa Flora no final da década de 1970.....	104
Figura 14: Lavoura de soja no distrito de Santa Flora na década de 1980 .....	105
Figura 15: Colheitadeiras em lavouras de arroz em Santa Flora. ....	106
Figura 16: Colheitadeiras em lavouras de arroz e soja no distrito de Santa Flora.. .....	107
Figura 17: Produtor de soja lavrando em uma propriedade rural no distrito de Santa Flora.....	108
Figura 18: Máquina de plantio direto em propriedade rural no distrito de Santa Flora... .....	110
Figura 19: Reunião de produtores e representante da Emater no distrito de Santa Flora.....	111
Figura 20: Moradia provisória dos produtores de soja arrendatários do distrito de Santa flora .....	112
Figura 21: Dia de Campo em uma propriedade no município de Dilermando de Aguiar.....	113



<b>Figura 22: Dia de campo em uma propriedade do distrito de Santa Flora.....</b>	<b>114</b>
<b>Figura 23: Representação de estabelecimentos arrendados em uma propriedade em Santa Flora.....</b>	<b>118</b>
<b>Figura 24: Mapa de localização dos estabelecimentos de um mesmo produtor no distrito de Santa Flora .</b>	<b>119</b>
<b>Figura 25: Produtores de soja deslocando-se com máquinas agrícolas no distrito de Santa Flora.</b>	<b>121</b>
<b>Figura 26: Localização das empresas com as quais os produtores de soja do distrito de Santa Flora estabelecem relações comerciais.</b>	<b>123</b>
<b>Figura 27: Crianças no distrito de Santa Flora em meio às lavouras de soja..</b>	<b>128</b>
<b>Figura 28: X Festa da Soja no distrito de Santa Flora no ano de 2014.....</b>	<b>129</b>
<b>Figura 29: Residência de um dos sojicultores do distrito de Santa Flora.....</b>	<b>132</b>
<b>Figura 30: Municípios de onde migram os produtores de soja do distrito de Santa Flora, Santa Maria/RS.....</b>	<b>135</b>
<b>Figura 31: Representação do deslocamento dos estabelecimentos controlados pelo produtor “x” até os pontos de entrega da produção de soja no distrito de Santa Flora/Santa Maria - RS</b>	<b>139</b>
<b>Figura 32: Representação do deslocamento dos estabelecimentos controlados pelo produtor “x” até os pontos de entrega da produção de soja no distrito de Santa Flora/Santa Maria - RS.....</b>	<b>141</b>
<b>Figura 33: Representação das distâncias das lavouras até os pontos de entrega da produção de soja no distrito de Santa Flora/Santa Maria - RS. ....</b>	<b>142</b>
<b>Figura 34: Representação do deslocamento dos estabelecimentos controlados pelo produtor “x” até os pontos de entrega da produção de soja no município de São Sepé -RS.....</b>	<b>143</b>
<b>Figura 35: Deslocamento de um produtor do distrito de Santa Flora-Santa Maria/RS.....</b>	<b>144</b>
<b>Figura 36: Representação de estabelecimento arrendado com Pivot para a produção de soja no distrito de Santa Flora, Santa Maria/RS. ....</b>	<b>147</b>

## LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População do distrito de Santa Flora de 1991 a 2010 .....	24
Gráfico 2: Área cultivada e produção da soja no Rio Grande do Sul, Região Sul e no Brasil em 1970.....	52
Gráfico 3: Número de estabelecimentos, quantidade produzida e área cultivada por estabelecimentos em 1975... ..	54
Gráfico 4: Evolução do volume do crédito rural no Brasil de 1969 a 1990 em milhões de R\$. ..	57
Gráfico 5: Evolução da área colhida da soja em milhares de hectares de 1970 a 1990 nas regiões brasileiras e no Brasil... ..	58
Gráfico 6: Evolução da produção da soja em milhares de toneladas de 1970 a 1990 nas regiões brasileiras e no Brasil. ....	59
Gráfico 7: Número de estabelecimentos, quantidade produzida e área cultivada por extrato de área em 1985 .....	60
Gráfico 8: Quantidade de CPRs avalizadas pelo Banco do Brasil S.A. entre 1994 e 2001.. ..	69
Gráfico 9: Total de CPRs Físicas e de CPRs Físicas do produto soja avalizadas pelo Banco do Brasil S.A. entre 1994 e 2001. ....	70
Gráfico 10: Volume total de recursos captados pela CPR Física e de CPR Física do produto soja avalizadas pelo Banco do Brasil S.A. entre 1994 e 1999.. ..	71
Gráfico 11: Participação do grupo Bunge e grupo Cargil no mercado de fertilizantes dos anos de 2002 a 2007.....	80
Gráfico 12: Evolução do percentual na exportação brasileira por fator agregado 1995 a 2010. ....	84
Gráfico 13: Evolução do volume de crédito rural de 1990 a 2012 no Brasil.....	88
Gráfico 14: Distribuição de recursos para custeio agrícola por produto. ....	90
Gráfico 15: Evolução do volume de recursos das CPRs da safra de 2002/2003 a de 2013/2014.....	91
Gráfico 16: Evolução do número de extratos por área no Brasil de 1975 a 2006... ..	92
Gráfico 17: Área cultivada de soja em diferentes extratos por área no Brasil de 1975 a 2006. ....	93

<b>Gráfico 18: Distribuição da produção da soja por extratos de área no Brasil.....</b>	<b>94</b>
<b>Gráfico 19: Evolução do valor da saca de soja de 2006 a 2014.. ..</b>	<b>96</b>
<b>Gráfico 20: Evolução da área colhida de soja nas regiões brasileiras e no Brasil de 1995 a 2014... ..</b>	<b>97</b>
<b>Gráfico 21: Evolução da produção de soja nas regiões brasileiras e no Brasil de 1995 a 2014... ..</b>	<b>98</b>
<b>Gráfico 22: Percentual de participação do complexo da soja nas exportações brasileiras .. ..</b>	<b>99</b>
<b>Gráfico 23: Produção de soja em área própria e arrendada em Santa Flora....</b>	<b>116</b>

## LISTAS DE TABELAS

<b>Tabelas 1: População absoluta e densidade demográfica segundo a divisão distrital do município de Santa Maria, RS, 2010.</b> .....	<b>25</b>
<b>Tabelas 2: Produtores inseridos em programas de fortalecimento da agricultura familiar no distrito</b> .....	<b>28</b>
<b>Tabelas 3: Participação das dez maiores empresas no esmagamento da soja no Brasil entre 1995 e 2005 ...</b> .....	<b>78</b>
<b>Tabelas 4: Evolução do saldo da balança comercial brasileira de 1995 a 2014..</b> .....	<b>86</b>
<b>Tabelas 5: Número de estabelecimentos, área dos estabelecimentos e distancias entre os estabelecimentos controlados pelo sojicultor. ....</b>	<b>138</b>
<b>Tabelas 6: Número de hectares arrendadas e numero de sacas de soja por área</b> .....	<b>148</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1- O ESPAÇO-TEMPO DE CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE DOS SOJICULTORES NO/DO DISTRITO DE SANTA FLORA.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1 A complexidade horizontal no/do distrito de Santa Flora.....</b>	<b>17</b>
<b>CAPITULO 2 – TERRITORIALIDADE E OS CONTEXTOS DE INCENTIVO A SUA CONSTRUÇÃO EM MEIO AO DESENVOLVIMENTO DA SOJICULTURA .....</b>	<b>36</b>
<b>2.1 Territorialidade: de conceito anômalo a paradigma da geografia.....</b>	<b>36</b>
<b>2.2. A atuação do Estado, a modernização da agricultura e a emergência dos protagonistas da produção rural.....</b>	<b>43</b>
<b>2.3 A internacionalização do agronegócio: a concentração de poder e o poder de concentrar em meio à atividade sojicultora. ....</b>	<b>73</b>
<b>2.4- O Estado e a busca por uma inserção peculiar: a conformação de um singular contexto de incentivo em meio à sojicultura.....</b>	<b>83</b>
<b>CAPITULO 3 - A TERRITORIALIDADE DO COLONO EM MEIO A SOJICULTORA NO DISTRITO DE SANTA FLORA: SEUS RITMOS E SUAS IMPLICAÇÕES.....</b>	<b>101</b>
<b>3.1 A gênese da territorialidade do colono em meio à sojicultura no distrito de Santa Flora.....</b>	<b>101</b>
<b>3.2- O dinamismo da territorialidade do sojicultor em meio ao desenvolvimento da sojicultura. ....</b>	<b>115</b>
<b>3.2- O emergir das ambiguidades na construção da territorialidade do sojicultor do distrito de Santa Flora: sujeição e mobilidade espacial em meio à sojicultura.....</b>	<b>132</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>150</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>155</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro da entrevista realizada com os sojicultores do distrito de Santa Flora.....</b>	<b>161</b>

## INTRODUÇÃO

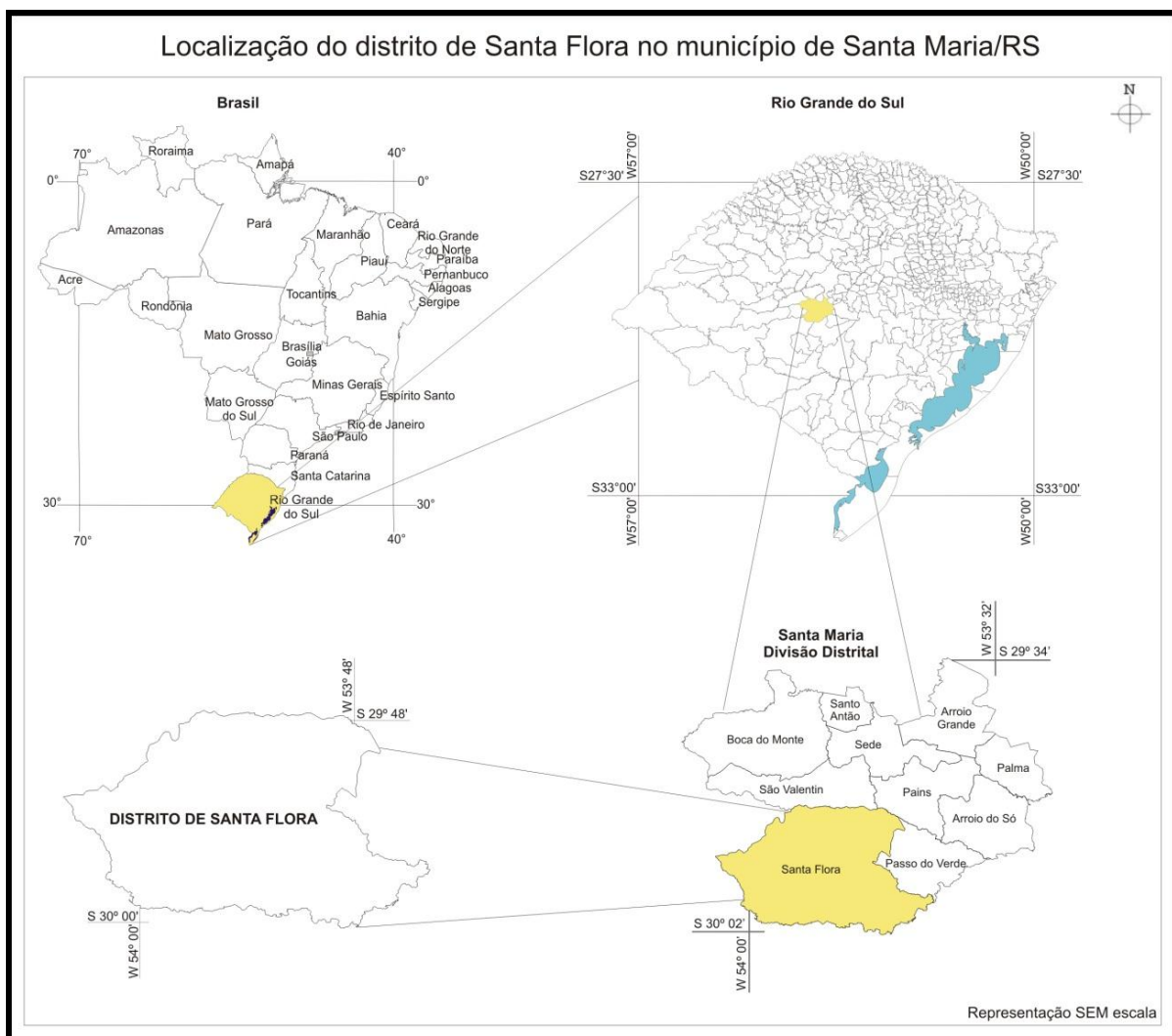
Ao longo das últimas décadas, o desenvolvimento da sojicultura expandiu-se de forma tão vertiginosa que sua ocorrência deixou de ser restrita a determinadas regiões do país, para se tornar um fenômeno corrente em distintas partes do campo brasileiro.

O dinamismo com que tal atividade tem se desenvolvido em distintas partes do campo brasileiro, a fez tornar-se a principal atividade da agropecuária, tanto em termos territoriais (área plantada) como em relação a questões econômicas (valor das exportações) e sociais (WEZ JUNIOR, 2014).

Todo esse dinamismo apresentado pela sojicultura se dá em virtude de haver, no momento atual, um contexto de incentivo ao seu desenvolvimento. Esse contexto de incentivo tem-se conformado diante da atuação do Estado, principalmente por intermédio de políticas públicas, como a de crédito rural e de preços, e da atuação do setor privado no financiamento da produção rural. E, ainda, diante de um movimento de expansão da demanda no mercado de *commodities*, pautado em preços com forte ascensão.

Atualmente, para o desenvolvimento da sojicultura há financiamento disponibilizado tanto pelo setor público quanto pelo setor privado. O primeiro interessado em incentivar a produção de uma das principais *commodities* exportadas e o segundo interessado em dar continuidade à movimentação que o desenvolvimento desta atividade, pela utilização de insumos modernos que se articulam na produção e pelo fornecimento da matéria prima soja, dá ao setor a montante e a jusante da agricultura.

Com isso, em meio ao desenvolvimento desta atividade, a construção da territorialidade de múltiplos sojicultores tem sido substantivada por esse contexto de incentivo. No distrito de Santa Flora, localizado no município de Santa Maria – RS (Figura 1), colonos de origem italiana constroem sua territorialidade em meio à sojicultura, desde o final da década de 1960.



**Figura 1:** Mapa de localização do distrito de Santa Flora, Santa Maria, RS.  
**Org.:** MENEZES, L.J.M.

Esses colonos começaram essa territorialidade introduzindo a soja, de forma bastante tímida, em meio à policultura que predominava em seus arranjos produtivos. Contudo, nos últimos anos, este colono têm estabelecido relações com grandes proprietários de terras com o objetivo de expandirem suas lavouras por meio do arrendamento de terras. Também, tem estabelecido relações com empresas do agronegócio, com bancos e cooperativas em busca de financiamento para desenvolver a sojicultura.

Como fruto deste conjunto de relações estabelecidas há o desencadeamento de transformações significativas que, de certa forma, podem ser “lidas” na paisagem, na intensa reorganização do território e na própria dinâmica social. E a dimensão dessas transformações é de tamanha amplitude que fez emergir a problemática

dessa pesquisa, que é norteada pelo seguinte questionamento: de que forma e a partir de quais relações o colono policultor, descendente de antigos imigrantes italianos, constrói sua territorialidade para tornar-se, na contemporaneidade, um sojicultor, empreendedor do agronegócio, em Santa Flora, distrito de Santa Maria/RS?

Buscando responder a essa problemática objetivou-se, centralmente, compreender o processo de transformação do agricultor familiar em sojicultor no distrito de Santa Flora – Santa Maria/RS. Mais especificamente, objetivou-se: a) descrever os arranjos produtivos reconhecendo as transformações em suas dinâmicas; b) resgatar os antecedentes histórico-geográficos que explicam a construção desta territorialidade, em diferentes escalas; c) apreender as relações que se estabelecem na interação com a natureza e entre os sujeitos territoriais direta e indiretamente envolvidos na sojicultura.

Como horizonte teórico-metodológico buscou-se trabalhar sob a premissa de que a realidade social deve ser compreendida a partir de dupla complexidade, a complexidade horizontal e a complexidade vertical. A primeira complexidade é dada pela vida atual do grupo humano em suas relações com o lugar, intermédio das técnicas e da estrutura social. Já a segunda complexidade pode também ser chamada de complexidade histórica, ou seja, a influência dos fatos passados na existência atual.

Para compreender a realidade social a partir dessa dupla complexidade, que no entendimento de Lefebvre (1986) se entrecruzam, se recortam e agem uma sobre a outra, buscou-se superar os diferentes momentos do método regressivo – progressivo de investigação.

O método regressivo-progressivo prevê três momentos de investigação: a) o descritivo, em que se reconhece a complexidade horizontal a partir de um olhar teoricamente informado que identifica e descreve o que vê; b) o analítico-regressivo, que é o momento em que a realidade descrita é analisada e decomposta e faz-se um esforço para datá-la exatamente; c) o histórico-genético, quando se reencontra o presente já descrito, retomando as transformações que as estruturas sociais apresentam, levando em conta a interação entre as estruturas sociais e apontando as contradições emergentes.

Para alcançar esses três momentos e construir o trabalho na sua totalidade adotou-se uma metodologia com base em instrumentos teórico-metodológicos que



compõem a pesquisa qualitativa, quais sejam: revisão bibliográfica, levantamento de dados em fontes secundárias, trabalho de campo, observação do objeto de estudo, diário de campo e entrevistas direcionadas aos sujeitos envolvidos na temática.

No que se refere às entrevistas, optou-se pelas entrevistas semiestruturadas, uma vez que esse tipo de entrevista permite constituir uma interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas), em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea (MATOS & PESSOA, 2009).

No total foram realizadas vinte e cinco entrevistas com os sojicultores, muitos deles, considerados como precursores no desenvolvimento da sojicultura no distrito. Outras cinco entrevistas foram realizadas com antigos moradores do distrito. E uma entrevista foi realizada com um pecuarista, proprietário de terras no distrito.

No que diz respeito à estrutura do trabalho, esse foi organizado em três capítulos, além da introdução, das considerações finais e das referências.

O primeiro capítulo apresenta o espaço-tempo de construção da territorialidade do produtor de soja: o distrito de Santa Flora. Neste capítulo, fazem-se apontamentos sobre as características naturais e sobre o processo de ocupação do distrito, principalmente a partir da chegada dos colonos de origem italiana que migraram para Santa Flora. Também são tecidas considerações sobre a população do distrito, sobre as atividades agrícolas desenvolvidas e os arranjos produtivos com o cultivo da soja.

No segundo capítulo realiza-se uma discussão sobre um dos conceitos basilares da ciência geográfica: o conceito de territorialidade. Essa discussão, recorrente em muitos estudos e negligenciada em outros tantos, tem o objetivo de esclarecer os sentidos de sua aplicação ao contexto produtivo do distrito de Santa Flora. Ademais, este capítulo também apresenta uma discussão referente à conformação de contextos que incentivaram/incentivam uma diversidade de agricultores de segmentos distintos a construir e vivenciar uma territorialidade em meio ao desenvolvimento da sojicultura. Compreender a conformação do(s) contexto(s) de incentivo é o que permite, na sojicultura, apreender o movimento em seu conjunto.

No terceiro capítulo aborda-se a construção da territorialidade do produtor de soja em meio ao desenvolvimento da sojicultura. Em um primeiro momento enfatiza-se a gênese dessa territorialidade. Posteriormente, ressalta-se o dinamismo dessa

territorialidade no momento atual. E por fim, salienta-se o emergir das ambiguidades em meio à construção da territorialidade do sojicultor, que conseqüentemente produz um processo de sujeição do sojicultor e de mobilidade espacial em meio ao desenvolvimento da sojicultura.

# **CAPÍTULO 1- O ESPAÇO-TEMPO DE CONSTRUÇÃO DA TERRITORIALIDADE DOS SOJICULTORES NO/DO DISTRITO DE SANTA FLORA.**

## **1.1 A complexidade horizontal no/do distrito de Santa Flora**

O distrito de Santa Flora é um território que integra outros territórios, onde a sojicultura tem se expandido de forma extremamente dinâmica. Nele, a produção da soja tornou-se o destaque dentre as demais atividades agrícolas e, com o dinamismo de seu movimento de expansão, também já ocupa lugar de destaque no âmbito das atividades agropecuárias.

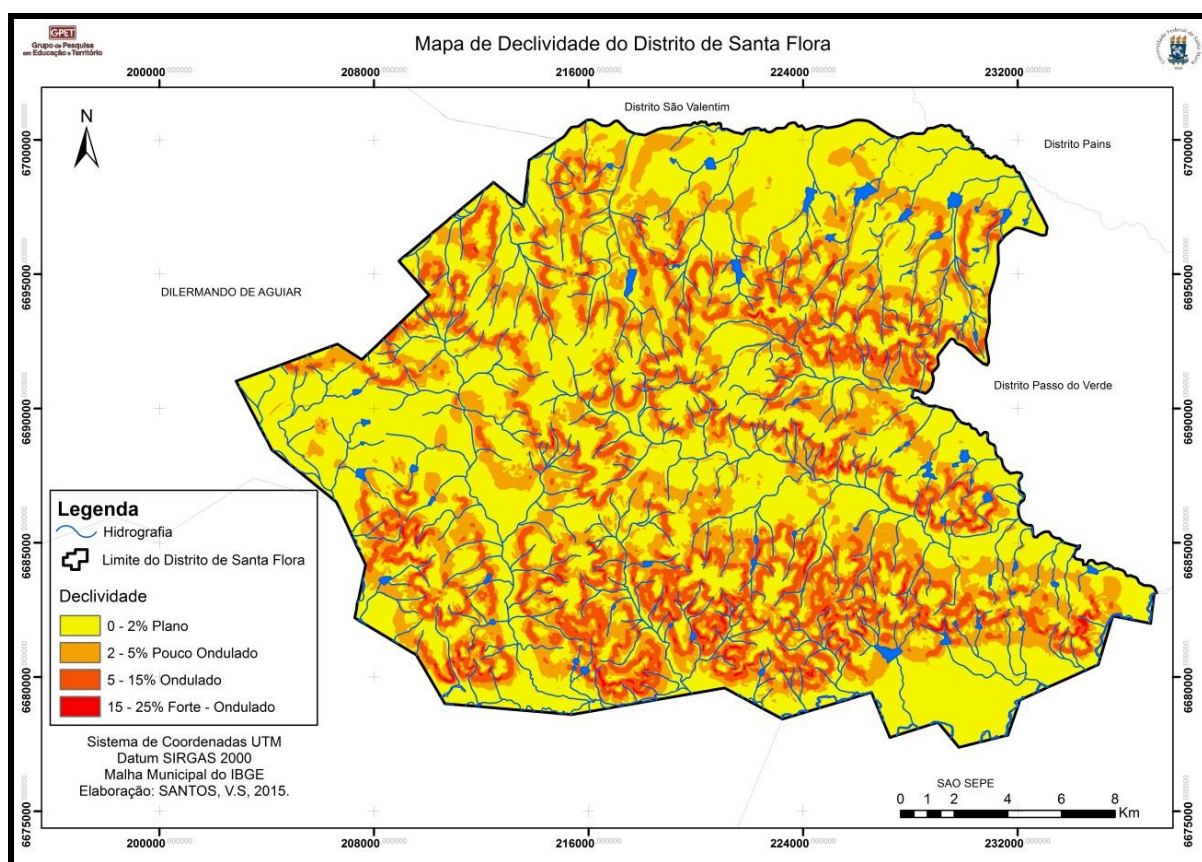
Historicamente, a pecuária destacou-se como a atividade predominante e principal geradora de renda do distrito. E a orizicultura, até meados deste século, ocupou nesses termos o segundo lugar. Já a policultura, apesar de não alcançar a expressividade das anteriores, teve essa representatividade para a maior parte da população que, além de fonte de renda, também a utilizava como a base da alimentação.

Esse cenário, que está sendo transformado pela expansão da sojicultura, de certo modo, está intrinsecamente relacionado às características naturais do distrito e, sobretudo, ao processo de sua ocupação.

O distrito de Santa Flora, que se localiza na província geomorfológica da Depressão Central e no Escudo Sul-rio-grandense, apresenta um relevo caracterizado pela presença de coxilhas e de planície aluviais que tem sedimentos oriundos do Planalto Sul-rio-grandense. As formações do relevo têm cotas altimétricas inferiores a formação do Rebordo do Planalto, caracterizando-se por um relevo suavemente ondulado (PEREIRA, 2008). A figura 2 demonstra essa característica do distrito de Santa Flora.

Ademais, o distrito está inserido na bacia Atlântica em que se encontra a região hidrográfica do Guaíba que é constituída de nove bacias hidrográficas (SEMA, 2005). Dentre as bacias hidrográficas que se inserem na malha hídrica do distrito tem-se a do Vacacaí, Vacacaí-Mirim e do Alto-Jacuí (SEMA, 2005).

Nesse distrito, a configuração topográfica é constituída por planícies e suaves colinas, drenadas por cursos de água pertencentes à bacia hidrográfica do rio vacacaí que faz parte da bacia do rio Jacuí. No distrito há diversos cursos de água que drenam o distrito e dentre eles estão: o rio vacacaí, arroio sarandi, arroio do arenal, arroio da lavagem, arroio caranguejo, arroio dos corvos, sanga ramada e sanga laranjeira (SEMA, 2005).



**Figura 2:** Mapa de declividade do distrito de Santa Flora, Santa Maria/RS.  
**Org.:** MENEZES, L. J. M.

No que se refere ao solo podem ser encontrado no distrito as seguintes classes: 1) Planossolos; 2) Alissolos (abrange grandes áreas no distrito); 3) Argissolos (em pequenas áreas); 4) Chernossolos (em pequenas áreas).

Os Planossolos são solos planos, típicos de áreas baixas, onde relevo permite excesso de água permanente ou temporário, sendo que sua limitação ao uso agrícola é a má drenagem que dificulta o manejo por excesso de umidade (PEREIRA, 2008). Estes solos são utilizados para o cultivo arroz e para pastagens

nas áreas de menor altitude e soja nas áreas de melhor drenagem (STRECK et. al., 2002).

Os alissolos que abrangem grande área no distrito são utilizados principalmente para pastagem e cultura de subsistência. São solos mediamente profundos, bem ou mal drenados e ocorrem em relevo suavemente ondulados (STRECK et. al., 2002).

Os Argissolos são profundos a muito profundos e bem drenados. Tem fertilidade baixa sendo necessária a adubação e são utilizados principalmente com pastagem, para o cultivo do arroz, soja, feijão e milho (SEMA; UFSM, 2001).

Os chernossolos possuem ótima fertilidade e estão nas áreas mais fortemente onduladas. Apesar da fertilidade por estarem nessas áreas apresentam limitações ao uso de máquinas agrícolas. Também apresentam limitações ao cultivo por serem solos susceptíveis a erosão (STRECK et. al., 2002).

Quanto à vegetação o distrito apresenta uma vegetação savana, estepe e floresta estacional decidual (PEREIRA, 2008). Os campos que ocupam a maior parte do distrito são caracterizados por espécies rasteiras, tipo pradaria, com predomínio de gramíneas, pequenos núcleos de árvores e mata de galeria (SEMA; UFSM, 2001).

Essas são características naturais de um espaço que já havia sido ocupado no final do século XVIII. Em 1796, as terras que foram desmembradas do distrito de Arroio do Só e de Dilermando de Aguiar<sup>1</sup>, criando em 1961 o distrito de Santa Flora, já faziam parte de antigas sesmarias destinadas a estancieiros de famílias abastadas que povoaram a região<sup>2</sup>. E tais famílias destinaram as extensas áreas de terras apropriadas, em primeiro lugar, ao desenvolvimento da atividade pecuária, que, desde então, predominou enquanto atividade econômica de forma absoluta.

Nas primeiras décadas do século XX, os proprietários de extensas áreas, perceberam que parcelas de suas propriedades com vegetação densa que ficavam ociosas, poderiam destinar-se a outro fim: a venda em formas de lotes. Baseando-se em um projeto de colonização anteriormente desenvolvido pelo governo central para

---

<sup>1</sup> O distrito de Santa Flora foi criado por meio da Lei Municipal nº 940 de 08 de junho de 1961, recebendo o nome de Colônia Vacacaí. Com Lei Municipal de nº 1037 de 27/07/1962, o 9º distrito do município de Santa Maria passa a denominar-se Santa Flora. No período em que o distrito de Santa Flora foi criado Dilermando de Aguiar era um distrito do município de Santa Maria. A emancipação desse distrito ocorreu no ano de 1995, tornando-se, a partir de então, município de Dilermando de Aguiar.

<sup>2</sup> Sobre a ocupação das terras pertencentes ao distrito de Santa Flora ver: SANTOS, I. F. Distritos de Santa Maria. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Secretaria de Educação. Santa Maria, 1984.

assentamento de colonos imigrantes na 4ª Colônia de Imigração Italiana (BOEMO E FARENATI, 2002), estes grandes proprietários, em partes, fragmentaram o espaço denominado como estância, tendo como objetivo a venda de lotes de terras e a conformação de colônias.

Foram desses fragmentos de grandes propriedades pecuaristas, que colonos de origem italiana, diante da possibilidade de conseguir terra de trabalho, apropriaram-se por intermédio da compra. Em síntese, essa apropriação, ocorreu por duas razões:

Uma era que na região (...) havia muita cobertura de mata nativa, que evidentemente não era utilizada para a pecuária, associado a um solo fértil já comprovado pelos nacionais aqui presentes; outra, a principal, é que havia demanda de novas áreas por parte dos imigrantes da 4ª colônia, devido a crescente diminuição da oferta de lotes e o encarecimento dos que ainda restavam a venda. As famílias eram muito numerosas pela necessidade de mão de obra, que era familiar, sendo assim num determinado momento, o lote não comportava mais toda a família daí a necessidade de buscar novas áreas (colônias) para assentarem seus filhos (BOEMO e FARENATI, 2002, p.4).

Como fruto de interesses bastante distintos, com a migração dos colonos e a apropriação de fragmentos do espaço em diferentes estâncias, surgiram inúmeras colônias em distintas partes do distrito. Dentre elas: a Colônia Pinheiro, a Colônia Pedro Carlos, a Colônia Grápia, a Colônia Favorita, a Colônia Pena e a Colônia Vacacaí.

Esta última, foi à primeira colônia<sup>3</sup> a ser criada e, por isso, quando, em 1961, criou-se o distrito convencionou-se chamá-lo por este nome: Colônia Vacacaí. Porém, como no local havia uma igreja, construída numa antiga fazenda em 1937, em louvor a Santa Flora, acaba-se, em 1962, adotando o nome da padroeira do local: Santa Flora. A imagem dessa igreja é ressaltada pela figura 3.

Com as colônias que surgiram fomentou-se em distintas partes do distrito as relações sociais. E neste contexto, a topografia plana, antes caracterizada pelo aspecto monótono da pecuária de corte extensiva, passou a apresentar uma nova paisagem, diante da reorganização do território como um todo e, especificamente,

---

<sup>3</sup> De acordo com Boemo e Farinati (2002) a Colônia Vacacaí foi criada em 1921. Nesta colônia inicialmente foram comercializados 82 lotes de terras contendo em médio entre 20 e 25 hectares de terra.

pela organização dos novos territórios com a chegada dos colonos de origem italiana que migraram para o distrito.

Há, pois, com o surgimento das colônias no distrito, um processo de dinamização dos espaços produtivos agrícolas destinados às culturas<sup>4</sup> (milho, o feijão, a mandioca, a batata, o arroz, fumo, etc.) voltadas à subsistência humana, animal e à comercialização.



**Figura 3:** Igreja Santa Flora localizada no distrito de Santa Flora.  
**Fonte:** Trabalho de campo, 2014.

É importante reiterar que ocorre uma dinamização porque antes da chegada dos descendentes de imigrantes italianos já haviam migrado para o distrito descendentes de imigrantes alemães. Estes últimos, praticamente não permaneceram no local. Também, no distrito, já se encontravam os denominados

---

<sup>4</sup> Muitas das culturas produzidas nas colônias pelo migrante de origem italiana estavam intrinsecamente relacionadas aos seus aspectos culturais. O milho, cultura muito desenvolvida nas colônias, era produzido pelo migrante por que além de com ele tratar os animais, também se fazia a polenta, prato típico da cultura italiana. Não menos importante era sua utilização para fazer o bolo e o pão, muito consumido nas refeições.

por Boemo e Farenati (2002) de nacionais (descendentes de escravos, brancos pobres e mestiços) que desenvolviam atividades ligadas à pecuária controlada por grandes estanceiros e que desenvolviam a policultura. Sobre os denominados nacionais é notória (e poderia dizer intrigante) a pouca referência feita ao papel que estes sujeitos exerceram na história do distrito.

Em meio à dinamização, promovida por grupos familiares de origem italiana, surgiu uma das principais atividades agrícolas do distrito: a orizícola. Essa atividade constituiu-se, ao longo da história do distrito, como a segunda atividade geradora de renda, ficando atrás apenas da pecuária.

Com a abundância de recursos hídricos do distrito, um dos principais fatores que contribui para o desenvolvimento da cultura do arroz, certo número de colonos passou a desenvolvê-la, principalmente nas áreas de várzeas. Desde então, a mecanização dos processos produtivos tornou-se um dos traços característicos dessa atividade. Ademais, recentemente, em diversas áreas que se destinam a produção do arroz, foram introduzidas no seu desenvolvimento as sementes transgênicas, um produto dos avanços das pesquisas biotecnológicas.

Uma possibilidade para se comercializar a produção do arroz no próprio distrito foi criada com a fundação da agroindústria de processamento Marzari Alimentos. A fundação da Marzari Alimentos, por membros da família Marzari, no distrito de Santa Flora, ocorreu no ano 1955. Mas, trata-se, de uma possibilidade, visto que os orizicultores do distrito muitas vezes preferem comercializar a produção com outras empresas, embora Marzari Alimentos, em destaque na figura 4, esteja localizada na área urbana do distrito, próxima dos locais de produção, o que certamente possibilitaria aos produtores de arroz a diminuição dos custos com os transportes.

Embora não absorva totalmente a produção do distrito, mantendo o processamento basicamente com o arroz que provem de outros locais, a importância da Marzari Alimentos para o município de Santa Maria e, sobretudo para o distrito de Santa Flora é ímpar. Ela é uma das 15 maiores empresas do estado no seu setor e está entre as 10 maiores em arrecadação de ICMS do município de Santa Maria.





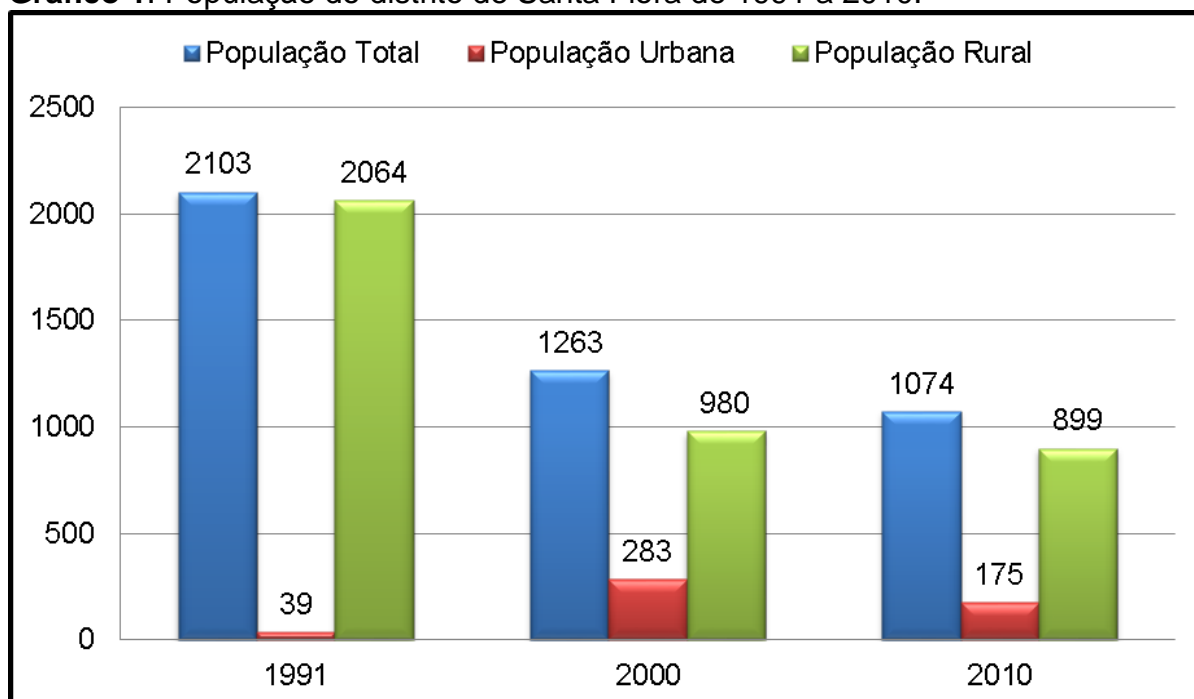
**Figura 4:** Agroindustria Marzari Alimentos em Santa Flora.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2014.

Além disso, a empresa tornou-se responsável pela maior oferta de empregos aos moradores da localidade. Atualmente, a empresa tem aproximadamente 50 empregados permanentes. Desses trabalhadores assalariados ao menos 75% são oriundos do distrito e os outros 25% são naturais de municípios como Dilermando de Aguiar, Formigueiro, São Vicente, São Sepé, entre outros.

A importância da Marzari Alimentos é melhor compreendida no confronto com um processo social que tem assolado o distrito: o êxodo rural. Nas últimas duas décadas, a intensificação desse fenômeno, tem praticamente esvaziado o distrito de Santa Flora. Como se pode observar no gráfico 1, em menos de duas décadas a população total do distrito apresentou uma redução de 2.103 para 1.074 habitantes, o equivalente a 48,93%.

Como é possível observar, a população rural do distrito tem sofrido uma redução considerável em duas décadas, que corresponde em termos percentuais a aproximadamente 56,4%. Em contrapartida, nesse mesmo período, a população urbana do distrito aumentou 3,5 vezes.

**Gráfico 1:** População do distrito de Santa Flora de 1991 a 2010.

**Fonte:** Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).  
**Org.:** MENEZES, L. J. M.

Com esses 1.074 habitantes, que corresponde, em 2010, em termos percentuais 0,41% da população total do município, o distrito de Santa Flora, que é o maior distrito de Santa Maria em extensão territorial com 519 km<sup>2</sup>, também a apresenta a menor densidade demográfica, conforme demonstra a tabela 1, com aproximadamente 2,07 habitantes por km<sup>2</sup>.

No distrito de Santa Flora mantem-se o funcionamento de órgãos e instituições, assim como, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços que dão, minimamente, as condições necessárias para a população a permanecer no distrito.

Dentre os principais estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços estão 2 mercado, 1 posto de gasolina, 2 borracharia, um restaurante. A presença desses estabelecimentos faz com que, muitas vezes, não se torne necessário aos habitantes do distrito deslocarem-se ao distrito Sede para comprar gêneros alimentícios, o combustível que é muito utilizado nas máquinas agrícolas em meio ao desenvolvimento de inúmeras atividades.

**Tabela 1:** População absoluta e densidade demográfica segundo a divisão distrital do município de Santa Maria, RS, 2010.

Distrito	Popul. (hab.)	Área (km <sup>2</sup> )	Densid./Popul. (hab./km)	Popul. Total (%)
1º. Sede	246.465	121	2036,9	94,42
2º. São Valentim	565	129	4,38	0,216
3º. Pains	4.146	143	28,99	2,588
4º. Arroio Grande	2.702	147	18,38	1,035
5º. Arroio do Só	944	155	6,09	0,361
6º. Passo do Verde	531	134	3,96	0,203
7º. Boca do Monte	2.941	289	10,17	1,126
8º Palma	856	88	9,72	0,327
9º Santa Flora	1.074	519	2,07	0,411
10º Santo Antônio	807	74	10,9	0,309
<b>TOTAL</b>	<b>261031</b>	<b>1774</b>	<b>147,14</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Censo demográfico de 2010 (IBGE, 2014).

**Org.:** MENEZES, L. J. M.

Não menos importante do que os estabelecimentos comerciais é a presença no distrito de uma subprefeitura, representando o poder municipal, e, principalmente da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Flora.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Flora merece destaque, pois a sua presença é dentre os citados a mais importante para a população. Esta escola, fundada em 1958, é a única escola remanescente no distrito. Ela funciona como uma escola núcleo recebendo estudantes de todo o distrito. Para tanto, possui um diretor, um vice-diretor, uma orientadora pedagógica, uma educadora especial e quatorze professores.

Na medida em que houve o fechamento de inúmeras escolas no distrito a Escola Santa Flora passou a receber estudantes oriundos de diferentes localidades. A escola adota um sistema em que os dias de aula são integrais alternados para

alunos de séries diferentes, o que permite com que muitos alunos não tendo aula todos os dias possam ajudar nas atividades desenvolvidas pela família, que majoritariamente são atividades agrícolas.

Para a escola deslocam-se 149 alunos com transporte cedido pela prefeitura do município. Estes alunos permanecem na escola durante um turno integral retornando ao seu final às suas localidades. Durante o período que permanecem na escola, além das salas de aula, os alunos tem a sua disposição uma biblioteca, uma brinquedoteca, uma sala de informática. No pátio da escola podem praticar atividades físicas no campo de futebol, na pracinha, na quadra de vôlei e basquete. A figura 5 destaca a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Flora e parte de sua estrutura.



**Figura 5:** Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Flora.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2014.

Esta escola oportuniza para os seus alunos o ensino fundamental completo.

Assim, ao término do ensino fundamental quem pretende continuar os estudos acaba tendo que se deslocar para o distrito Sede do município. Isso exigiu, até o ano de 2013, que os alunos se deslocassem diariamente ou quase que diariamente ou então fossem residir na cidade. A partir de 2014 a prefeitura do município de Santa Maria disponibilizou o transporte para o deslocamento diário dos estudantes do Ensino Médio.

A população do distrito, que está distribuída de forma não uniforme, desenvolve inúmeras atividades agrícolas, que tanto demonstra a diversidade produtiva constituída com a formação das colônias como também a intensificação e expansão de atividades que foram sendo incorporadas ao longo da história do distrito como é o caso da sojicultura.

Em relação às primeiras estas têm sido fomentadas, na medida em que, os sujeitos que as desenvolvem tem se inserido, buscando superar adversidades, em programas municipais que tem como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar. Tais programas são instituídos no âmbito do município de Santa Maria, por meio do que se denomina de Programas Municipais de Desenvolvimento Rural de Santa Maria<sup>5</sup>.

Em Santa Flora, momentaneamente, há cerca de trinta e cinco agricultores que já se inseriram ou estão inserindo-se em programas municipais como os de fruticultura, horticultura, piscicultura, bovinocultura de leite, ovinocultura, avicultura colonial, floricultura, apicultura, de incentivo a agroindústria, de correção do solo, de inseminação artificial, entre outros. Dentre estes agricultores há os que participam de apenas um dos programas, assim como, também há os que participam de até seis dos doze programas de fomento, conforme demonstra a tabela 2.

Algumas das atividades desenvolvidas desde a formação das colônias no distrito têm sido fomentadas por alguns agricultores, não com a sua inserção em programas de fomento, mas, a partir de algumas estratégias construídas no âmbito da comercialização. Muitos dos produtos que delas provem (como a mandioca, a batata, moranga, abobora, etc.) juntamente com produtos não agrícolas (como o pão, a rapadura, a cuca, etc.) têm sido comercializados em feiras e cooperativas,

---

<sup>5</sup>Estes programas têm por finalidade fomentar o desenvolvimento do setor agropecuário, garantindo o aumento da renda do agricultor e proporcionando uma melhor qualidade de vida, atendendo demandas locais, trazendo a mesa do consumidor com mais frescor e qualidade, fazendo que o dinheiro fique no município, gerando mais emprego e renda.



realizadas e localizadas, em distintas partes do espaço urbano do município de Santa Maria.

**Tabela 2:** Produtores inseridos em programas de fortalecimento da agricultura familiar no distrito<sup>6</sup>

PRODUTOR	PRO FRUTA	PRO HORTA	PRO CALC.	PRO LEITE	PRO CRIA	PRO OVINO	PRO FRANGO	PRO MEL	PRO PEIXE	PRO ÁGUAS	TOTAL
Produtor 1		x	x								2
Produtor 2			x		X		x	X	x		6
Produtor 3	x	X	x						x		4
Produtor 4	x	X							x		3
Produtor 5			x	X	X						3
Produtor 6			x					X	x		3
Produtor 7	x	x	x	X	X						5
Produtor 8			x	X	X						3
Produtor 9			x	X	X						3
Produtor 10							x		x		2
Produtor 11				X					x	x	3
Produtor 12				X	X						2
Produtor 13	x							X			2
Produtor 14			x	X	X					x	4
Produtor 15										x	1
Produtor 16										x	1
Produtor 17			x						x	x	3
Produtor 18										x	1
Produtor 19									x		1
Produtor 20									x		1
Produtor 21			x			x					2
Produtor 22			x	X							2
Produtor 23				X			x				2
Produtor 24		x	x								2
Produtor 25	x	x									2
Produtor 26			x	X							3
Produtor 27			x	X						x	3
Produtor 28			x	x	x						3
Produtor 29			x	X							2
Produtor 30			x			x			x		3
Produtor 31			x	X							2
Produtor 32						x			x		2
Produtor 33	x	x	x								3
Produtor 34		x	x				x				3
Produtor 35									x		1
<b>Total</b>											<b>39</b>

Fonte: Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Rural de Santa Maria.

Org.: MENEZES, L. J. M.

<sup>6</sup> Fora os programas citados na tabela 2, ainda, integrando os programas de fomento há os programas Pro Mel e o Pro Agroindústria. Do primeiro não participava nenhum produtor até o mês de agosto de 2014. Já no segundo até esse mesmo período havia apenas um agricultor participando.

Tanto a inserção de agricultores em programas de fomento, assim como, a estratégia de alguns produtores de comercializar seus produtos na cidade vem no sentido de superar adversidades e oportunizar a alguns agricultores a permanência em suas propriedades, produzindo, em primeiro lugar, para a subsistência da família e auferindo renda com a comercialização daquilo que é excedente ou que é produzido justamente para comercializar fora do distrito.

Os arranjos produtivos que servem para tais fins, não raro, são controlados por agricultores com idade avançada, muitos já inclusive aposentados, cujos filhos foram estudar na cidade de Santa Maria e que apesar de terem vontade de voltar ao distrito, de certa forma, distanciam-se pelas profissões que exercem e até mesmo, muitas vezes, por não podê-las exercer em Santa Flora.

A realidade destes arranjos produtivos onde há uma maior diversidade produtiva, principalmente em relação a perspectivas futuras, é bastante diversa da realidade daqueles que desenvolvem atividades agrícolas comerciais como a sojicultura.

O desenvolvimento da sojicultura no distrito de Santa Flora é uma expressão do que, como se verá no capítulo 2, vem ocorrendo em distintas partes do campo brasileiro.

Nas diferentes propriedades<sup>7</sup> onde é encontrada a produção da soja nota-se que a sua intensificação e expansão mudou a sua dinâmica. Nas pequenas propriedades, onde, invariavelmente, produzia-se a policultura, a soja a substituiu tornando-se a cultura hegemônica. Nessas propriedades, como pode ser observado na figura 6, a soja ocupa praticamente todo o espaço destinado a produção.

Em algumas pequenas propriedades, às vezes, desenvolvem-se algumas atividades para as quais não há necessidade de disponibilizar muito tempo, como é o caso da piscicultura. O que se encontra recorrentemente nas pequenas propriedades é uma boa horta de onde se retira verduras, legumes e temperos. A figura 7 destaca uma dessas hortas.

---

<sup>7</sup> Parte-se aqui do pressuposto que o módulo fiscal de Santa Maria é de 22 ha e segue-se a definição conceitual estabelecida pela lei nº. 8.629/93 que determina como pequena propriedade rural aquela entre um e quatro módulos rurais, média propriedade acima de quatro e entre 15 módulos e grande propriedade acima de 15 módulos.





**Figura 6:** Lavoura de soja em pequena propriedade do distrito de Santa Flora.  
**Fonte:** Trabalho de campo 2014.



**Figura 7:** Horta em uma pequena propriedade do distrito de Santa Flora.  
**Fonte:** Trabalho de campo 2014.



Nas médias propriedades, a soja, muitas vezes, é produzida em consorcio com a pecuária. A produção de soja ocupa a área nos meses de verão e o rebanho bovino volta a ocupar essa área durante os meses de inverno. Como a área é quase que completamente tomada pela soja nos meses de verão o proprietário muitas vezes tem de vender o rebanho que engorda no inverno. Assim, praticamente todo o ano o proprietário adquire um novo rebanho e num período de 100 a 120 dias vende-o novamente recebendo o lucro que provem dos ganhos de peso.

Nas grandes propriedades esse consorcio é recorrente. No entanto, a sistemática diferencia-se das médias propriedades porque estas possuem extensas áreas de terras. Assim, sem maiores problemas, o gado é remanejado para parcelas onde não se produzirá soja, voltando a ocupá-lo depois da colheita, mais exatamente, depois que forma-se a pastagem.

Nessas ultimas propriedades o desenvolvimento da sojicultura tem transformado, como é possível identificar na figura 8, as extensas áreas de terras em um “mar” de soja.



**Figura 8:** Lavoura de soja em grandes propriedades do distrito de Santa Flora.

**Fonte:** Trabalho de campo, 2014.

É possível que, no momento atual, em Santa Flora, o desenvolvimento da sojicultura esteja concentrado nas grandes propriedades do distrito. E isso porque é para estas propriedades que tem se expandido a produção da soja e também porque é nelas que esta concentrada a maior parte das terras do distrito. Em 1999, apesar de 185 (67,5%) propriedades classificarem-se como pequenas, 52 (19%) médias e apenas 37(13,5%) grandes propriedades, estas últimas, que representam 13,5% do total ocupam 67,7% da área total abrangida pelas propriedades do distrito, das quais seis propriedades possuem mais de 1000 ha, representando 24,4% da área total (EMATER, 1999).

De um modo geral, independente do tamanho da propriedade onde a sojicultura esteja sendo desenvolvida, tem havido nos arranjos produtivos uma intensa reestruturação tecnológica e biotecnológica. O processo produtivo da sojicultura é mecanizado com tratores, plantadeiras, pulverizadores, colheitadeiras, etc. Além disso, tem sido montada toda uma infraestrutura para proteger as máquinas agrícolas e para estocar insumos modernos que se articulam na produção como sementes, agrotóxicos, adubos, etc.

A figura 9 mostra algumas máquinas agrícolas utilizadas no desenvolvimento da sojicultura e uma estrutura que serve tanto para resguardar as máquinas quanto para estocar os insumos modernos, já mencionados, que se articulam na produção da soja. Em todas as propriedades onde se desenvolve a sojicultura, as sementes são transgênicas. Segundo os produtores, as sementes transgênicas são essenciais para alcançar uma maior produção e com isso obter mais lucratividade.

Atualmente, a soja produzida em Santa Flora pode ser comercializada no próprio distrito. Nele, duas empresas, recentemente instalaram unidades de recebimento de grãos: a Imex Sul Implementos Agrícolas e a Fernandes Implementos Agrícolas. Essa duas unidades, uma localizada na parte urbana do distrito outra praticamente no seu limite administrativo, são o que podemos chamar de novos fixos que passam a incorporar o território com o desenvolvimento da sojicultura. Na figura 10 mostra a localização dessas duas unidades em pontos diferentes do distrito.



Figura 9: Máquinas agrícolas e estrutura utilizada em Santa Flora.

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

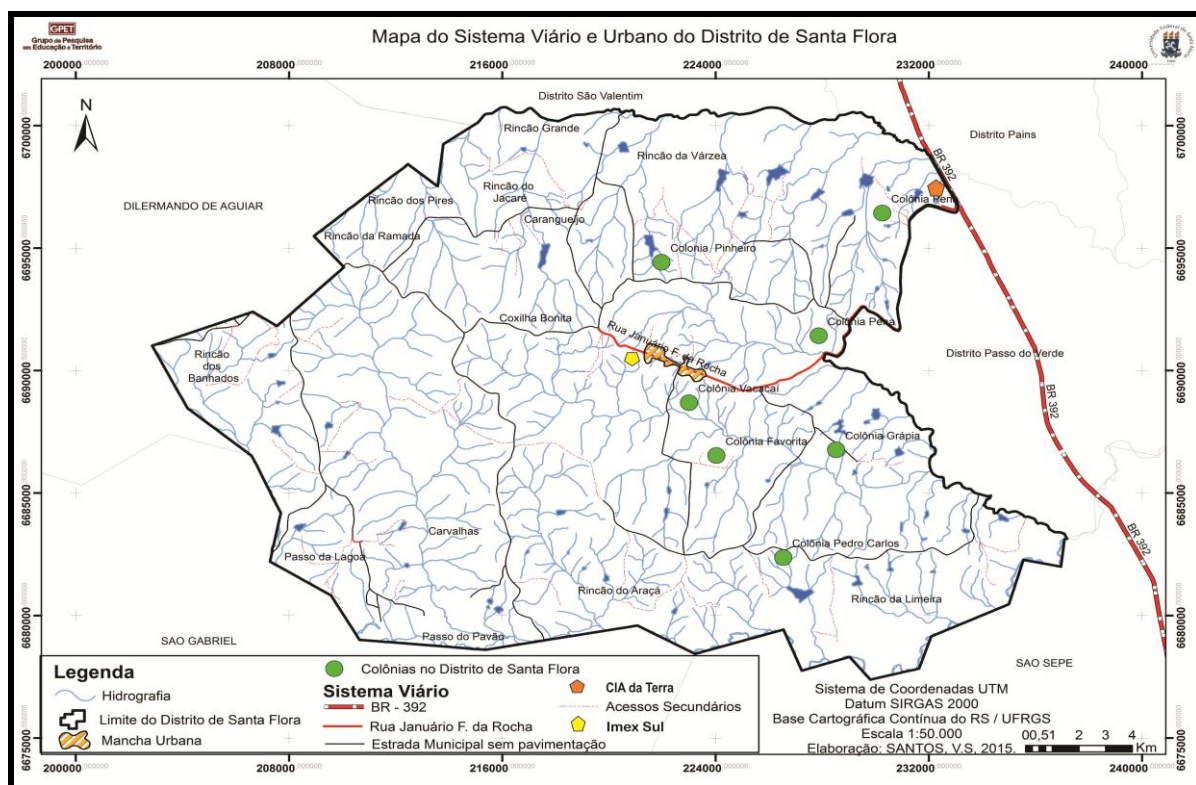


Figura 10: Mapa do sistema viário e de localização das unidades de recebimento da produção da soja no distrito de Santa Flora.

Org.: MENEZES, L. J. M.

A unidade da Imex Sul localizada na parte urbana do distrito tem capacidade de recebimento de 300 mil sacas de soja. Nesta unidade trabalham cerca de doze funcionários, todos moradores de Santa Flora, que trabalham no processo de recebimento, análise da impureza e umidade do produto, na sua secagem e no carregamento dos caminhões e carretas que deslocam a produção para fora do distrito.

Um aspecto importante da presença no distrito das duas unidades de recebimento supracitadas, principalmente a da Imex Sul, é que elas dão a possibilidade ao produtor de comercializar sua produção sem precisar enfrentar um problema que alcança a população do distrito como um todo: as más condições das estradas do distrito.

Para comercializar a produção de soja (e de outras atividades) quase que invariavelmente é necessário trafegar pela principal estrada de acesso, em destaque na figura 10, a outros distritos do município e a municípios vizinhos. Esta estrada que dá acesso à BR 392, devido às péssimas condições que apresenta, tem comprometido os fluxos referentes à distribuição da produção da soja e de todas as outras atividades desenvolvidas no distrito, assim como, o deslocamento realizado pela população.

Nos últimos anos, a população tem reivindicado melhorias nesta estrada. Uma vez não atendida essa reivindicação, a empresa Marzari Alimentos propôs-se inclusive a arcar com o custo para que a estrada fosse asfaltada em troca de isenção de impostos por determinado período de tempo. Entretanto, sua proposta parece não ter interessado o poder municipal.

No que se refere à sojicultura, a qual incorpora importantes fixos ao território (lavouras, unidades de recebimento, etc) e contribui para com a permanência dos já existentes, as péssimas condições dessa estrada representa um entrave à intensificação de fluxos imprescindíveis ao seu desenvolvimento.

Embora isso seja considerado um problema, no entanto, não tem impedido a intensificação da produção da soja e a expansão desta atividade agrícola no distrito. Uma intensificação e expansão que tem como um dos seus principais protagonistas produtores que são descendentes de famílias de origem italiana que chegaram ao distrito com a conformação das inúmeras colônias já referidas.

Ao longo da história do distrito estes sujeitos territoriais tem construído e vivenciado uma territorialidade muito particular quando comparada a outros sujeitos

que também desenvolvem a sojicultura no distrito como os grandes proprietários de terras, muitos descendentes de famílias que foram privilegiadas com a doação de sesmarias, em outros momentos históricos. É diferente, também, da construída e vivenciada por muitos sujeitos de outros municípios que migraram para o distrito e nele desenvolvem a sojicultura.

Essa territorialidade construída e vivenciada por esse sujeito tem sido substantivada por um contexto de incentivo ao desenvolvimento da sojicultura que, em diferentes momentos, conforma-se para atender e articular interesses de outros sujeitos não diretamente inseridos na produção, mas que, a partir dela constroem perspectivas.

A seguir, no capítulo 2, primeiramente, aborda-se de forma breve e sucinta o conceito de territorialidade para que se entenda exatamente do que e a que se está referindo quando utiliza-se o termo territorialidade. Posteriormente, busca-se ressaltar a conformação, em diferentes momentos históricos, de contextos de incentivo ao desenvolvimento da sojicultura, que emergem diante da ocorrência de processos mais amplos e que conseqüentemente levam uma série de agricultores a desenvolver esta atividade e com isso construir e vivenciar uma territorialidade específica.

## **CAPITULO 2 – TERRITORIALIDADE E OS CONTEXTOS DE INCENTIVO A SUA CONSTRUÇÃO EM MEIO AO DESENVOLVIMENTO DA SOJICULTURA**

### **2.1 Territorialidade: de conceito anômalo a paradigma da geografia**

No momento atual, tem-se reforçado consideravelmente, em diferentes estudos, a utilização do termo territorialidade. Para uns, a territorialidade trata-se de um conceito basilar e, por isso, o âmago de muitas discussões se dá em torno dele. Para outros, a territorialidade parece ser um termo banal, visto que incorpora certas discussões sem nem ao menos ser definido.

Uma das perspectivas adotadas por alguns geógrafos<sup>8</sup> para tecer considerações de maneira geral sobre conceitos tem sido a de Deleuze & Guattari (1992). Conceitos na perspectiva da qual também nos aproximamos, remetem quase que invariavelmente a um problema. O próprio sentido da criação de um conceito deve estar em relação com problemas que são nossos, com nossa história e nossos devires (DELEUZE & GUATTARI, 1992). E isso de tal forma que é a problemática a qual está ligado que, muitas vezes, o define e a ele atribui validade.

Trata-se, de uma perspectiva importante, já que demonstra claramente que um conceito não funda a realidade, ao contrário, o conceito:

[...] é imanente a realidade, brota dela e serve justamente para fazê-la compreensível. E, por isso, o conceito pode ser ferramenta, tanto de conservação quanto de transformação. O conceito é sempre uma intervenção no mundo, seja para conservá-lo, seja para mudá-lo (GALLO 2003, p. 22).

Ele é criado a partir de condições dadas e opera no âmbito mesmo destas condições. E sua construção, o seu acúmulo (considerando o acúmulo de contribuições) através do tempo, é mais um processo orgânico do que produção abstrata da história (RAFFESTIN, 2010).

---

<sup>8</sup> Dentre os geógrafos que tem adotado esta perspectiva podemos citar Haesbaert (2009) e Saquet (2007) embora este último não o faça de forma explícita.



Logo, conceitos não são, de forma alguma, algo que pode ser encontrado e que aponta para uma verdade absoluta o que, de certa forma, paralisaria o pensamento. Mas, podem ser considerados como um “transformador” porque opera não só como um produto, mas também como produtor:

[...] o conceito é justamente aquilo que nos põe a pensar. Se o conceito é produto, ele é também produtor: produtor de novos pensamentos, produtor de novos conceitos; e, sobretudo, produtor de acontecimentos, na medida em que é o conceito que recorta o acontecimento, que o torna possível (GALLO 2000, p.22).

De acordo com Deleuze & Guattari (1992) não há conceitos simples, todos possuem uma história e há neles componentes vindos de outros conceitos, que respondiam a outros problemas e supunham outros planos. Assim,

[...] cada conceito remete a outros conceitos, não somente em sua história, mas em seu devir ou suas conexões presentes. Cada conceito tem componentes que podem ser, por sua vez, tomados como conceitos [...] Os conceitos vão pois ao infinito e, sendo criados, não são jamais criados do nada (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p.31).

O conceito de territorialidade é oriundo da problemática e dos métodos das ciências naturais, descoberto por naturalistas durante observações sobre o comportamento territorial de animais, particularmente em aves (RAFFESTIN, 1987). Na ciência geográfica o conceito de territorialidade, territorialidade humana, de certa forma, foi negligenciado até o início da década de 1970. A este respeito Soja (1971, p. 20) é enfático ao afirmar que:

[...] apesar de sua importância óbvia no comportamento espacial da sociedade humana e da afirmação de que a geografia política tem tido uma "preocupação consistente com a expressão do sentido de territorialidade no homem", a territorialidade humana tem recebido relativamente pouca atenção em geografia (SOJA, 1971, p. 20).

Tomando emprestada a concepção usada pelos “naturalistas”, a territorialidade humana tornou-se similar da territorialidade animal. E isso de tal forma que críticos sociais e biólogos, conceberam-na como um ramo do comportamento animal. Em linhas gerais, territorialidade humana seria parte de um

instinto agressivo que é dividido com outros animais territoriais. Conforme Sack (1986, p. 27) até aquele momento a maioria da literatura sobre a territorialidade:

[...] é sobre o comportamento animal, e não diz respeito a nós. A menos que os cientistas sociais tenham se valido dela para discutir a territorialidade humana. Embora, não tão volumosas quanto à literatura animal, as discussões sobre a territorialidade humana são extremamente variadas e difíceis de sintetizar. Não há ainda revisões compreensíveis (SACK, 1986, p. 27).

Os estudos sobre territorialidade supunham que os humanos e os animais a usavam pelas mesmas razões biológicas como, por exemplo, um meio para se obter alimento, amigos e controlar o tamanho da população. Partindo dessa premissa as análises sobre a territorialidade seriam deficientes em três importantes aspectos:

(...) primeiro, em muitos casos os pesquisadores não distinguem, claramente, o termo territorialidade do termo espacial. (...) Muito relacionados com o primeiro, estão os estudos que, atualmente, focalizam sobre exemplos da territorialidade humana, sem chamá-los como tal. (...) Em terceiro, estão os estudos que têm consciência em isolar o comportamento territorial real nos humanos. Mas que são, em contrapartida, muito simplórios no seu significado. Eles devem ter se voltado, inteiramente, para uma escala social-geográfica (SACK, 1986, p. 28-29).

O problema chave dessas interpretações, segundo a visão de Sack (1986), é que não definem a territorialidade como um tipo particular de comportamento no espaço, nem reconhecem que seus estudos pertencem à classe territorial, nem a territorialidade é considerada como uma estratégia. O que se tornou, de certa forma, corrente nos escritos sobre a territorialidade humana provém principalmente de duas fontes: etologia (o estudo comparativo do comportamento animal) e estudos sócio-culturais e psicológicos do espaço pessoal e do pequeno grupo ecológico. Diante disso, Soja (1971, p. 20) pondera que:

[...] ambas as fontes concentram ao nível do indivíduo e, como resultado, tem havido proporcionalmente menos atenção dada às formas mais macroespaciais de territorialidade humana. Além disso, as interpretações etológicas de territorialidade humana (que têm influenciado fortemente o estudo do espaço pessoal no homem) tendem a ter implicações biológicas universais e tornaram-se o centro de uma controvérsia generalizada sobre o grau de comportamento humano que pode ser inferida diretamente do comportamento em animais (SOJA, 1971, p. 20).



A leitura sobre territorialidade centrada fortemente a partir da literatura sobre o comportamento animal, segundo Soja (1971), pode levar a interpretações falaciosas, devido: a) aos perigos de fazer analogias diretas entre o animal e o comportamento humano e b) aos problemas metodológicos envolvidos dentro inferir grupo ou comportamento agregado do comportamento dos componentes individuais.

Para este autor, grande parte da confusão e controvérsia sobre territorialidade humana esta na passagem de uma categoria para outra sem uma necessária atenção aos “efeitos de fronteira”. Fazendo isso Soja (1971) se aproximou de forma substancial do diferencial entre as duas territorialidades, humana e animal, ao considerar que o homem é um animal territorial e a territorialidade afeta o comportamento humano em todas as escalas da atividade social.

Para Raffestin (1987) faltou a aquele autor, para encontrar verdadeiramente o diferencial, atribuir ao homem à qualidade de um animal semiótico. O diferencial na concepção de Raffestin (1987), dentre outras coisas, é que a territorialidade humana esta condicionada pela linguagem, pelos sistemas de signos e códigos.

Neste contexto, a linguagem assume um papel singular, por se tratar de um instrumento de poder eficaz. “É que a língua é um modo de agir, é um modo de ação sobre o outro. Cada língua é um instrumento de ação social e, nesse sentido, ela ocupa um lugar especial no campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 108).

Essa diferenciação de forma alguma faz dos modelos de territorialidade animal desenvolvida pelos “naturalistas” menos interessantes, porém, remete-a a uma posição hierarquicamente inferior à territorialidade sob o ponto de vista humano à medida que conta com a dimensão semiótica. Entrementes, tal diferenciação entre as territorialidades tornou urgente abandonar as analogias animais para tratar da territorialidade humana<sup>9</sup>.

Nesse sentido, três autores fizeram contribuições basilares. O primeiro deles foi Soja (1971) que fazendo um esforço no sentido de desenvolver uma análise e sistematização sobre o papel da territorialidade como base para a organização política do espaço a definiu como um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferentes, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem.

---

<sup>9</sup> Soja (1971), por exemplo, foi um dentre os primeiros autores que definiram a territorialidade humana partindo da discussão da problemática entre territorialidade animal e territorialidade humana.

Nessa concepção, o mais geográfico dos modelos seria aquele determinado por inclusões e exclusões. No âmbito individual, o conceito ocidental de propriedade da terra seria uma das ilustrações mais claras da noção de territorialidade. E numa escala maior, teríamos como exemplo as gangues, os bairros étnicos e o sistema moderno de Estados-Nações. Nessas escalas a territorialidade apresentaria como característica o senso de identidade espacial, senso de exclusividade e a compartimentação da interação humana no espaço.

Outra contribuição que consideramos significativa sobre o conceito de territorialidade foi a de Sack (1986). Para ele, a territorialidade é considerada uma estratégia e, pode ser definida como a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área é o território. Não obstante, pode ser que ocorra o não-território quando não há delimitação e efetivação de relações de controle e influência por certa autoridade.

Um aspecto importante da contribuição de Sack (1986) é que a territorialidade pode ser efetuada em diferentes escalas, ou seja, do indivíduo, da sala de escritório, da casa, do bairro, da cidade, do estado, do país, até ao internacional. Nessas diferentes escalas espaciais, três relações interdependentes estão contidas na definição de territorialidade, na medida em que esta deve sempre envolver uma forma de classificação por área, uma tentativa no esforço de controlar o acesso sobre a área e as coisas dentro dela ou restringir a entrada das coisas de fora e conter uma forma de comunicação. Nesta concepção, a classificação por área, o controle e a comunicação são três facetas da territorialidade que podem ser encontradas em todas as sociedades.

Talvez um dos aspectos mais importantes a se compreender a partir dessa leitura é que a territorialidade sempre será socialmente construída, pois é necessário um ato do desejo, além de envolver múltiplos níveis de razão e significado, podendo ter implicações normativas. Ou seja,

[...] a territorialidade aponta para o fato de que as relações espaciais humanas não são neutras. As pessoas, simplesmente, não interagem no espaço e se movem através do espaço como bolas de bilhar. Ao invés disso, a interação humana, o movimento e o contato são também questões de transmissão de energia e informação, para afetar, influenciar e controlar as ideias e ações de outros e seus acessos às fontes. As relações espaciais humanas são resultados da influência e poder. A territorialidade é a forma espacial primária do poder (SACK, 1986, p. 31).

Embora concebendo que a territorialidade é uma “base de poder”, Sack (1986), não associa territorialidade como parte de um instinto, nem tampouco associa o poder exclusivamente com agressividade. O poder pode ou não ser territorial. Ou seja, nem toda relação de poder é territorial ou inclui uma territorialidade.

Conforme Sack (1986) o uso da territorialidade depende de quem está influenciando e controlando o quê e quem, nos contextos geográficos de espaço, lugar e tempo. Seu uso está intrinsecamente relacionado como as pessoas usam a terra, como se organizam no espaço e como elas dão sentido ao lugar.

É interessante perceber que, se tratando de uma estratégia usada por indivíduo ou grupo na tentativa de influenciar/controlar, atingir/afetar outros indivíduos ou grupo, a territorialidade pode não ocorrer de forma ininterrupta, ou seja, pode “ser ligada e desligada”. Com esta assertiva, Sack (1986), demonstra-nos “a mobilidade inerente aos territórios, sua flexibilidade. Ou seja, cai por terra a concepção tradicionalmente difundida de território como algo estático, ou dotado de grande estabilidade no tempo” (HAESBAERT, 2007, p. 87).

A definição feita por Sack (1986) sobre a territorialidade é marcada pela sua ligação com as relações de poder, ou seja, pela sua dimensão política. Não obstante, este autor não ignorou a sua dimensão econômica e simbólico-cultural. Outro aspecto importante de sua interpretação é a preocupação com fato de diferenciá-la(s) na especificidade de cada período histórico.

De certa forma, essas são preocupações que podem ser encontradas, também, na interpretação sobre o conceito de territorialidade feita por Claude Raffestin<sup>10</sup>. Raffestin, ao contrário da ênfase mais material dado por Sack, enfatiza a “semiotização” da territorialidade.

Suas contribuições sobre a territorialidade procedem da perspectiva de uma problemática relacional. Segundo Raffestin (1993), a partir desta perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral.

---

<sup>10</sup> Segundo Haesbaert (2007) tal como a de Raffestin, a visão de Sack, é uma visão ampliada de poder que apreende, pelo menos de modo indireto, a concepção de poder simbólico na ótica de Pierre Bourdieu.

Para esse autor, a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, é substancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder. Na sua concepção a vida é tecida por relações e a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Na sua genealogia na construção do conceito de territorialidade, num primeiro momento, em seus estudos, ela foi definida:

[...] como o conjunto de relações que os homens têm com a exterioridade e a alteridade, com a ajuda de mediadores, para satisfazer suas necessidades, na esperança de obter maior autonomia possível. Em outras palavras, as condições de estabelecer relações aleatórias com o ambiente físico e o ambiente social, dando conta dos recursos do sistema (RAFFESTIN, 2010, p. 14-15).

A sua genealogia na construção do conceito permitiu-lhe notar que a moeda tornou-se um mediador que tem uma potência fantástica que modifica o jogo dos demais mediadores. Modifica-os sem fazê-los desaparecer. Torna-os materiais e imateriais e, da mesma forma, torna a territorialidade um conjunto de relações materiais e imateriais.

Em Raffestin (1993) a concepção de territorialidade leva-nos ao entendimento que, por intermédio de um sistema de relações materiais e/ou imateriais, os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial. Viver por intermédio de relações o processo e o produto territorial mediatiza em seguida as relações entre si, uns com os outros.

Na visão deste autor quer se trate de relações materiais ou imateriais todas são consideradas relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais. E nesse contexto, onde todas as relações são marcadas por um poder inevitável e, de algum modo, inocente, os atores, buscando modificar, sem se darem conta disso, se automodificam também.

Na compreensão de Raffestin (1988) a territorialidade humana enquanto uma perspectiva teórica na medida em que procura analisar os sistemas de relações se torna para a geografia humana um verdadeiro paradigma que permite encontrar uma interface entre as ciências e o cotidiano, entre a prática e o conhecimento.

Na Geografia Moderna as interpretações da realidade social a partir da leitura de Claude Raffestin sobre territorialidade é uma das mais difundidas. Neste trabalho, adota-se essa concepção, buscando compreender os ritmos e as implicações da territorialidade de sojicultores do distrito de Santa Flora em meio ao desenvolvimento da atividade sojicultora.

Uma territorialidade que tem sido substantivada em meio à conformação de contexto de incentivo que emerge, em diferentes momentos do processo histórico, na medida em que outros sujeitos territoriais, direta ou indiretamente envolvidos com a sojicultura, têm interesses bastante particulares ao impulsionar seu desenvolvimento.

As considerações a seguir vêm no intuito de demonstrar como e porquê se conforma um contexto de incentivo que tem o poder de substantivar a construção da territorialidade de sojicultores em meio à sojicultura. Trata-se, em síntese, de uma tentativa de compreender o porquê e a quem serve incentivar a territorialidade do sojicultor no e do distrito de Santa Flora em meio ao desenvolvimento da sojicultura.

## **2.2 A atuação do Estado, a modernização da agricultura e a emergência dos protagonistas da produção rural.**

Ao longo das últimas décadas, a sojicultura tem sido uma das atividades da agropecuária brasileira que mais tem se destacado em termos de área plantada, de produção e de produtividade e, sobretudo em termos de geração de divisas para o País. Esse destaque da sojicultura em meio às demais atividades agropecuárias ocorre porque o desenvolvimento dessa atividade tem se intensificado e também se expandido de forma substancial em distintas partes do campo brasileiro.

Esta intensificação e expansão do desenvolvimento da sojicultura, que se efetiva nas últimas décadas, começa a ocorrer durante a década de 1960 e principalmente no decorrer da década de 1970. E isso porque, nesse momento histórico, conformou-se um contexto que, de certa forma, incentivou os agricultores brasileiros a desenvolver a sojicultura.

Este contexto de incentivo emergiu em meio a um processo que passa a ocorrer de forma mais contundente a partir da segunda metade da década de 1960:

o processo de modernização da agricultura brasileira<sup>11</sup>. Este processo definiu um novo padrão de produção agrícola, caracterizado pela intensificação das relações agricultura/indústria e por alterações significativas nas relações sociais (DELGADO, 1985; MAZZALI, 2000).

A ocorrência desse processo dá-se de forma mais contundente, a partir do período supracitado, pois, com a chegada dos militares ao poder, o Estado passou a não medir esforços para enquadrar a economia do País num projeto “globalizado”, onde deixaríamos de ser apenas monoexportadores e passaríamos a ocupar posição privilegiada no comércio internacional. Para tanto, o Estado adotou de forma mais efetiva um modelo de desenvolvimento econômico associado principalmente ao capital externo, ao qual pertencia o desígnio de modernizar o campo brasileiro e a partir de sua modernização ampliar as relações de comércio internacional (NETO, 1997).

Com sua atuação pautada nesse modelo de desenvolvimento econômico, o Estado, logrando modernizar o campo e ampliar as relações de comércio internacional, passou a promover a modernização da agricultura com ênfase: a) no aprofundamento da transformação a base técnica da agricultura; b) no aumento e diversificação da produção buscando, em parte, elevar as exportações primárias e agroindustriais<sup>12</sup>.

Para o Estado dar continuidade a transformação da base técnica da agricultura era algo extremamente necessário, uma vez que, era inconcebível alcançar o desenvolvimento econômico com uma economia atrelada a um setor agrícola considerado como “atrasado” e “retardatário”, pautado em métodos arcaicos de produção (PAULILO, 2000).

Compreendendo como necessário transformar esse cenário o Estado assumiu o papel de financiador da produção rural, sobretudo, por intermédio da política crédito rural. Simultaneamente, passou a exercer um papel importante junto à política de comércio exterior e de preços, assim como, na articulação orgânica do Departamento de Bens de Produção da indústria para a agricultura (reestruturando

---

<sup>11</sup> Mais exatamente, como apontou Silva (1999), o processo de modernização da agricultura se acelera após o ano de 1966.

<sup>12</sup> Neste momento histórico, de um lado, o Estado tinha como um dos seus objetivos, a transformação da base técnica da agricultura e o aumento da produção diversificando-a, visando enfrentar os desafios da industrialização, da urbanização acelerada, da necessária elevação de exportações primárias e agroindustriais (MAZZALI 2000). Por outro lado, por sua vez, a centralização do poder e o esvaziamento político do campo (MARTINS 1984).

de um sistema de pesquisa e extensão rural e complementando a produção interna de bens de capital e de insumos básicos agroquímicos) (DELGADO, 1985).

Dos instrumentos utilizados para promover a modernização da agricultura, com a ênfase já mencionada, sobressaiu-se sobre todos os demais a política de crédito rural. Tal política tornou-se a principal propulsora das transformações tecnológicas na agricultura e sua introdução como carro-chefe da modernização do setor agropecuário deu uma nova dimensão ao processo de modernização.

Esta política, que pode ser entendida “como um mecanismo de concessão de crédito agropecuário a taxas de juros e condições de pagamento diferenciado das vigentes no mercado livre” (BACHA, 2004, p. 62), assume tal relevância no processo de modernização porque, a partir da metade da década de 1960, apresenta mudanças importantes que a credenciaram a se tornar o principal instrumento de transformação no campo. Sobretudo por que:

No ano de 1965 o governo federal criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que se constituiu numa revolução total do sistema de crédito agrícola do país: permitiu que toda a rede bancária dele viesse a participar; proporcionou condições para ampliar o suprimento de recursos creditícios para o setor agrícola; e modificou as condições dos empréstimos oferecidos e as garantias exigidas dos agricultores, além de permitir ao governo federal exercer o controle mais efetivo sobre o encaminhamento dos recursos creditícios para as atividades e regiões de maior necessidade e de acordo com os planos oficiais estabelecidos (IANNI 1981, p. 17).

Conforme Delgado (1985) a presença de toda a rede bancária no financiamento da produção rural traz implícito um projeto de modernização que visava crescentemente mudar a base técnica da agricultura. E nesse sentido a política de crédito passa a apresentar um diferencial em relação à política anterior: ela desloca o eixo da política por produto para a política da mercadoria rural em geral.

Com isso, a política de crédito torna-se a base de múltiplas articulações entre a agricultura e a indústria interna. Com o volume de crédito crescente, concedido por finalidade e a condições favoráveis, rapidamente aumenta no setor agrícola a demanda por insumos modernos. Essa crescente demanda acaba criando um mercado interno para os produtos de origem industrial e, dessa forma, cria-se as condições de mercado necessárias para consolidação do chamado do Complexo Agroindustrial brasileiro (CAI).

A consolidação do complexo agroindustrial dá um maior dinamismo e uma abrangência mais significativa ao processo de transformação da base técnica da agricultura. Este complexo, cujo marco de constituição é o final da década de 1960, assenta-se, de um lado, na implantação de um setor industrial de bens de produção para a agricultura e, por outro lado, por um sistema de agroindústria que se desenvolve e se moderniza direcionando seus produtos em parte para o mercado interno e em parte para o mercado externo (MULLER, 1982). É necessariamente a partir da consolidação do complexo agroindustrial que:

[...] a agricultura torna-se crescentemente menos dependente do laboratório natural da terra e da força de trabalho rurais, e simultaneamente mais articulada, por um lado com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro lado, com a indústria processadora de produtos naturais (DELGADO, 1985, p.19).

Esta agricultura que se moderniza passando a depender menos dos recursos naturais, em contrapartida, passa a depender cada vez mais de insumos modernos e meios de produção gerados por setores específicos da indústria (fertilizantes, defensivos, corretivos para o solo, máquinas e implementos agrícolas em geral). Ao articular-se aos setores industriais essa dependência cresce ainda mais, uma vez que, esses setores passam a induzir a adoção de um conjunto de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas na qual cada vez mais passa a assentar-se a transformação da base técnica da agricultura.

Essas inovações, como ponderou Silva (1999), respectivamente: afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho; modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado e reduzindo as perdas naturais do processo produtivo; afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo através da redução do período de produção e da potencialização das inovações mecânicas e físico-químicas.

Este conjunto de inovações que passam a ser incorporadas à produção rural, basicamente mediante o crédito rural subsidiado, tem por referência os princípios da chamada Revolução Verde que, na visão Brum (1985), é o carro chefe da modernização da agricultura no Brasil, assim como, em muitos outros países do mundo. Logo, estas inovações ao incorporarem-se a produção rural, de forma



induzida pela indústria e/ou incentivada pelo Estado, promovem, simultaneamente, o aumento da produção e da produtividade agrícola e o domínio do capital industrial e financeiro sobre a agricultura que se moderniza.

Com o avanço do processo de modernização mediante tais inovações, que expressam parte do conteúdo concreto do avanço tecnológico na agricultura<sup>13</sup>, passa a ocorrer um processo denominado como “industrialização da agricultura brasileira” ou “industrialização do campo”. Este fenômeno, segundo Brum (1985, p. 95), se expressa no fato de a agricultura:

[...] enquanto setor produtivo, se tornar uma atividade crescentemente empresarial, ao mesmo tempo em que se transforma num importante mercado para máquinas e insumos modernos produzidos pela indústria. De outra parte, o uso intensivo de máquinas, equipamentos, de implementos e insumos modernos pela agricultura possibilita a crescente criação da chamada “segunda natureza”, que se traduz na transformação das terras tidas antes como imprestáveis para a produção agrícola em solos agricultáveis.

É como se homem, como se referiu Silva (1981), a partir do uso intensivo de novas tecnologias, passasse a “fabricar” as terras necessárias ao aumento da produção. Silva (1981), concebendo que esse processo dá-se num duplo sentido, o de elevação da composição técnica nas unidades de produção e da subordinação do setor agrícola em relação aos interesses do capital industrial e financeiro, é enfático ao destacar que esse processo não somente faz com que a natureza deixe de ser um empecilho ao desenvolvimento da agricultura, mas, também que a torna subordinada:

A industrialização da agricultura representa a subordinação da natureza ao capital, quando então se liberta o processo de produção gradativamente das condições naturais dadas, passando-se a fabricá-las sempre que se fizerem necessário. (...) A produção agropecuária deixa, assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital (SILVA, 1981, p. 44).

---

<sup>13</sup> Silva (1999) ao propor uma classificação para as inovações que expressam o conteúdo técnico concreto do progresso tecnológico na agricultura também dá ênfase às inovações agronômicas que, no seu entendimento, permitem novos métodos de organização da produção através da recombinação dos recursos disponíveis, elevando a produtividade global do trabalho de um dado sistema produtivo, sem a introdução de novos produtos.

Esse processo faz com que a agricultura passe a constituir-se “cada vez mais, num mercado, não de bens de consumo, mas de meios de produção industrial, quer como compradora de certos insumos, quer como vendedora de outros”(SILVA, 1980, p. 44).

À medida que a agricultura se industrializa, integrando-se as necessidades dos setores industriais, é por estes setores subordinada e de certa forma transforma-se em mero apêndice do capital monopólico industrial e financeiro. Logo, como apontou Brum (1985, p.179):

Na estrutura e dinâmica do complexo agroindustrial, a agricultura ocupa uma posição desvantajosa e extremamente dependente. Foi reduzida a um simples enclave, apêndice ou subsistema, esmagada e sugada, antes e depois, pelos sistemas de consórcios industriais, um em cada lado da agricultura no complexo agroindustrial.

De um lado, agricultura torna-se um cliente cativo dos produtos que precisa adquirir para a continuidade da produção, sofrendo frequentemente a pressão dos preços desses produtos de origem industrial. Por outro lado, ao destinar grande parte de sua produção para as indústrias transformadoras de matérias-primas, recorrentemente sofre com o controle e não raro com a diminuição dos preços dos produtos que fornece para o mercado industrial.

Este processo de modernização, que torna a agricultura subordinada e dependente e que, simultaneamente, faz com que a mesma assuma um papel relevante no processo de acumulação de capital dos setores industriais, não ocorre de maneira uniforme no campo brasileiro. Pois, como observou Delgado (1985, p.42):

Todo o processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo com exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira.

Isso ocorreu porque o Estado fez discriminações ao direcionar ao setor rural o principal propulsor do processo de modernização: o crédito rural subsidiado. Estas discriminações, segundo Neto (1997), obedeceram tanto a propósitos econômicos,

como a propósitos políticos e foram determinantes para que os privilegiados com o crédito rural fossem os grupos que:

[...] tinham mais acesso a informações e maior influência com as autoridades políticas e o sistema bancário, e que eram exatamente os que usufruíram dos estímulos utilizados anteriormente, como os grandes proprietários, os que já faziam uso de técnicas modernas, os que tinham maior proximidade das regiões desenvolvidas, etc.(...) Os pequenos produtores dedicados a culturas de uso doméstico e com a utilização de técnicas tradicionais, situados principalmente fora das regiões mais desenvolvidas, estarão fadados ao fracasso ou à utilização das sobras dos recursos (NETO, 1997, pg. 231).

Essa distribuição discriminatória do crédito subsidiado aos produtores rurais foi determinante para que o processo de modernização da agricultura não ocorresse de forma homogênea e também para que o mesmo viesse a tornar-se um processo, de um lado, de cunho conservador e, de outro lado, de cunho excludente. E isso porque, o processo de modernização da agricultura, como apontou Brum (1985, p. 111), apresentou como características gerais:

[...] a viabilização e consolidação da empresa rural capitalista, acompanhada da progressiva desestabilização e desaparecimento da pequena propriedade rural em regime de trabalho familiar; a concentração da propriedade da terra, quer através da aquisição de extensas áreas de terras nas novas fronteiras agrícolas, quer pela absorção de pequenas propriedades rurais por parte de grande e médios produtores; a supervalorização das terras, frustrando as aspirações dos produtores mais fracos; uso intenso do fator capital (máquinas, implementos, etc.), de um lado, e de mão-de-obra barata e de trabalhadores temporários (boias frias), de outro lado; a elevada utilização de capital de terceiros e a dependência acentuada em relação ao setor financeiro ( agricultura movida a crédito); estímulo preferencial e o incremento de produtos agrícolas de exportação em detrimento das culturas destinadas ao consumo interno; a expulsão de numerosos contingentes populacionais da zona rural para as periferias urbanas (BRUM, 1985, p. 111)

O governo federal procurou direcionar o crédito rural subsidiado aos produtores mais capitalizados e considerados como os mais aptos tanto a receber os produtos origem industrial quanto a fornecer produtos agrícolas a este setor. Nesse direcionamento os grandes proprietários foram os maiores beneficiados e acabaram apropriando-se da maior parte do crédito subsidiado. Tal apropriação foi de tamanha proporção que Neto (1997) considera que a mesma claramente demonstra que a política de crédito estava condicionada pela estrutura agrária,

desvelando o sentido do que se convencionou chamar de modernização conservadora: alterar a base técnica sem alterar a estrutura fundiária.

Outros grandes beneficiados com a distribuição do crédito subsidiado foram os produtores que, assim como os grandes proprietários de terras, estavam mais integrados as formas modernas de produzir e encontravam-se principalmente nas regiões Sul e Sudeste do País.

Em linhas gerais, os produtores que se beneficiaram com a distribuição do crédito rural transformando, mais ou menos profundamente, a base técnica de seus arranjos produtivos, passaram a intensificar o desenvolvimento de atividades agrícolas voltadas basicamente para a exportação. E, neste contexto, onde certas culturas comerciais passaram a ser desenvolvidas de forma mais intensa, basicamente mediante a distribuição do crédito rural subsidiado, muitos produtores passaram a apostar fortemente no desenvolvimento da sojicultura.

A apropriação do crédito rural subsidiado era de suma importância para os produtores no confronto com a incerteza imposta pela volatilidade do preço das commodities e dos riscos trazidos por fatores climáticos que, muitas vezes, comprometiam o desempenho econômico. E, sobretudo, para o produtor capitalizar-se, para custear a produção e a comercialização.

Nunca é demais lembrar que a própria criação do SNCR estava pautada em pressupostos que vão ao encontro da superação dessas adversidades, haja vista que seus principais objetivos eram: a) o financiamento de parte dos custos de produção; b) o estímulo a formação de capital; c) a aceleração da adoção de novas tecnologias agrícolas; d) o fortalecimento da posição econômica dos produtores, especialmente os pequenos e médios.

Em outras palavras:

O sistema tinha a finalidade de proporcionar ao produtor rural condições de acesso aos insumos modernos, elevando a produtividade agrícola e alavancando a indústria de fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas. Dentro da estrutura do SNCR, cabia ao crédito de investimento agir como mecanismos de estímulo ao processo de adoção de novas tecnologias agrícolas, ao de custeio permitir a compra de insumos modernos e ao de comercialização carregar o estoque de produto no tempo, evitando a concentração da oferta na época da safra (RAMOS e JUNIOR, 2010, p. 18).

De maneira geral, quem em meio à sojicultura se beneficiou com a política de crédito rural não deixou obviamente de beneficiar-se também de outra política

fundamental para a agricultura brasileira: a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que definia um preço base antes do plantio.

Esses fatores internos, a política de crédito rural e de preços, das quais muitos produtores de soja se beneficiaram integravam um conjunto de fatores internos e externos que conformam um contexto de incentivo durante a década de 1970. Além desses dois fatores importantes, há outros que compõem esse conjunto e que contribuíram direta ou indiretamente para a conformação de um contexto de incentivo, quais sejam:

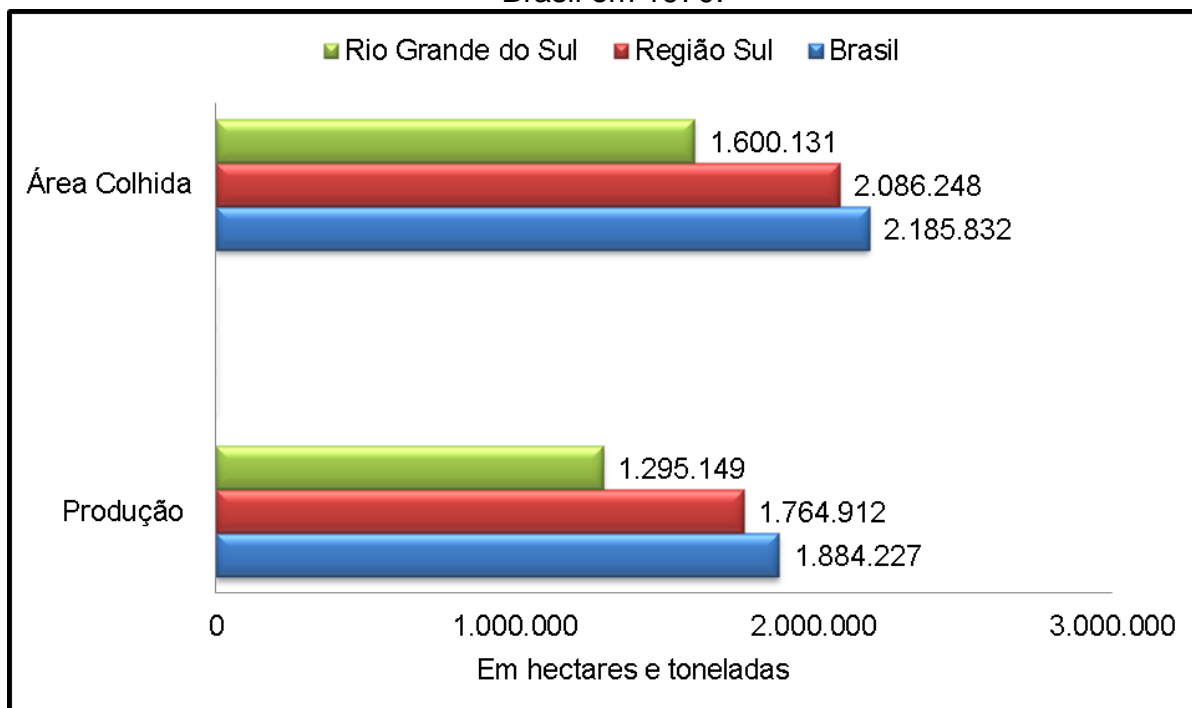
[...] aumento do preço internacional (principalmente pela quebra de safra na Rússia e na China); crescente demanda por óleos vegetais em substituição às gorduras animais; surgimento de um sistema cooperativista dinâmico, que apoiou fortemente a produção, industrialização e comercialização das safras; construção de uma rede de pesquisa sobre a soja; melhorias nos sistemas viário, portuário e de comunicações, facilitando o transporte e barateando os custos das exportações; estabelecimento de um importante parque industrial de máquinas, de insumos agrícolas e de processamento de oleaginosas; incentivos fiscais ao cultivo do trigo; aumento da demanda interna, proveniente da crescente urbanização e da mudança nos hábitos alimentares da população brasileira; e subsídios à exportação sob a forma de isenções, créditos fiscais e taxas de juros favorecidos (WESZ JUNIOR, 2014, p. 32).

Os produtores inseridos na sojicultura, no final da década de 1960 e no início da década de 1970, ao que tudo indica, estavam concentrados na Região Sul do País. Logo, o desenvolvimento da sojicultura concentrava-se quase que exclusivamente nos estados que a compõem: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Mais exatamente, em 1970, a Região Sul concentrava em termos percentuais 95,4 % da área cultivada e 93,7% da produção. Nesse período, como é possível verificar no Gráfico 2, mais especificamente, essa concentração encontrava-se no estado do Rio Grande do Sul. Este estado concentrava em termos percentuais aproximadamente 73,2% da área cultivada e 68,7% da produção.

Pode-se deduzir que, já que esse estado concentrava a maior parte da área plantada e da produção, nele concentravam-se também a grande maioria dos produtores de soja. Certamente, um dos aspectos que corroboraram para isso foi o fato dos produtores desse estado enquadrarem-se no “perfil” dos privilegiados com a distribuição do crédito rural, já que muitos eram considerados como aqueles integrados às modernas formas de produzir.

**Gráfico 2:** Área cultivada e produção da soja no Rio Grande do Sul, Região Sul e no Brasil em 1970.



**Fonte:** Censo agropecuário de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

**Org.:** MENEZES, L. J. M.

Muitos desses produtores, em certas regiões do Rio Grande do Sul, contavam com toda a infraestrutura de transporte e de armazenagem, bem como de um sistema cooperativo que havia sido, em meados da década de 1950, financiados pelo Estado para a produção de trigo e, neste momento, encontravam-se a disposição também para a produção da soja (BERTRAND; LAURENC & LECLERCQ, 1981).

Neste contexto, por exemplo, estavam inseridos os produtores do centro-norte e do noroeste do estado do Rio Grande do Sul, que uma vez beneficiados pelos muitos fatores supracitados passaram a utilizar praticamente as mesmas parcelas de terras e os mesmos equipamentos agrícolas com a possibilidade de alternar os dois cultivos durante o ano agrícola, a soja de outubro a março e o trigo de abril a agosto (VERDUM, 2004).

Diante do contexto de incentivo à produção diversos produtores de distintos segmentos da agricultura de forma extremamente rápida passaram a cultivar soja. Essa opção fez com que a produção acabasse expandindo-se em um espaço onde até então, em muitos arranjos produtivos, era destinado à produção de gêneros

alimentícios tradicionais como o feijão e a mandioca. Em alguns casos, a soja ao substituí-las fazia com que sua produção passasse a ocorrer em terras de qualidade inferior<sup>14</sup>.

Com a perspectiva de conseguir terras em melhores condições para a produção e de ampliar seu espaço de produção, por intermédio do arrendamento ou compra, muitos produtores do estado do Rio Grande do Sul aproveitando-se do momento favorável à produção passaram, a partir de um movimento de des-reterritorialização, a produzir soja em outras regiões do estado. Um exemplo emblemático disso foi a des-reterritorialização<sup>15</sup> de produtores das regiões supracitadas para a região Sudeste do Rio Grande do Sul<sup>16</sup>.

Também, a partir de um processo de des-reterritorialização, muitos produtores acabaram migrando para a Região Centro-Oeste, na medida em que, vendiam suas terras no estado gaúcho e compravam áreas maiores naquela região. Esses produtores, de certa forma, foram beneficiados com o rápido aumento do preço da terra que acompanhou o “boom” da soja. Muitas vezes, esse aumento do preço não permitia a compra de novas terras para aumentar uma pequena propriedade, mas caso o produtor vendesse suas terras poderia migrar e tentar a sorte na fronteira agrícola da Amazônia Legal, já que a propaganda oficial prometia lotes de 30 ou 40 hectares pelo preço de 10 hectares no Sul (BERTRAND; LAURENC & LECLERCQ, 1981).

Por essas ou por outras razões, no decorrer da década de 1970, já era possível encontrar um grande número de estabelecimentos agropecuários produzindo soja. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) em 1975 havia 486.872 mil estabelecimentos desenvolvendo a atividade sojicultora no País.

Como é possível identificar no Gráfico 3, o maior número de estabelecimento deste total possuía uma área entre 10 e 100 hectares. Com um número de 303.326 mil esses estabelecimentos representavam cerca de 62,3% do total. Neles estavam

---

<sup>14</sup> De acordo com Sorj (1980) o crescimento por vezes negativo de produtos alimentícios tradicionais foi atribuído à expansão da produção para a exportação. No estado do Rio Grande do Sul, segundo esse autor, a expansão da produção da soja se não eliminou acabou marginalizando a produção de feijão e mandioca para piores terras.

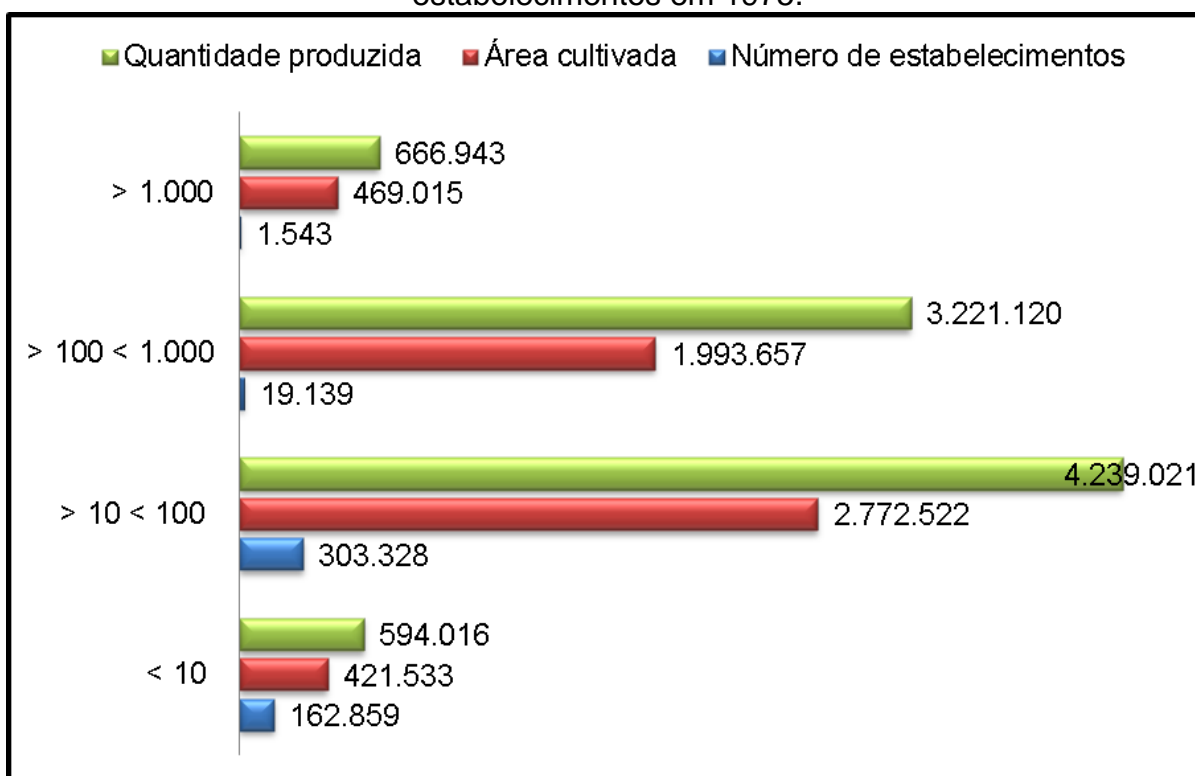
<sup>15</sup> Por desterritorialização e reterritorialização, seguindo a visão de Haesbaert (2007), compreende-se o movimento de abandono do território e o movimento de construção de um novo território, respectivamente.

<sup>16</sup> Sobre o assunto ver: Ruckert, A. A. **Metamorfoses do território**: A agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930-1990. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

concentradas 2.772.522 milhões de hectares de um total 5.656.928 milhões de hectares. Ou seja, aproximadamente 49,1% da área total. Também, neles concentrava-se parte significativa da produção, algo em torno de 48,6%.

Os estabelecimentos com menos de 10 hectares representavam em termos percentuais aproximadamente 33,4% do total de estabelecimentos, concentrando 7,4% da área cultivada e 6,8% da produção. Já os estabelecimentos entre 100 e 1.000 hectares representavam apenas 3,93% do total de estabelecimentos, não obstante, concentravam 35,2% da área cultivada e 36,9% da produção. Em relação aos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares esses percentuais chegavam a 0,32%; 8,3% e 7,65%, respectivamente.

**Gráfico 3:** Número de estabelecimentos, quantidade produzida e área cultivada por estabelecimentos em 1975.



Fonte: Censo agropecuário de 2010 (IBGE, 2014)

Org: MENEZES, L.J.M

O que o gráfico 1 demonstra muito claramente é que em 1975 havia inúmeros produtores inseridos no desenvolvimento da atividade sojicultura. Este fato logicamente corroborou para que a soja nesse período já não fosse mais



considerada como uma coadjuvante<sup>17</sup> no contexto da produção de commodities da agricultura brasileira e, tampouco, no contexto dos produtos exportáveis agrícolas dentro do modelo agroexportador vigente.

Na verdade, a soja destacou-se entre os produtos agrícolas que corroboraram, durante os anos de 1970, para a mudança na composição da pauta dos exportáveis, com a introdução de novos produtos agrícolas e, principalmente, de produtos elaborados pelo setor a jusante da agricultura. Ela sobressaiu-se dentre os demais produtos agrícolas tendo sua exportação tanto na forma de grãos *in natura* quanto na forma de produtos agroindustriais (óleo ou torta). Esse status foi adquirido pela soja de forma muito rápida, haja vista que no caso brasileiro:

[...] bastaram-se 15 anos – de 1965 a 1980 – para passar de 1,4% a 16% da produção mundial de soja (e essa porcentagem, em 1985, foi de 19%); e dez anos – de 1975 a 1985 – depois de considerável investimento industrial, para colocar-se na primeira linha dos exportadores de torta e de óleo de soja no mercado internacional, na frente dos Estados Unidos (BERTRAND; LAURENC & LECLERCQ, 1981, pg. 41).

Logicamente, que o status adquirido pela soja não somente se deve a intervenção do Estado no fomento ao desenvolvimento da produção, mas, também, devido a sua atuação na articulação desta com a indústria a montante da agricultura, na modernização e organização da estrutura de comercialização da soja, na constituição e desenvolvimento da agroindústria processadora. Nesse contexto, conforme Mazzali (2000, p. 67), os principais mecanismos utilizados foram:

A política de crédito rural, em todas as modalidades – custeio, comercialização e investimentos -; os investimentos diretos, seja na infraestrutura de transporte armazenagem, seja na produção de fertilizantes; subsídios fiscais e creditícios especialmente para o incentivo à implantação da agroindústria processadora. Agregue-se, ainda, que o Estado atuou como “regulador” da comercialização de grãos procedendo a arbitragem entre mercado interno e externo, além da administração dos conflitos entre os diferentes agentes econômicos – cooperativas agrícolas, indústria processadora e exportação de grãos.

---

<sup>17</sup> Cabe lembrar que a soja já era cultivada no início do século XX no Rio Grande do Sul, que a mesma passa a manifestar um movimento de circulação global de mercadoria a partir de 1947, quando começaram os embarques do produto para a Europa (CONCEIÇÃO, 1987), mas que, por outro lado, até a metade do século passado, sua produção tinha como destino a produção de forragem para alimentação do gado leiteiro e para a criação de suínos em pequenas propriedades rurais (WESZ JUNIOR, 2014). Assim, passar de mera coadjuvante a uma das principais commodities agrícolas exportadas representou um salto pomposo.

A onipresença do Estado em todas as esferas da cadeia produtiva da soja e a conjuntura internacional favorável à comercialização podem ser considerados como os pilares da consolidação do “complexo soja” no Brasil. Por seu turno, a cadeia da soja constituiu-se em uma das expressões máximas do modelo de desenvolvimento via complexo agroindustriais.

Porém, essa ampla intervenção do Estado na cadeia produtiva da soja durante a década de 1970 não se manteve com a mesma intensidade na década subsequente. Tampouco, manteve-se a conjuntura internacional favorável a comercialização no mercado internacional.

Já no final da década de 1970 e no decorrer da década de 1980, alterações no âmbito nacional e mundial promoveram uma crise na cadeia produtiva da soja. No âmbito nacional podemos destacar como uma das mais importantes à crise fiscal do Estado e no mundial, dentre outras, a reconversão das condições do mercado internacional.

Com a crise fiscal a capacidade de intervenção direta por parte do Estado em todas as esferas da cadeia produtiva da soja passou a ser imobilizada e desarticulada no decorrer dos anos 80 (DELGADO, 1985). Isso implicou em uma redução substancial da disponibilidade de recursos oficiais subsidiados para o financiamento da produção agrícola e da agroindústria processadora, assim como, das instituições de apoio tecnológico. O que significava no âmbito da intervenção agrícola um processo de “demolição dos aparatos de Estado construídos desde 1930 em distintas instâncias da política agrícola: as instituições por produto e o subsistema de regulação funcional do setor rural” (DELGADO, 1993, p.15).

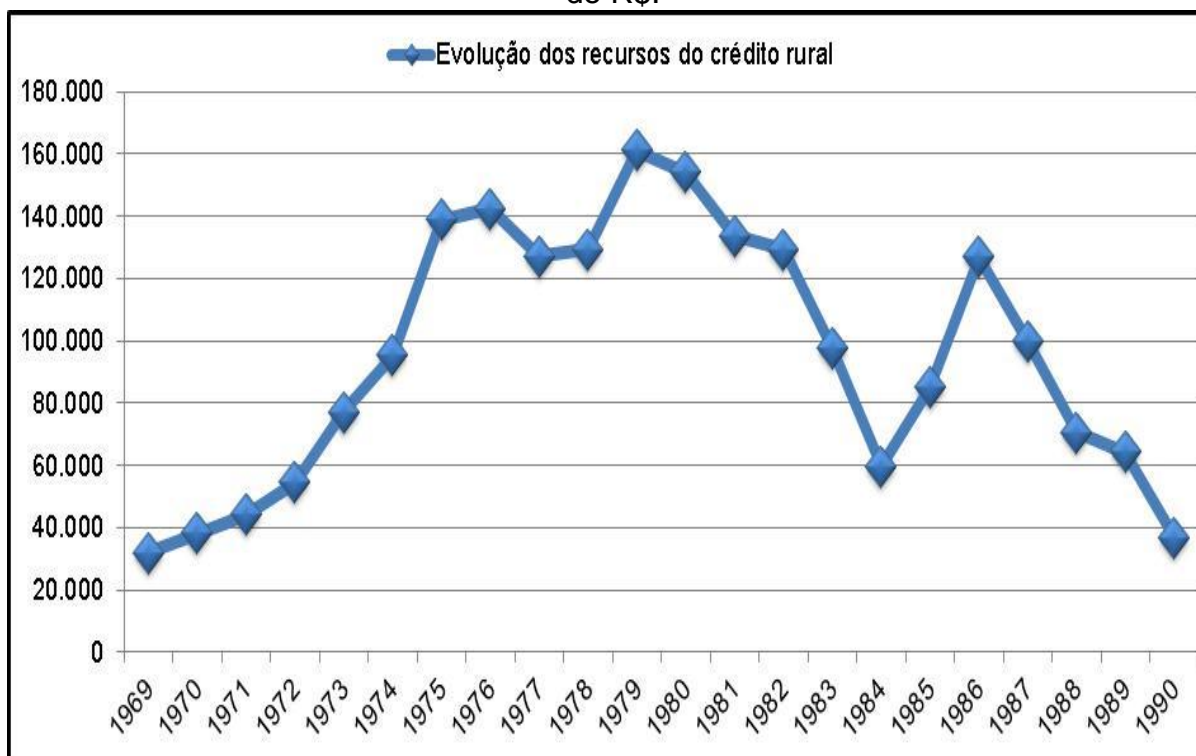
Com isso, um dos pilares do contexto de incentivo à produção da soja e a construção de territorialidades em meio à atividade sojicultora começou a ruir. O gráfico 4 demonstra muito claramente essa derrocada do crédito rural e que os valores destinados à produção rural durante a década de 1980 despencaram de tal modo que chegaram à década de 1990 com uma redução de 76,11% em relação ao início da década anterior, quando apresentou um valor próximo do máximo atingido em 1979.

Durante a década de 1970, com exceção dos anos de 1977 e 1978, como se pode observar no gráfico 4, a cada ano os recursos referentes ao crédito rural apresentaram um crescimento positivo. De 1969 a 1979, ou seja, em uma década, há um crescimento real de 404,1% no volume de crédito rural.

Contudo, quando se inicia a década de 1980, os valores referentes aos recursos advindos do crédito rural decrescem. Isso não aconteceu de forma sequencial tendo em vista que o volume voltou a crescer entre os anos de 1985 e 1986 devido à monetarização da economia proporcionada pelo Plano Cruzado. No entanto, como a instabilidade econômica manteve-se nos anos subsequentes, houve uma redução drástica no volume de recursos aplicados ao crédito rural.

Como é de se imaginar, não se pode inferir exatamente o quanto influenciaram a política de crédito e outras políticas, assim como, outros fatores internos e externos para a sojicultura e para a construção da territorialidade de produtores de diferentes segmentos da agricultura. Porém, é incontestável que durante os momentos de pico da disponibilidade de recursos houve concomitantemente uma expansão extremamente dinâmica da sojicultura.

**Gráfico 4:** Evolução do volume do crédito rural no Brasil de 1969 a 1990 em milhões de R\$.



**Fonte:** Banco Central do Brasil - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro-DEROP Registro Comum de Operações Rurais – RECOR.

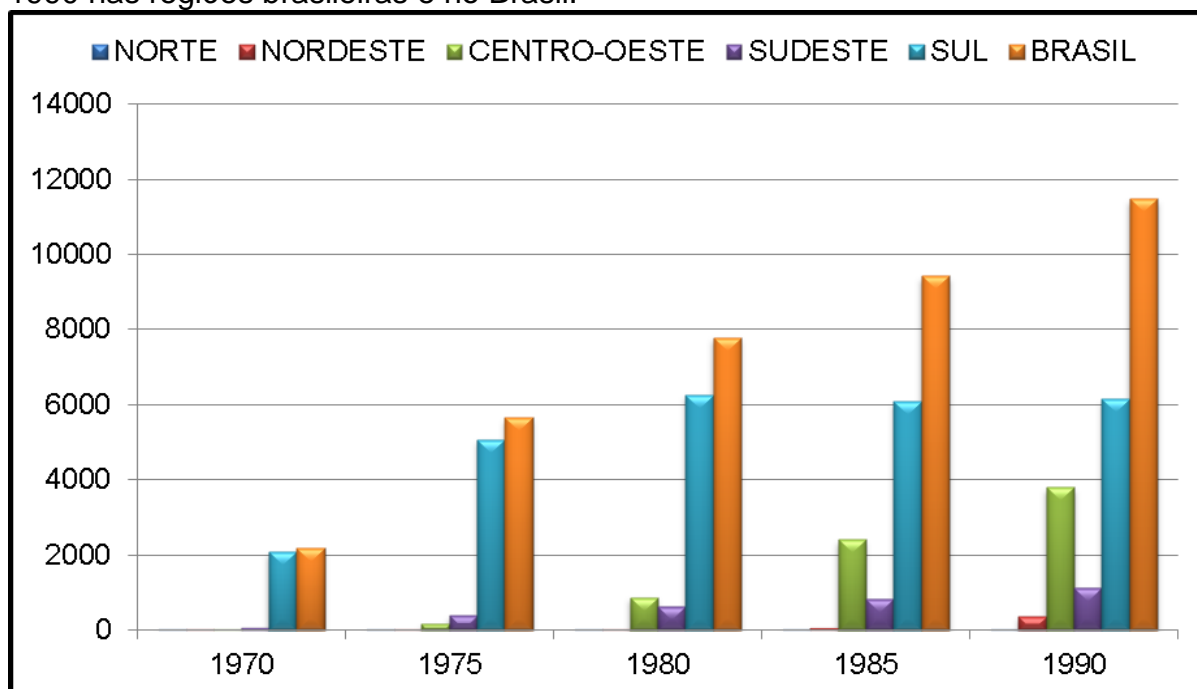
**Org.:** MENEZES, L. J. M.

Com a veracidade dessa assertiva corrobora a realidade expressa nos gráficos abaixo. O primeiro deles, o referente à área colhida da soja, Gráfico 5, coloca em evidência que, em duas décadas, há um aumento de mais de 425,5% da área colhida em escala nacional.

Como é possível identificar a Região Sul continua concentrando o desenvolvimento da sojicultura com um percentual de aproximadamente 53,5%; e que a Região Centro-Oeste começa a se destacar como umas das maiores regiões concentradoras da produção. Em 1990, esta última região já concentrava aproximadamente 33,2% da área colhida.

O crescimento da área colhida obviamente é um indicador de que também cresceu a produção da soja, conforme demonstra o gráfico 6. Esse crescimento entre 1970 e 1990, em termos percentuais, chegou a 956%.

**Gráfico 5:** Evolução da área colhida da soja em milhares de hectares de 1970 a 1990 nas regiões brasileiras e no Brasil.



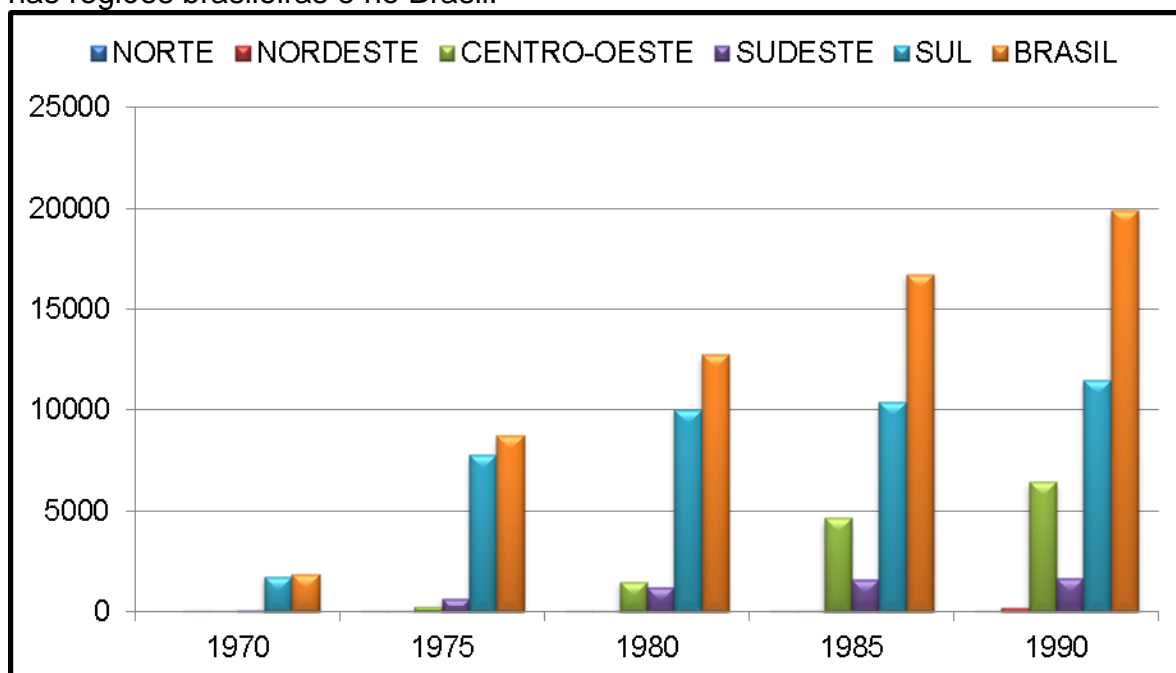
Fonte: Censo agropecuário de 2010 (IBGE, 2014)

Org.: MENEZES, L. M. M.

Dentre as regiões brasileiras, a Sul e a Centro-Oeste, em 1990, concentravam 57,8% e 32,4% da produção, respectivamente. Esses percentuais somados apontam

que essas duas regiões juntas concentravam aproximadamente 90,2% do que se produzia no País como um todo.

**Gráfico 6:** Evolução da produção da soja em milhares de toneladas de 1970 a 1990 nas regiões brasileiras e no Brasil.



Fonte: Censo agropecuário de 2010 (IBGE, 2014)

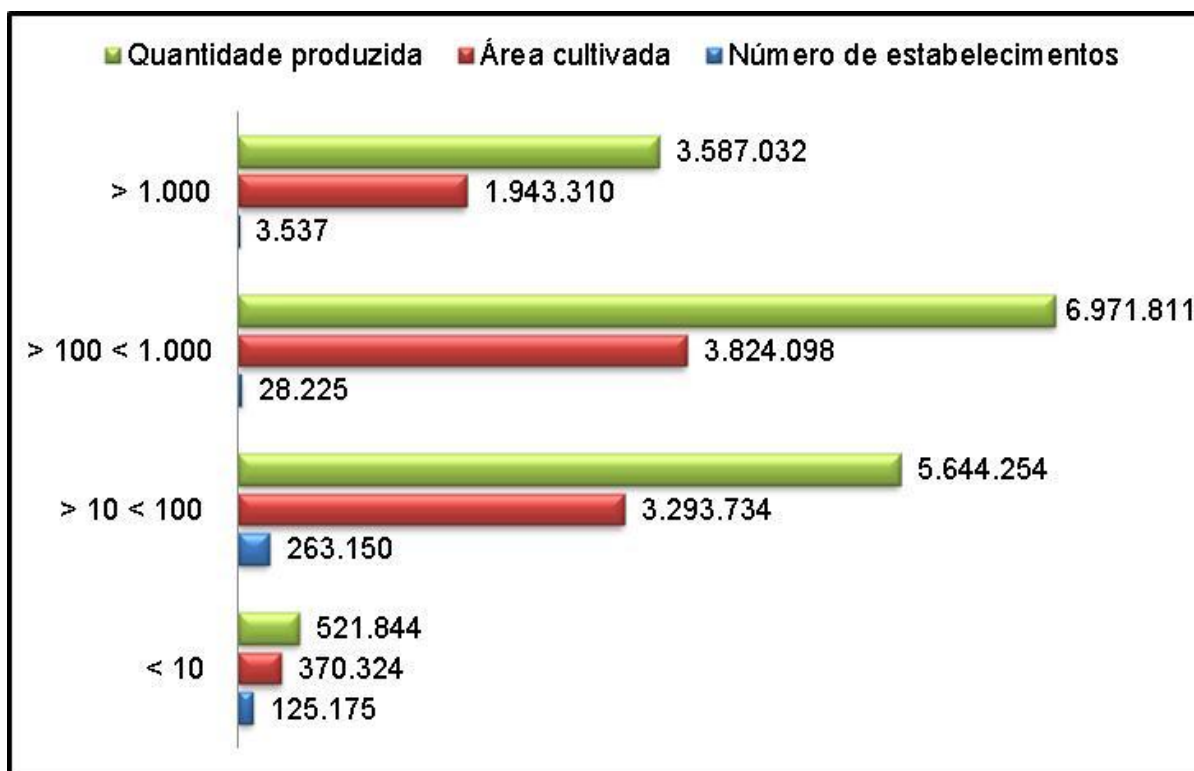
Org.: MENEZES, L. M. M.

Essa área destinada a produção da commodities soja e a própria produção alcançada está distribuída em 1985 de uma forma diferente nos estabelecimentos agropecuários que desenvolvem a atividade sojicultora no País daquela a que já se fez referência anteriormente.

Em 1985, havia 420.204 mil estabelecimentos com produção de soja no País. O que significa que havia 66.668 estabelecimentos a menos do que em 1975, pois, nesse ano, esse número era de 486.872 mil estabelecimentos.

Como é possível perceber no Gráfico 7, o maior número de estabelecimentos ainda são aqueles entre 10 e 100 hectares, como em 1975. Seu percentual em relação ao total de estabelecimento permaneceu praticamente o mesmo: 62,3% em 1975 e 62,6% em 1985.

**Gráfico 7:** Número de estabelecimentos, quantidade produzida e área cultivada por extrato de área em 1985.



Fonte: Censo agropecuário de 2010 (IBGE, 2014)

Org.: MENEZES, L. J. M.

No entanto, como há uma diferença de 66.668 entre os números absolutos de 1975 a 1985, é preciso notar em 1985 há 40.178 estabelecimentos a menos do que em 1975. Neste último ano havia 303.328 estabelecimentos enquanto na metade da década subsequente havia apenas 263.150. Ou seja, houve uma redução em termos percentuais de 13,2%.

Esta pode ser considerada como uma das razões para que já em 1985 esses estabelecimentos não fossem mais os que concentravam o maior número de hectares cultivados e o maior número de toneladas produzidas.

Em 1985, a concentração da área cultivada e da produção estava, em relação à área e produção total, nos estabelecimentos entre 100 e 1.000 hectares. Estes estabelecimentos concentravam aproximadamente 40,5% da área cultivada e 41,7% da produção total. E esta concentração pode ter ocorrido porque o número desses estabelecimentos aumentou cerca de 9.086 estabelecimentos de 1975 a 1985. Basta lembrar que em 1975 o número total destes estabelecimentos era de 19.139,

enquanto em 1985 já eram 28.225. O que representa que em termos percentuais o número desses estabelecimentos cresceu aproximadamente 47,5%.

O mesmo ocorreu com os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares. O número destes estabelecimentos de 1975 a 1985 aumentaram de 1.543 para 3.537. Ou seja, em uma década houve um aumento de 1.994 estabelecimentos com mais de 1.000 hectares entre os que produziam soja no País. Ou seja, cresceram 129,2%. E em meio a esse crescimento passaram a concentrar 21,4% da quantidade produzida total e 20,6% da área cultivada, uma concentração bastante significativa quando comparada com os percentuais de 1975 que foram de 7,65% e 8,3%, respectivamente.

A realidade dos estabelecimentos com uma dimensão menor de 10 hectares é bastante diferentes das duas últimas supracitadas, haja vista que seu número total passou de 162.859 em 1975 para 125.175 em 1985. Essa diferença de 37.684 estabelecimentos representa uma redução de aproximadamente 23,1%. Conseqüentemente, a concentração de área cultivada e da produção nesses estabelecimentos também sofreu uma redução 8,6% e 12,1%, respectivamente.

Essa simples análise demonstra que durante o período em que se viveu um momento favorável para que os agricultores brasileiros desenvolvessem a sojicultura há uma transformação importante naqueles e dentre aqueles estabelecimentos com a produção de soja. Dela pode-se tirar a seguinte conclusão: 1) há uma redução no número total de estabelecimentos; 2) o número de estabelecimentos com menos de 10 e entre 10 e 100 hectares diminuiu aproximadamente de 36,3%; 3) o número de estabelecimentos maiores, entre 100 e 1.000 e com mais de 1.000 hectares, cresceram 176,7%; 4) os estabelecimentos considerados maiores concentram 61,1% da área cultivada e 63,1% da produção até o ano de 1985. Há, portanto, no decorrer do período analisado, uma significativa concentração fundiária.

Independente de como se deu esse processo, seja por incorporação de áreas aos estabelecimentos, seja por inserção de novos estabelecimentos e/ou pela eliminação de alguns deles, o fato é que o revés no contexto de incentivo, principalmente no que se refere aos subsídios a produção, antes de tudo, representou um entrave a um processo intenso de inserção de agricultores na atividade sojicultora e, sobretudo, um entrave à permanência nesta atividade daqueles agricultores que já a desenvolviam, sobretudo pequenos e médios produtores.

Embora fosse imprescindível para o produtor o acesso ao crédito à política macroeconomia, com o agravamento do processo inflacionário e principalmente com a crise fiscal do Estado, impôs drásticos ajustes à política de crédito rural. O que, de certa forma, deixou muito evidente de que o Estado já não apresentava mais condições de exercer o papel de principal financiador da produção rural. E, a partir desse momento:

[...] inicia-se um processo de realinhamento da política de crédito rural, baseada na reestruturação de fontes não inflacionárias de financiamento, na redução da participação direta do governo na concessão de financiamentos, ampliando a atuação de agentes privados, e na progressiva eliminação dos subsídios ao crédito rural (RAMOS e JUNIOR, 2010, p. 9).

Em meio a isso foram impostas algumas restrições ao crédito, como por exemplo, o aumento da taxa de juros e a adoção de limites de crédito para o custeio (DEFANTE et. al., 1999), o que exigia que o produtor viesse a utilizar mais intensivamente os recursos próprios.

Não bastasse essa total reviravolta na política de crédito e nas suas condições de acesso, ainda, há que se ressaltar que a política de garantia de preços mínimos não forneceu o suporte necessário nesse momento de crise. E isso porque ao longo da década de 1980 houve uma clara “redução ou quase eliminação dos recursos de EGF (Empréstimo do Governo Federal) para a soja (movimento que se verificou para todos os outros produtos), como reflexo inequívoco do agravamento da crise fiscal brasileira” (CASTRO, 1993, p.86).

Essas alterações atingiram diretamente os produtores de soja e conseqüentemente criou-se uma perspectiva negativa não somente em relação a uma expansão fugaz da produção da soja, mas, também em relação a própria continuidade no desenvolvimento da sojicultura para diversos agricultores. A realidade enfrentada pelos produtores do estado do Rio Grande do Sul era a maior expressão disso. Muitos produtores do estado haviam destinado quase ou completamente os seus espaços produtivos ao cultivo da soja, modernizando-se e investindo em insumos modernos destinados a produção. E com o revés no contexto de incentivo ao desenvolvimento da sojicultura acabaram tornando-se detentores de dívidas, às quais, muitas vezes, determinaram a perda de suas propriedades.



Diante desse cenário, tinha-se perspectiva de que ocorreria uma redução da área plantada e da própria produção da soja, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, então principal estado produtor do país, durante as décadas de 1970 e de 1980.

Não menos importante do que essa fatídica realidade com que se deparou o produtor é a que se apresenta para a agroindústria processadora. De um lado, pelas implicações causadas diante da redução dos recursos a ela destinados pelo Estado, de outro lado, pelas implicações que esta realidade trazia para o desenvolvimento da sojicultura de onde provinha para alguns segmentos do setor a jusante à matéria prima.

O fim do acesso ao crédito rural e de subsídios fiscais de forma abundante colocava em xeque, seja direta ou indiretamente, o próprio padrão de desenvolvimento agroindustrial. E isso, sobretudo, porque as empresas agroindustriais de derivados de soja e de carnes começavam a estabelecer novas relações reestruturando-se em redes (MAZZALI, 2000). O que, por sua vez, conseqüentemente tornava cada vez mais necessária a produção de soja para atender esses distintos segmentos do setor agroindustrial.

De uma maneira diferente, mas, também, não menos importante, a realidade acima referida também atingia o setor a montante da agricultura brasileira. É que os produtores beneficiando-se de incentivos diretos (como o crédito rural) demonstraram ser capazes não só de movimentar o setor a jusante mediante o contínuo fornecimento de matéria-prima, mas, também de movimentar o setor a montante mediante a contínua reestruturação dos processos produtivos em que se dava o desenvolvimento da sojicultura.

Em síntese, o movimento estratégico do Estado permitindo a ampliação da participação dos agentes privados no financiamento da produção rural, diante da necessária revitalização do crédito rural, fez com que empresas industriais e agroindustriais se movimentassem na direção de uma reconfiguração das relações com aqueles que vinham de forma substancial movimentando o setor a jusante e a montante, ou seja, com os produtores de soja. Nessa movimentação as empresas buscavam a transformação desse cenário de perspectiva negativa para ambos os setores. No bojo desse movimento:

[...] a saída de cena do Estado impeliu à descoberta de novas formas de financiamento e comercialização da safra, no bojo das quais emergiram novos protagonistas. A agroindústria e as indústrias de máquinas de insumos passaram a ocupar um papel importante no financiamento da produção rural, no vácuo deixado pelo governo. A indústria passou a se constituir como o principal agente financeiro no campo (MAZZALI, 2000, p. 100).

O papel de financiador da produção rural foi sendo ocupado pelos novos protagonistas de forma gradativa, uma vez que, o interesse das empresas estava essencialmente em garantir que não ocorresse uma redução da área plantada e conseqüentemente da produção. Com esta perspectiva foram criados e utilizados novos mecanismos e criadas fontes alternativas ou informais de financiamento da produção rural.

Em meio à escassez de crédito o sistema denominado de troca-troca entre empresas e produtores disseminou-se principalmente na Região Centro-Oeste. Nesse sistema, empresas e produtores estabeleciam uma relação que consistia na troca direta de insumos por produtos agrícolas, cabendo ao último a entrega do produto soja no momento da colheita. De acordo com Araújo (1991), nesse tipo de financiamento certos encargos ficam embutidos no valor do insumo calculado na paridade insumo/produto.

Para ter-se uma exemplificação da amplitude que inicialmente teve esse sistema retoma-se as palavras de Mazzali (2000, p. 100):

[...] a Sadia e a Ceval duas das maiores esmagadoras de soja do país, passaram a adquirir antecipadamente entre 30% a 40% das suas necessidades. Da mesma forma, as tradings, como a Cargill e a Quintella, passaram a se constituir em importantes viabilizadoras das lavouras de soja na Região Centro-Oeste, por meio da sistemática de compra antecipada da safra com a entrega de insumos para o pagamento de futuro em grãos.

Diante das adversidades vivenciadas no final da década de 1980 e no início década 1990, um mecanismo que se tornou extremamente importante para o financiamento da sojicultura foram os contratos de "soja verde", conhecido também como "venda antecipada". Nesse caso, há um contrato firmado entre empresa e produtor anterior à safra. Nesse contrato ambos definem:

[...] a quantidade vendida, preço e prazo para a entrega. O produtor recebe parte do valor da venda no fechamento do contrato, e o restante na

liquidação do mesmo, com a entrega da soja após a colheita. O preço é determinado pelo preço futuro da soja no mercado internacional (a referência básica é a Bolsa de Chicago). Sobre o percentual adiantado, recai uma taxa de desconto, que tem como base a taxa de juros para aplicações correntes no mercado financeiro, e não a taxa de juros final cobrada dos tomadores de crédito (BUAINAIN et. al., 2007, p. 114).

Outro sistema de financiamento que surgiu durante a busca por formas e alternativas de financiamento foi o denominado como equivalência de produtos. Nessa forma de financiamento a proposta era que os produtos agrícolas fossem usados como forma de pagamento nos financiamentos. Conforme Araújo (1991), a correção dos valores do financiamento estava vinculada à evolução dos preços dos produtos financiados. Para estes autores, um dos entraves à sua disseminação foi à dificuldade de escolher qual o preço de referência a ser utilizado no valor de empréstimo (preços mínimos, preços de mercado e/ou médias móveis de preços de mercado).

No início da década de 1990, além das já referidas formas de financiamento, tem-se o lançamento na Bolsa de Cereais de São Paulo, do Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida (CMG). O CMG, conforme Buainain et. al. (2007), representava um contrato mercantil de compra e venda de mercadorias, emitido pelo detentor da mercadoria, seja produtor rural, cooperativa, beneficiador ou agroindústria, garantido por seguradora ou banco e negociado nas bolsas de cereais e bolsas de mercadorias conveniadas com a Central de Registro. Para o produtor rural o CMG garantia e oportunizava a venda a preços adequados e a possibilidade de venda antecipada, gerando o financiamento da produção e da comercialização.

Todas essas formas de financiamento expressavam tanto a ampliação da participação dos agentes privados quanto à saída estratégica de cena do Estado como principal gerador de recursos do cenário que se reorganizava para o financiamento a produção rural. Estrategicamente, o Estado passou de principal financiador a um mero regulador e estimulador da participação privada.

No intuito de manter essa estratégia o Estado criou através da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, a Cédula de Produtor Rural (CPR). Trata-se, de um título de promessa de entrega futura (comercialização antecipada) de produtos agropecuários, podendo ser emitido pelos agricultores e suas organizações (associações e cooperativas) (BUAINAIN et. al., 2007.).

Sua criação, de certa forma, como ressalta Buainain et. al. (2007), foi a regulamentação e padronização de vendas antecipadas como a “venda na folha”<sup>18</sup> e a “Venda de soja verde”. Já, Gonçalves et. al. (2005), compreende que o surgimento dos contratos Soja Verde e sua evolução para títulos lastreados em produtos como a CPR representam um expressivo avanço institucional da agricultura brasileira.

Em linhas gerais, a literatura sobre a CPR remete ao entendimento de que a mesma trouxe uma maior transparência e segurança quanto as garantias do que os contratos de “soja verde” e ao sistema de “troca-troca”, sobretudo, na medida em que, há a possibilidade de se utilizar de aval bancário e registro na CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados).

No seu surgimento, em 1994, a CPR que se tornou vigente foi à denominada CPR Física. Seus objetivos, conforme Gonçalves et. al. (2005), são os seguintes: a) financiar a produção através da venda antecipada do produto pelo agropecuarista; b) garantir o suprimento de matérias-primas através da venda antecipada da produção agroindustrial; c) vender insumos através da troca de insumos por produção agrícola por parte de empresas que transacionam insumos (operações de troca); d) fornecer alternativa de investimentos via fundos.

Na visão de Buainain et. al.(2005), a CPR Física trouxe vantagens para os contratantes, uma vez que as empresas tinham interesse seja na venda de insumos, seja em assegurar a disponibilidade de matéria-prima a preço conhecido e os produtores, ao vender antecipadamente, eliminavam o risco de preço e obtinham os recursos para financiar o custeio da produção.

A CPR foi criada no sentido de beneficiar e poderia ser emitida por produtores e cooperativas que produzissem produtos *in natura*, beneficiados, ou industrializados. Tornou-se, num contexto de instabilidade, um instrumento importante no âmbito da captação de recursos e de *hedging* de venda, pois ao ser emitida travava o preço da commodities sob negociação, protegendo contra movimento de baixa de preços (GONZALES, 1999). Esse último aspecto tinha para o produtor particular importância, haja vista que o mesmo havia enfrentado nos anos anteriores a 1994 à crescente disparidade entre seus débitos e o valor de seus produtos em determinados momentos em que a economia brasileira experimentou três dígitos de taxas de inflação anual (SOUSA e PIMENTEL, 2005).

---

<sup>18</sup> Segundo Buainain et. al. (2007) a “venda na folha” foi muito praticada na Região Nordeste do Brasil na década de 1970.

Embora a CPR trouxesse essas vantagens aos produtores, na sua formação original, ou seja, como CPR Física ela restringia uma maior participação dos agentes privados, o que, de certa forma, vinha de encontro aos interesses do Estado que buscava justamente o contrário. Agentes privados como bancos, fundos de investimento e fundos de pensão ao contrário das agroindústrias, cooperativas, revendas de insumos e máquinas, exportadores e importadores (que eram os grandes compradores da CPR Física) não se interessavam em receber a liquidação por entrega física. O setor financeiro, uma vez interessado no resultado assegurado pela taxa de juros embutida na operação não queria, ou não podia por razões legais, receber o produto (TERRA, 2002). Logo, os formuladores da CPR identificaram que essa modalidade de CPR desencorajava uma maior participação do setor financeiro nas comercializações. Com a perspectiva de incrementar a captação de recursos outras formas de liquidação surgiram para atender a necessidade dos investidores e, de certa forma, dos produtores.

Em 2000, através da Medida Provisória nº 2.017 surge a CPR Financeira (atualizada pela MP nº 2.042-9/2000), transformada em 2001 em Lei Federal nº 10.200 criando a CPR com liquidação em dinheiro. De acordo com Gonçalves et. al. (2005), a CPR Financeira é muito similar a CPR Física e a diferença básica entre elas é que na primeira a liquidação não requer a entrega física do produto, embora requeira o seguro do produto rural, da mesma maneira que a CPR de entrega física. Embora a CPR Financeira tenha as mesmas características da CPR Física, desta última diferencia-se pela possibilidade que dá ao produtor de liquidar em dinheiro o valor do título emitido na data de vencimento.

Essa modalidade da CPR que surge nos anos 2000 permite a incorporação de agentes financeiros antes pouco interessados em adquiri-la. Isso, por sua vez, originou uma reestruturação na estrutura de operacionalização da CPR.

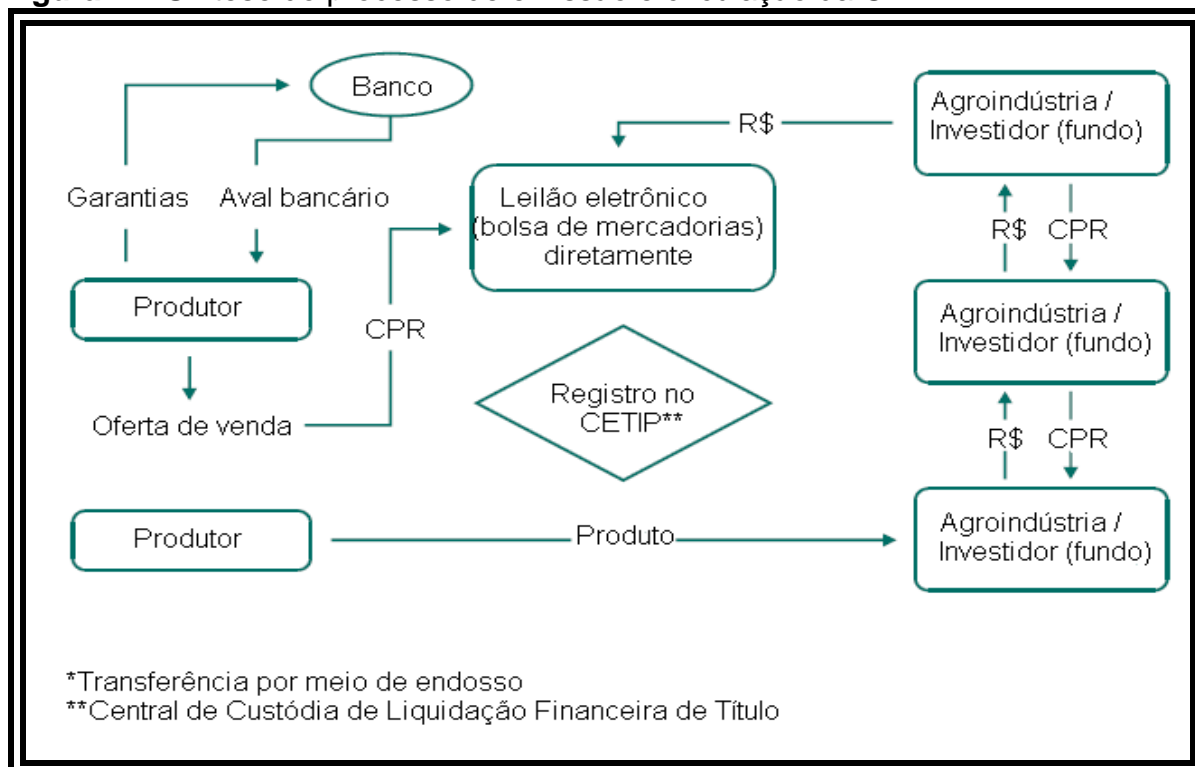
A representação de como se dá essa operacionalização é enfatizada nas figuras 11 e 12. A primeira ilustra o movimento do produtor em busca de recursos a partir da emissão da CPR. Ele a emite e procura o banco para avaliar, negociando as garantias e custo do aval, para em um segundo momento com o título já avalizado buscar registrá-lo na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), para que o mesmo possa circular no mercado financeiro (BUAINAIN et. al., 2007). De acordo com Buainain (2007, p. 115):

[...] o título é oferecido no leilão eletrônico da Bolsa de Mercadorias e adquirido por agentes que participam dos leilões, seja agroindústria ou fundo de investimento. No final da colheita, o produtor vende o produto e resgata o título negociado, mantido em custódia na Cetip, responsável por cancelar automaticamente a operação, informando e liberando a todos os participantes de quaisquer obrigações futuras.

Conforme Buainain et. al. na operacionalização da linha de crédito a lógica é a mesma, com a diferença que o banco emite *commodities notes* no exterior para captar recursos de poupadores externos que serão utilizados para financiar os produtores rurais e as operações com CPR.

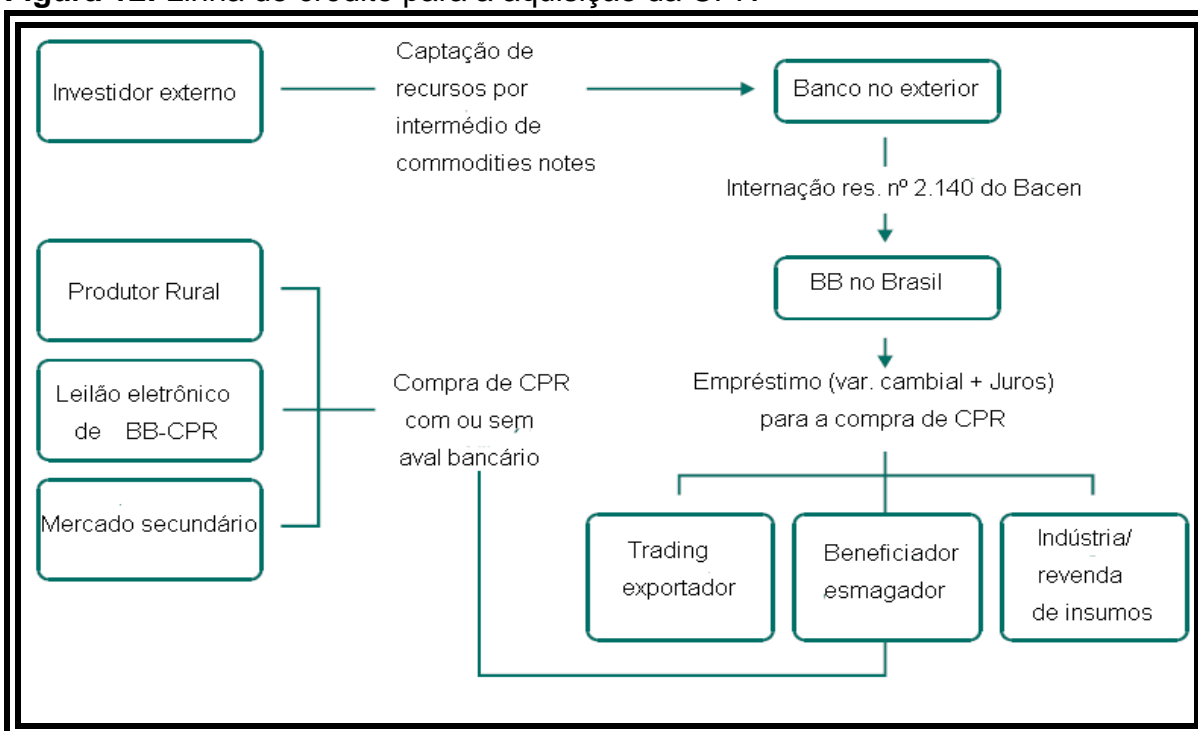
Toda essa engrenagem financeira que permite a captação de recursos também a torna uma operação com um custo relativamente alto para o produtor. Em função desses custos há dois mercados de CPRs constituídos no Brasil, um de CPRs registradas e o outro das CPRs de “gaveta”, não registradas para fugir dos custos inerentes a esse processo (GONÇALVES et. al., 2005). O elevado custo da CPR fez com que esse instrumento passasse ser útil somente para grandes produtores<sup>19</sup>.

**Figura 11:** Síntese do processo de emissão e circulação da CPR.



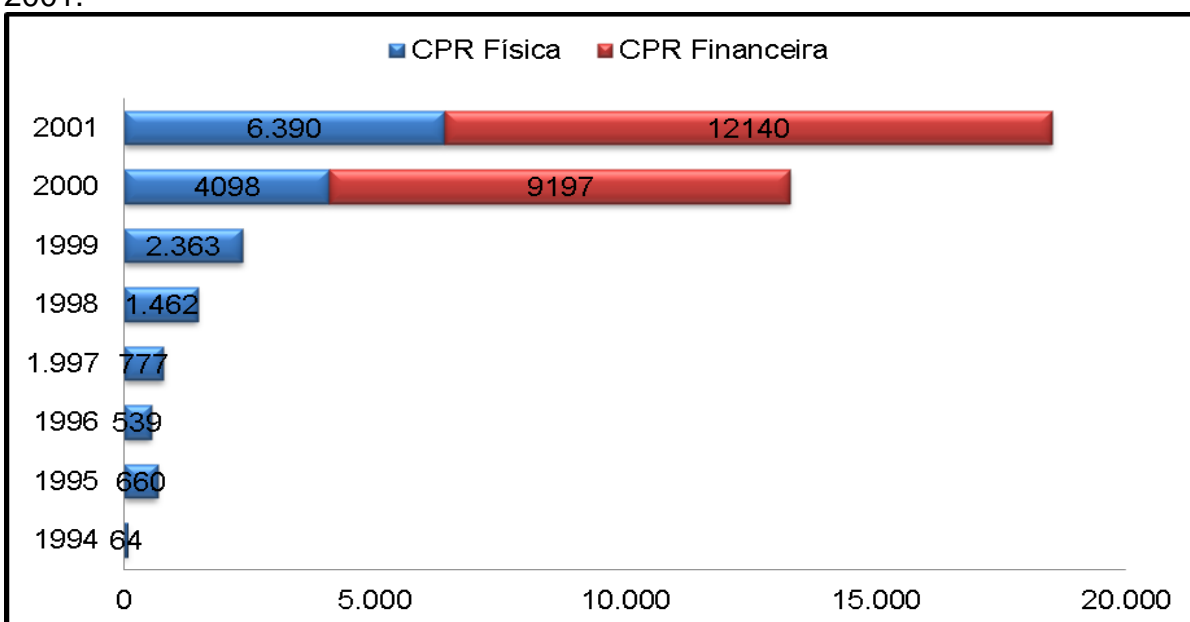
Fonte: Extraído de Buainain et. al. (2007)

<sup>19</sup> De acordo com Buainain et. al. (2007) a possível utilização da CPR pelos produtores familiares fica na dependência de uma substancial redução de seu custo financeiro e da ação das cooperativas e associações de produtores.

**Figura 12:** Linha de crédito para a aquisição da CPR

Fonte: Extraído de Buainain et. al. (2007)

Da sua criação original, da CPR Física, até a adoção da CPR Financeira, com exceção do ano de 1996, a quantidade de CPRs avalizadas manteve-se crescente, como facilmente se pode observar no Gráfico 8.

**Gráfico 8:** Quantidade de CPRs avalizadas pelo Banco do Brasil S.A. entre 1994 e 2001.

Fonte: Terra (2002)

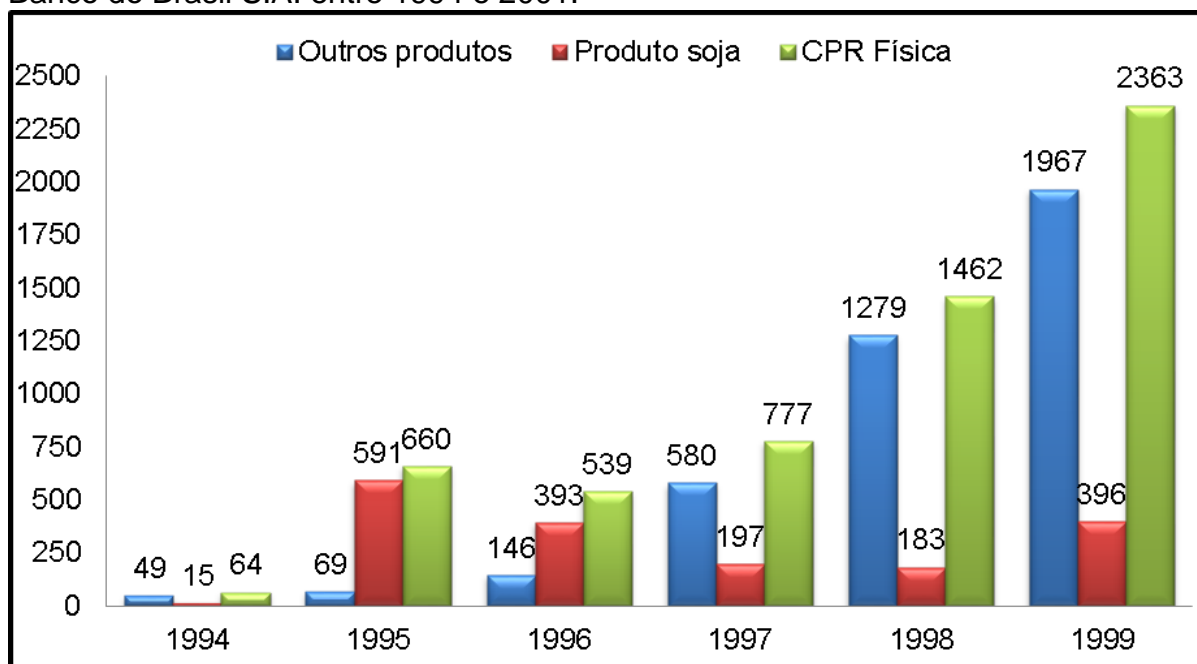
Org.: MENEZES, L. J. M.

É nítido também que já no primeiro ano de adoção da CPR Financeira os produtores a ela aderiram largamente superando a quantidade avalizada de CPR Física. O que representou em termos percentuais 124,4% a mais da primeira em relação à segunda. A adoção da CPR Financeira, sem sombra de dúvida, agradou aos produtores.

A CPR deu suporte enquanto CPR Física ao custeio e comercialização de um número não muito variado de produtos. Nos primeiros anos de sua adoção uma das principais culturas a se beneficiar dessa forma de captação de recursos foi à soja.

Como é possível observar no gráfico 9, no ano de 1995, das CPRs Físicas avalizadas, as referentes a soja eram em torno de 89,5% do total. No ano anterior, essa representatividade havia sido de 23,4% e nos anos subseqüente foi de 72,9%; 25,3%; 12,5%; 16,7%, respectivamente.

**Gráfico 9:** Total de CPRs Físicas e de CPRs Físicas do produto soja avalizadas pelo Banco do Brasil S.A. entre 1994 e 2001.



Fonte: Terra (2002)

Org.: MENEZES, L. J. M.

A relação entre número de CPRs do produto soja e o volume de recursos apropriados pelos produtores dessa *commodities* mantém uma certa proporcionalidade, com oscilações em termos percentuais não muito significativas.

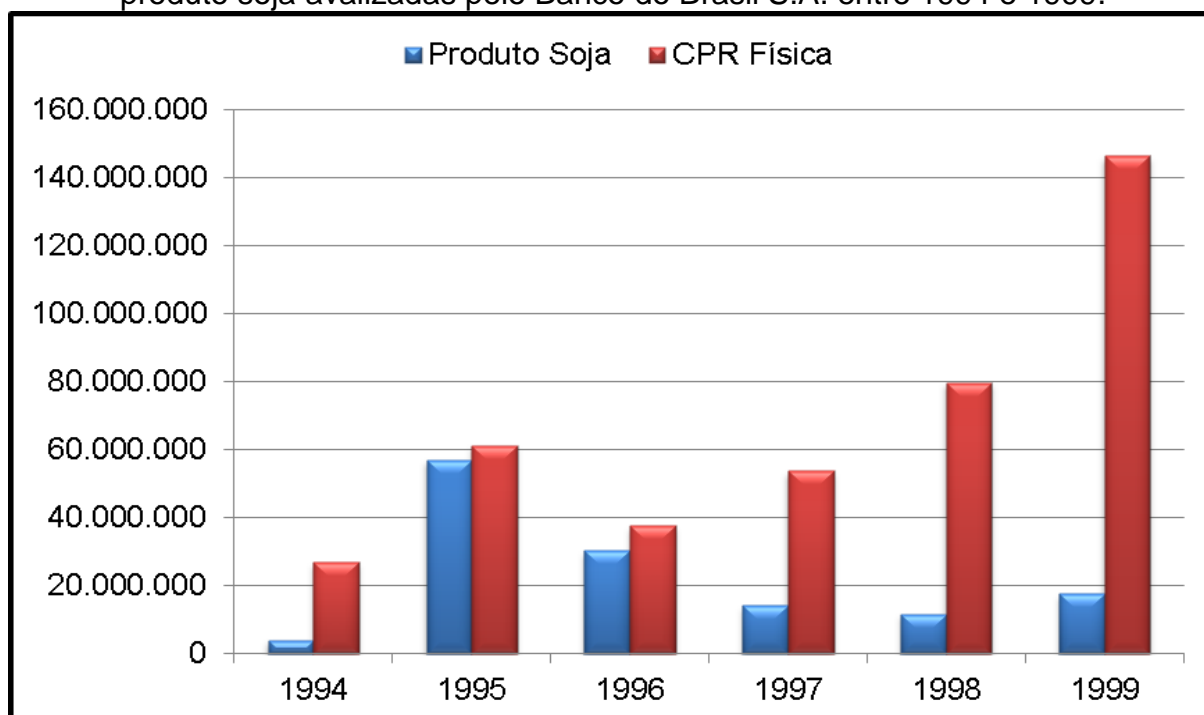


Do ano de 1994 a 1999, a cada ano os produtores de soja apropriaram-se de uma parte significativa dos recursos: em 1994 15,4%; em 1995, 93%; em 1996, 80,9%; em 1997, 26,5%; em 1998, 14,8%; em 1999, 12,1%.

Essa representatividade pode ser observada no gráfico 10. É evidente o percentual destinado a soja nos anos de 1995 e 1996. Para compreender essas cifras, é necessário lembrar que, nesses anos, o volume de recursos oficiais destinados ao financiamento da produção rural foi equivalente a 83,9% e 73,3%, respectivamente, do que foi destinado em 1969, quando ocorreu o crescimento dos recursos oficiais para o financiamento da produção rural.

Um aspecto importante sobre a emissão de CPRs nas diferentes modalidades é que a grande maioria não é registrada, pois sem o seu registro os custos diminuem significativamente. Em meados dos anos 2000, conforme Gonçalves et. al. (2005), para cada CPR registrada na época do plantio havia a emissão de cinco CPRs de “gaveta”. Logo, muitos dos grandes produtores tiveram acesso a esse mecanismo de financiamento dentro de condições favoráveis.

**Gráfico 10:** Volume total de recursos captados pela CPR Física e de CPR Física do produto soja avalizadas pelo Banco do Brasil S.A. entre 1994 e 1999.



Fonte: Terra (2002)

Org.: MENEZES, L. J. M.

Em linhas gerais, a emergência da CPR no contexto das novas formas e/ou alternativas fez-se importante para captação de recursos. Para Terra (2010, p.32):

[...] sua utilização como mecanismo de financiamento representou um avanço em relação às formas tradicionais de obtenção de recursos para o setor agropecuário, pois não depende de financiamento por parte do governo, já que os recursos originam-se do mercado, provenientes de pessoas físicas ou jurídicas que compreendem um número diversificado de agentes.

A sua utilização no financiamento da produção rural praticamente eliminou o antigo Contrato Soja Verde (que está restrito quase que somente aos contratos entre sojicultores e agroindústrias de insumos para transações com insumos prazo/safra) e ocupou, de forma definitiva, todo o espaço do Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida (CMG) (BUAINAIN et. al. 2007; GONÇALVES et. al., 2005).

No contexto da evolução institucional e instrumental do novo padrão de financiamento da agricultura com base em títulos financeiros, a CPR merece destaque. E como ressaltou Gonçalves et. al. (2005) “fica nítido que esse avanço concentra-se nas *commodities* com ênfase na soja e que as taxas de juros praticadas configuram ainda um alto custo do dinheiro”.

No contexto da sojicultura, as novas formas de financiamento, que emergiram na escassez dos recursos oficiais, oportunizaram que muitos produtores continuassem a construir e vivenciar uma territorialidade em meio ao desenvolvimento dessa atividade agrícola. Simultaneamente, a partir delas foram construídas estratégias para dar continuidade a uma acumulação de capital que, de certa forma, foi colocada em xeque quando o Estado, num movimento estratégico, deixou de ser o principal financiador da produção rural.

O fato da evolução institucional e instrumental do novo padrão de financiamento da agricultura com base em títulos financeiros se concentrarem em *commodities* como a soja não ocorreu por acaso. Empresas do setor a montante e principalmente do setor a jusante vislumbram e tem com o desenvolvimento da sojicultura uma oportunidade ímpar de acumular capital via seu financiamento. Isso porque, nos últimos anos, essa acumulação é privilégio de um número pequeno de empresas que se movimentaram traçando, de forma concisa, inúmeras estratégias,

que por sua vez, transformaram o cenário da estrutura industrial do complexo da soja.

A partir da década de 1990, há um conjunto de transformações que permitiram com que um número não muito vasto de empresas viesse a aumentar substancialmente seu poder no contexto da cadeia da soja. Esse poder uma vez concentrado e exercido permitiu a determinadas empresas o poder de concentrar. Isto, de certo modo, tem substantivado a territorialidade construída e vivenciada pelo produtor de soja em meio à atividade sojicultora. Buscando ressaltar as transformações que oportunizaram tal concentração de poder e como substantivam a territorialidade do produtor de soja é que se expõe, a seguir, uma síntese dessas transformações que ainda estão em curso.

### **2.3 A internacionalização do agronegócio: a concentração de poder e o poder de concentrar em meio à atividade sojicultora.**

No decorrer da década de 1970, quando ainda ocorreu uma forte regulação estatal, o setor agroindustrial diretamente vinculado ao processamento da soja destacou-se pela dinamização que apresentou, num período de modernização agrícola, em que se criou um cenário variado em termos de transformações produtivas.

Nesse momento, ocorreram mudanças profundas na sua capacidade instalada. Tratava-se, sobretudo, do aumento expressivo da capacidade das agroindústrias esmagadoras, por meio dos mecanismos de intervenção do Estado, como os subsídios fiscais e creditícios. Com o financiamento e/ou patrocínio por parte do Estado, os empreendimentos nos grandes parques industriais chegaram a gerar uma considerável capacidade ociosa, fruto da perspectiva de beneficiar-se ao máximo do apoio governamental dado ao setor.

O final dessa década é considerado um marco no perfil das agroindústrias esmagadoras de soja, uma vez que esses empreendimentos ficaram sujeitos a uma nova dinâmica advinda das transformações tecnológicas e da conversão dos mercados regionais em nacionais (WESZ JUNIOR, 2011). Essa ampliação da escala geográfica de atuação de algumas agroindústrias do setor implicou na redução do

número de estabelecimentos processadores e o aumento do tamanho médio das plantas (KAGEYAMA et al., 1990).

A eminente expansão da capacidade de esmagamento ocorrida, no decorrer da década de 1970, não teve sequencia na década posterior, quando as transformações no setor praticamente se estagnaram. Conforme Castro (1996) e Mazzali (2000), essa estagnação esteve relacionada a uma conjuntura diversificada que engloba: 1) o término da venda de óleos e gorduras para alguns mercados europeus, pois estes optaram pela proteção da sua indústria doméstica, importando somente a matéria-prima; 2) aumento da participação da Argentina na exportação de produtos processados devido aos seus custos mais reduzidos pela sua logística eficiente, pela queda dos tributos que pesavam contra a exportação e pela fertilidade natural da região agrícola; 3) maior lucratividade na comercialização do grão brasileiro frente ao óleo e ao farelo de soja; 4) emergência de matérias-primas substitutas diretas (girassol, palma, colza, etc.); 5) instabilidade dos preços.

O quadro de estagnação evidenciado, no decorrer da década de 1980, sofreu uma alteração abrupta no início da década de 1990. A partir desta última década, consolidaram-se neste setor algumas empresas líderes (Sadia, Perdigão e Ceval) e, ao mesmo tempo, ocorreu de forma mais contundente o “entrelaçamento” dos setores da soja e de carnes que, como já mencionado, passaram a organizar-se em redes.

Neste momento, o cenário da estrutura industrial do complexo da soja poderia ser caracterizado, conforme Castro (2002), da seguinte forma:

- Grandes grupos nacionais integrados que atuavam nas cadeias de oleaginosas e de carnes – como as empresas Sadia, Perdigão e Ceval – que tenderam a estabelecer plantas esmagadoras na região de fronteira agrícola com o objetivo de apropriar-se das vantagens da proximidade da matéria-prima, dos menores custos lá encontrados, dos incentivos fiscais disponíveis e da integração das cadeias com uma mesma estrutura de comercialização e distribuição, o que permitiu uma melhor inserção competitiva dos seus produtos;
- Grandes grupos internacionais (Cargill, Santista e Gessy Lever) que buscaram adotar um comportamento mais conservador, sem grandes investimentos na ampliação da capacidade de processamento industrial da soja, preferindo a localização de suas plantas mais

próxima aos portos de escoamento de exportações, estratégia apropriada a um país com constantes mudanças macroeconômicas, o que exigia a rápida tomada de decisões;

- Empresas regionais de menor porte – como a Caramuru, Bianchini e Granóleo – e cooperativas – como a Comigo – que investiram no processamento industrial da soja ou na produção de farelo. No caso das cooperativas, esta estratégia era coerente pela presença de uma base agrícola advinda dos seus associados. Esta faixa de empresas nunca chegou a competir nos mercados internacionais (até o Plano Real), mas encontrou seu espaço na integração com os mercados do Centro-Oeste e da região Nordeste, resultado de melhorias importantes nas condições de transporte.

Esta caracterização, no entanto, denota tal cenário até o início do Plano Real. Um cenário diverso englobando empresas internacionais e nacionais de grande e pequeno porte sendo estas últimas as que majoritariamente o dominavam. Um domínio que estava ligado ao protecionismo em vigor na economia nacional que induzia as filiais das multinacionais instaladas no país a controlarem seu próprio processo de incorporação do progresso técnico, o que permitia que vicejassem as empresas nacionais de médio e pequeno porte mesmo atuando em mercados regionais.

Contudo, este cenário passou por importantes alterações, na medida em que os planos do governo federal passaram a não ter como compromisso central o desenvolvimento, como no período passado, mas sim a estabilização econômica direcionada fundamentalmente ao combate inflacionário.

Com o surgimento do Plano Real, a inflação é estabilizada, ao mesmo tempo em que se rompe em grande medida com a proteção tarifária e com a presença estatal, implantando um modelo pautado na competitividade e na abertura comercial. Logo, há um retorno abundante de capital internacional que passa a ser utilizado pelo governo federal para adotar uma política neoliberal com atração de capital externo.

Este novo ambiente fez com que os grupos internacionais decidissem explorar as potencialidades do mercado brasileiro. E sua entrada no mercado brasileiro, na visão de Benetti (2004), teve como reflexo o aumento da competição rompendo o equilíbrio com que se repartia o mercado interno entre a tríade das

empresas então operantes, obrigando-as a revisarem suas estratégias e a mudarem seu comportamento de atuação. De acordo com a mesma autora:

As filiais das empresas estrangeiras aqui já instaladas se reestruturaram e promoveram novos investimentos; as nacionais de grande porte, visando garantir suas posições no mercado, aceitaram as novas regras do jogo, transitando bruscamente para o padrão de crescimento baseado na diferenciação acelerada da produção. (...) As pequenas e as médias empresas, por seu lado, viveram um período de dificuldades dramáticas, ao sofrerem a concorrência direta e intensificada dos grandes grupos nacionais e internacionais, sem que tivessem, como os grandes brasileiros, as mínimas condições de acompanhar o novo jogo vigorando no mercado (BENETTI, 2004, p. 23).

Nesse cenário os grupos internacionais por meio do capital estrangeiro fizeram novos investimentos, adotando como principais mecanismos de transações a fusão e aquisição de empresas situadas à jusante da agricultura, tornando-se os protagonistas de um processo intenso de concentração e centralização de capital, desnacionalização das empresas, internacionalização dos mercados.

Este fenômeno aparentemente novo, no entanto, representa a aceleração de situações que já estavam presentes no período da constituição dos complexos agroindustriais e que, com a liberalização comercial, a estabilização monetária e a atração de capitais estrangeiros deixam de ser tímidas e minoritárias (FLEXOR, 2006).

Também, é apenas aparente, uma provável mudança na complementação e diversificação da estrutura produtiva. O que ocorreu como aponta Benetti (2004) é um simples avanço sobre as plantas já existentes, trocando os empresários nacionais por estrangeiros<sup>20</sup>.

Sobretudo, esse movimento revela a necessidade das empresas estrangeiras em: 1) eliminar concorrentes, aumentando a presença da empresa compradora no mercado; 2) saltar etapas no processo de crescimento horizontal das empresas; 3) construir escalas de produção compatíveis com o novo padrão de desenvolvimento, altamente exigente quanto à incorporação continuada de tecnologia; 4) assegurar o suprimento de matérias-primas e de canais de distribuição dos bens finais, já estruturados pela empresa adquirida; e 5) entrar rapidamente no mercado

---

<sup>20</sup> Flexor (2006), baseando-se em dados da revista Exame, confirma esse fenômeno ao mostrar que das dez maiores empresas agroalimentares em 1990, 60% eram brasileiras, e que, em 2003, esse percentual caiu para 30%.

doméstico, aproveitando a fase promissora de negócios que se desenhava, alargada pela integração do Brasil ao Mercosul (BENETTI, 2004).

Esse movimento expressa um dos principais objetivos das empresas, sobretudo, das empresas internacionais, o de adquirir as estruturas industriais de seus concorrentes. Ao alcançar tal objetivo, a partir de fusões e aquisições, tem-se como consequência a concentração empresarial.

Uma expressão disso está no fato de que entre 1995 e 2004 houve uma redução no número fábricas de processamento de soja de 120 para 92 (ABIOVE, 2010). Ou seja, nesse período, há uma redução em termos percentuais em torno de 23,5% no número de unidades de esmagamento.

Não obstante, como aponta Wesz Junior (2011), a profundidade da concentração empresarial a jusante da cadeia da soja, é mais bem observada no período entre 1995 e 2005, ao analisar-se a participação das dez maiores empresas sobre o percentual da capacidade de esmagamento no Brasil. Isso porque os dados, conforme aponta a Tabela 3, demonstram que os dez líderes passam de uma participação percentual de 53% em 1995, e que por si só já era concentrada, para 71% em 2005.

Como se pode observar, também, nesse período as quatro posições iniciais ampliam significativamente seu percentual de participação, passando de 31% para 48%, demonstrando a hegemonia produtiva desempenhada pelas primeiras colocadas diante do controle de quase a metade da capacidade de esmagamento.

Dentre tantos os pontos que podem ser ressaltados aqui, ressaltasse a elevação da participação das empresas estrangeiras dentro do País. As firmas estrangeiras em 2005 detêm um controle em termos percentuais três vezes maiores do que detinham em 1995. Enquanto as firmas estrangeiras aumentaram seus percentuais de participação de 16 para 48%, as firmas nacionais retrocederam de 37 para 23%.

A participação de novas *tradings* é reflexo do elevado número de fusões e aquisições responsável pela maior alteração na estrutura patrimonial e nominal do que pela construção de novas plantas industriais. O cenário que as empresas transnacionais constroem dominando o setor de processamento da soja nesse processo de desnacionalização, concentração empresarial e centralização do capital, demonstra que há uma ampliação do poder econômico-político dos novos

protagonistas do financiamento da atividade sojicultora situados no setor à jusante da agricultura.

**Tabela 3:** Participação das dez maiores empresas no esmagamento da soja no Brasil entre 1995 e 2005

1995				2005			
Colocação	Empresa	Participação no esmagamento da soja (%)	Origem do capital	Colocação	Empresa	Participação no esmagamento da soja (%)	Origem do capital
1 <sup>a</sup>	Ceval	14%	Nacional	1 <sup>a</sup>	Bunge	22%	Internacional
2 <sup>a</sup>	Santista	6%	Internacional	2 <sup>a</sup>	ADM	10%	Internacional
3 <sup>a</sup>	Cargill	6%	Internacional	3 <sup>a</sup>	Cargill	9%	Internacional
4 <sup>a</sup>	Sadia	5%	Nacional	4 <sup>a</sup>	Coinbra	7%	Internacional
5 <sup>a</sup>	Incobrasa	5%	Nacional	5 <sup>a</sup>	Incopa	5%	Nacional
6 <sup>a</sup>	G. Lever	4%	Internacional	6 <sup>a</sup>	Granol	5%	Nacional
7 <sup>a</sup>	Granóleo	4%	Nacional	7 <sup>a</sup>	Coamo	4%	Nacional
8 <sup>a</sup>	Bianchini	3%	Nacional	8 <sup>a</sup>	Avipal	3%	Nacional
9 <sup>a</sup>	Perdigão	3%	Nacional	9 <sup>a</sup>	Bianchini	3%	Nacional
10 <sup>a</sup>	Caramuru	3%	Nacional	10 <sup>a</sup>	Caramuru	3%	Nacional
Total		53%		Total		71%	

**Fonte:** Souza (2007); Wesz Junior (2011).

**Org:** MENEZES, L. J. M.

Entretanto, isso denota apenas parte desse poder. Isso porque na consolidação e no fortalecimento das empresas líderes, as mesmas atrelaram um conjunto de estratégias produtivas, econômicas e comerciais que permitiram, a partir dos contextos encontrados, promover a integração entre os elos a montante (fertilizantes) e a jusante (esmagamento) da produção agropecuária. Ou seja, uma estratégia onde os mesmos grupos responsáveis pela etapa de agroindustrialização da oleaginosa, simultaneamente, também passaram a atuar concomitantemente na produção e distribuição de insumos.

Por conseguinte, há, não apenas uma atuação paralela, mas uma reprodução no segmento a montante, por parte desses mesmos grupos que passaram a



dominar as etapas agroindustrialização da oleaginosa, do processo de desnacionalização, concentração empresarial e centralização de capital. Porém, ao que tudo indica, de forma ainda mais intensa<sup>21</sup>.

Neste contexto, a maior expressão desta realidade é encontrada na expansão do Grupo ABCD (ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus (Coinbra)) que através de fusões e aquisições passou a dominar tanto o setor à jusante quanto alguns segmentos à montante. Em 2002, como demonstra o gráfico 11, somente a Cargill e a Bunge dominavam respectivamente 11,1% e 29,3% deste último setor. Bastaram-se dois anos para a primeira chegar a 14% e a segunda a 30%. O crescimento percentual dessas duas empresas de 2002 a 2004 demonstra que a atuação da Cargill se fez de forma mais agressiva do que a da Bunge. O que não ocorreu de 2004 a 2007 quando a Cargill teve seus percentuais de crescimento praticamente estagnados chegam a 14,1%, enquanto que os percentuais de crescimento da Bunge chegam a 13,4%. Ou seja, essa última empresa, em aproximadamente três anos (2004 a 2007), tem o domínio sobre o setor a montante ampliado de 30% para 43,4% (SOUZA, 2007; BUNGE, 2004).

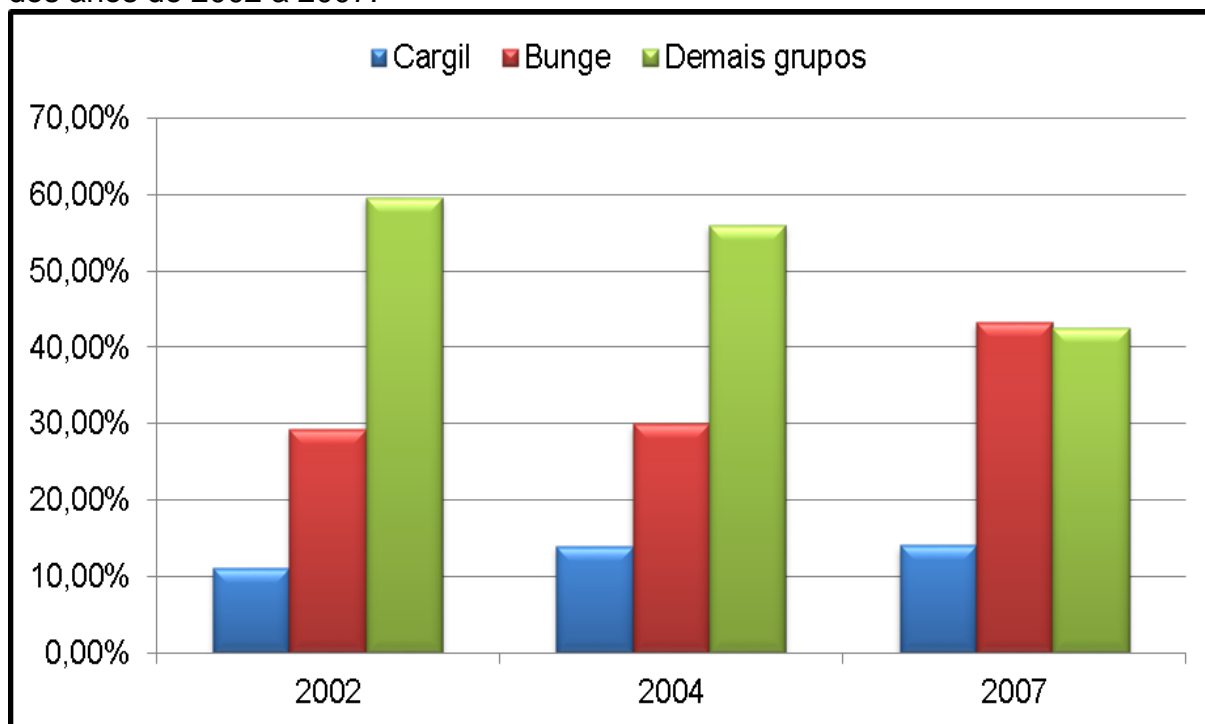
Como é possível verificar também no gráfico 11, somente essas duas empresas que compõem o grupo ABCD já, em 2007, dominavam 57,5% de segmentos específicos do setor a montante da agricultura. E mais, seus avanços em direção a concentração empresarial se dão sobre os demais grupos que reduziram seu percentual do período de 2002 a 2007 de 59,6% para 42,5%. Ou seja, em 2007, os números percentuais da Bunge já são maiores do que o percentual de todos os demais grupos desde que se exclua deste universo o grupo Cargill.

Em linhas gerais, a conjuntura de concentração do setor a montante na sua totalidade, na visão de Benetti (2004), demonstra que existe uma forte tendência à geração de um monopólio pelo elevado grau de concentração do setor. Nesta concentração, por meio das estratégias de fusões e aquisições, não se dá apenas, ou não se visa unicamente, o domínio sobre mercado, mas sim o domínio sobre as fontes de recursos naturais e da produção de matérias-primas básicas.

---

<sup>21</sup> Cabe destacar que esse movimento de concentração ocorre de modo mais amplo neste setor, pois os cinco grupos com maior participação saíram de um domínio de 67,7%, em 2002, para 87,2%, em 2007 (WESZ JUNIOR, 2011).

**Gráfico 11:** Participação do grupo Bunge e grupo Cargil no mercado de fertilizantes dos anos de 2002 a 2007.



**Fonte:** Benetti (2004); Souza (2007); Wesz Junior(2011).

**Org.:** Menezes, L. J. M.

Benetti (2004) é um entre tantos autores que demonstra muito claramente a expansão dos grandes grupos estrangeiros sobre a economia do agronegócio através de aquisições de ativos existentes e de novos investimentos. Para essa autora:

[...] esse processo permitiu-lhes controlar setores estratégicos das cadeias de produção agropecuária relacionados a suprimentos à agricultura — pesquisa agrobiotecnológica e indústria sementeira, fertilizantes, defensivos, produtos de saúde animal e equipamentos agrícolas. Como tais grupos usualmente integram, formal ou informalmente, produtores agrícolas, financiando-os, transmitindo-lhes inovações tecnológicas e adquirindo sua produção; como são processadores de matéria-prima; e, finalmente, dado que constituem poderosas tradings internacionais, principalmente responsáveis pelo comércio exterior das commodities em seus vários ramos, então, é razoável concluir que desempenharam um papel estratégico na internacionalização da produção brasileira agropecuária. (BENETTI, 2004, p. 170).

Isso nos permite concluir, também, que esse fenômeno fez emergir, na cadeia da soja como um todo, um processo, ainda em curso, de concentração de poder e

um poder de concentrar sem precedentes. Essa concentração de poder e esse poder de concentrar praticamente estão presentes nos quatro mercados que compõem uma cadeia agroindustrial típica. Ou seja, no mercado entre produtores de insumo e produtores rurais, mercado entre produtores rurais e a agroindústria, mercado entre agroindústria e distribuidores e, finalmente, mercado entre distribuidores e consumidores finais (BATALHA, 1997).

Essa concentração de poder por parte de poucos grupos internacionais nos dois primeiros mercados, onde os agentes buscam agregar valor a seus produtos e obter maiores lucros, manifesta-se em cada momento em que se estabelecem relações com os produtores de distintas partes do campo brasileiro. E estas relações têm se disseminado tão rapidamente que a oferta de financiamento pelas *tradings* e agroindústrias, em 2005, já cobriam 67% da produção nacional de soja (RODRIGUES et al., 2009). São relações oriundas da concentração de poder e reitera-se usando as palavras de Wesz Junior (2009, p. 87) permite o poder de concentrar:

Em 2008, a Bunge disponibilizou cerca de US\$ 700 milhões para o financiamento da soja no Brasil, o que representa mais de 40% do montante de recursos ofertados pelas *tradings* no país. A Cargill, por sua vez, investiu US\$ 400 milhões (23,5%) em crédito aos produtores e a Amaggi, US\$ 200 milhões (11,8%) (Valor Econômico, 28/05/2009 e 22/06/2009). Apesar de não ter conseguido dados da ADM e Dreyfus, já é possível perceber o peso e a importância das três empresas citadas anteriormente na oferta de financiamento, pois representavam 76,3% do volume liberado pelas *tradings* ao cultivo da soja, em 2008.

Esse cenário aponta para a expressividade da modalidade de investimento privado nas lavouras de grãos. No entanto, ela não alcança da mesma forma todos os produtores da monocultura. Sobretudo, pois, como destacam Rodrigues et al. (2009), antes de ser formalizada as relações entre produtores e empresas por intermédio de contrato, as estratégias utilizadas pelas empresas no financiamento alteram-se conforme o perfil do produtor, dependendo do volume produzido de soja, do patrimônio disponível e da trajetória de inadimplência. Nesse sentido, pondera esse autor:

Os contratos com preços fixos estabelecidos, em real ou dólar, em geral são direcionados a produtores com baixo poder de negociação, que conforme avaliação de cadastro tem registros de inadimplências, pouca ou nenhuma

garantia, ou seja, estão descapitalizados. Bem como quanto maior o poder de barganha do produtor maior será sua oportunidade de negociar o preço de venda, podendo ter pouca ou nenhuma quantidade de grãos pré-fixados, lhe sendo permitido acompanhar o mercado a fim de definir a época e a quantidade a ser comercializada (RODRIGUES et al., 2009, p. 12).

Essa é uma maneira das empresas financiadoras da produção evitar perdas e potencializar ganhos. Nesse sentido, muitas vezes, de acordo com Fernández (2009), as empresas realizam o monitoramento individual da situação econômica do agricultor e buscam informações se os produtores não fazem parte da chamada “lista negra”, relação que é controlada e compartilhadas pelas e entre as empresas, daqueles produtores que não cumpriram os contratos com as *tradings* pelo desvio da produção, por questionamentos de contratos, ou por outros motivos.

Embora haja esse monitoramento por parte das empresas, muitas vezes, ser um produtor inadimplente, com pouca garantia e descapitalizado – o que os eliminam da possibilidade de acessar o Sistema Nacional de Crédito Rural brasileiro – é um fator importante, mas não é impeditivo ao financiamento junto às *tradings* porque elas estão interessadas, principalmente, na garantia da oferta de grãos (WESZ JUNIOR, 2011).

O que fazem muitas vezes essas empresas é construir mecanismos que ao diminuir as possibilidades de perda ou prejuízos, tornam os contratos menos vantajosos aos produtores rurais. Nesse sentido, como alerta Wesz Junior (2011, p. 90), “as *tradings* se relacionam entre si para alcançar suas metas particulares, manter o preço da soja mais baixo e obter informações a respeito dos agricultores”.

Em meio a tudo isso os produtores de soja inadimplentes e/ou descapitalizados tem na viabilidade de financiamento com baixa exigência de garantia, menor burocracia, elevada agilidade e grande disponibilidade de recursos, algumas vantagens em estabelecer relações com as empresas em comparação com o sistema público.

Outros aspectos importantes são a proximidade dos armazéns com a empresa que negociarão as safras, o tempo de relacionamento com a firma, o melhor preço pago pela soja, a diversidade de serviços (REZENDE e ZYLBERSZTAJN, 2007). Dentre esses aspectos econômicos a assistência técnica é considerada como um diferencial. De certa forma, ela é um aspecto interessante para as empresas, uma vez que, por meio dela podem monitorar o momento da colheita e direcionar ao seu armazém a parte da produção correspondente ao

contrato. O que no entendimento de Fernández (2009) explica, em certa medida, a menor taxa de inadimplência e de dívidas dos financiamentos contraídos das *tradings* quando comparado com as dívidas bancárias.

Para além dos aspectos econômicos supracitados, não menos importante é a existência, em meio às relações e que as fazem disseminar-se, da construção de parâmetros sociais “como a confiança, a tradição, o respeito, a compreensão que a empresa teve com o agricultor em momentos de dificuldades, negociando as dívidas, enfim, um conjunto de elementos que qualifica e dá sentido a relação” (Fernández, 2009, p. 73).

De uma forma ou outra, o incentivo que advêm das empresas, principalmente sobre a forma de recursos ao financiamento, por intermédio das relações entre empresas e produtor, tem fomentado a territorialidade em meio ao desenvolvimento da sojicultura. No entanto, no momento atual, esse fomento é apenas parte, por mais importe que seja, de um contexto bem mais amplo que, a partir dos anos 2000, pode ser considerado como um contexto peculiar de incentivo. Sobre esse aspecto far-se-á algumas considerações a seguir.

#### **2.4- O Estado e a busca por uma inserção peculiar: a conformação de um singular contexto de incentivo em meio à sojicultura.**

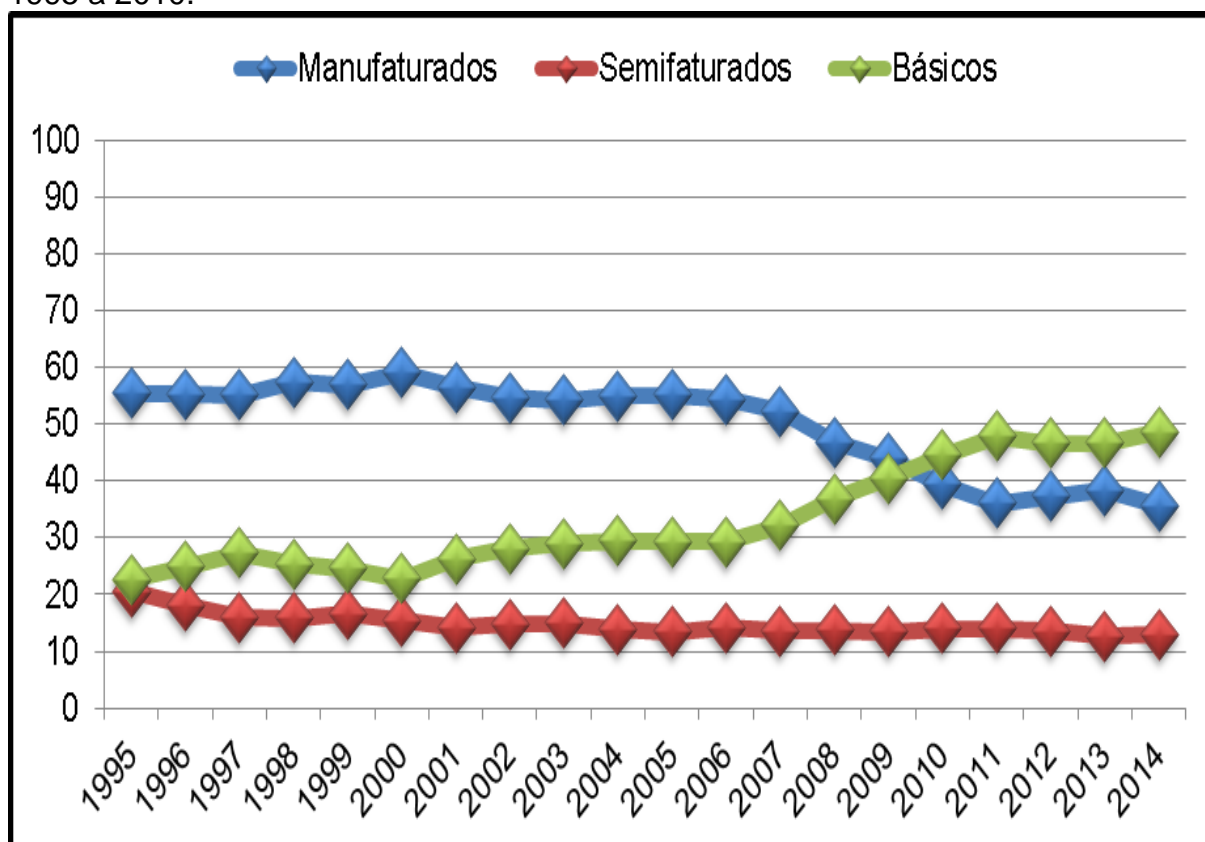
Durante a década de 1990, o Estado assumiu um papel bastante diferente daquele que vinha exercendo durante a década de 1970 e 1980. Ele deixou de atuar como principal protagonista do financiamento da produção rural e passou a atuar, sobretudo, como agente regulador e estimulador da atuação de agentes privados e de novas formas de financiamento. Isso não significa, de maneira alguma, que o Estado tenha se ausentado completamente do financiamento da produção, mas sim que ele, estrategicamente, preferiu adotar uma nova postura.

A partir da segunda metade da década de 1990, paulatinamente, em meio ao processo de abertura econômica, liberalização comercial e globalização dos mercados, o Estado busca uma (re) inserção da economia brasileira no comércio exterior. Essa reinserção tem como finalidade (sobretudo após a crise cambial de 1999), assim como ocorreu em outros momentos (por exemplo 1982), o intuito de

gerar divisas no comércio exterior. E, para tanto, mais uma vez, o setor agropecuário é “convocado” para elevar as exportações.

De um modo geral, nessa (re) inserção parece haver a perspectiva de se gerar divisas por intermédio das exportações primárias. E, como se pode observar no gráfico 12, essa perspectiva se confirma quando nota-se que o percentual das exportações primárias tem aumentado consideravelmente nos últimos anos.

**Gráfico 12:** Evolução do percentual na exportação brasileira por fator agregado 1995 a 2010.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comércio Exterior (2014).

Org.: MENEZES, L. J. M.

Em 1995, sua representatividade no total das exportações brasileiras por agregado em termos percentuais foi de 22,61%. Essa representatividade aumenta, depois de algumas oscilações, para 22,79% no ano 2000. Em 2005, esses percentuais chegam a 29,3%. Em 2010, cresce substancialmente chegando a 44,58%. E, em 2014, mantém esse crescimento, pois alcança 48,67%.

Isso significa que do ano 2000 a 2014 há um crescimento em torno de 25,88% no percentual da exportação dos produtos básicos no total das exportações brasileiras por agregado. Esse número pode até ser diferente quando se analisa adotando outros anos ao invés dos que se faz referência, no entanto, isso não altera o fato desse crescimento dar-se de modo substancial.

Como se pode verificar, em contrapartida, a exportação de semifaturados e manufaturados nesse mesmo período descessem. No ano 1995, o percentual dos semifaturados e manufaturados na exportação total por agregado foi de 20,47% e 55,49%, respectivamente. Já, em 20014, esses percentuais são de 12,91% e 35,63%.

Essa realidade talvez não fosse à desejada pelo Estado, no entanto, uma das explicações para este cenário pode estar na promulgação da Lei Kandir, em setembro de 1996. A partir dela, o Estado promoveu uma reorientação no formato de acesso ao comércio exterior, transformando um cenário que a partir de 1973 (43% básicos, contra 43,6 manufaturados) passou a ser dominado pela exportação de produtos manufaturados. Com a promulgação da Lei Kandir desonerou-se o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações de matérias-primas e manteve o ônus tributário sobre os produtos industrializados. De um lado, essa desoneração deu maior competitividade nas exportações das *commodities* agrícolas, mas, por outro lado, afetou profundamente a exportação de manufaturados no comércio internacional.

O movimento de aumento das exportações primárias e de perda das exportações manufaturadas tem sido denominado por alguns economistas, como é o caso de Gonçalves (2003), de “reprimarização” da pauta de exportações. Esse movimento significa, antes de tudo, “a interrupção do movimento de mudança da pauta em benefício dos bens manufaturados, uma tendência que se vinha manifestando desde, pelo menos, 1950” (BENNETI, 2006, p. 83). Logo, não há, como ressalta Benetti (2006), em tempos de globalização, uma inserção qualitativa da econômica brasileira no comércio exterior, tudo se passando como se estivesse apenas sendo cristalizado o velho e conhecido esquema de divisão internacional do trabalho.

Tecendo considerações sobre esse movimento, que denomina de especialização primária das exportações, Delgado (2010) ressalta que ele é um dos movimentos que ganham força, a partir dos anos 2000, em meio a um processo de

reestruturação da economia brasileira. No seu entendimento, assim como no de Benetti (2006), esse é um movimento extremamente negativo no que tange a busca pelo desenvolvimento. E isso porque, a princípio, a especialização primária das exportações, em resposta ao desequilíbrio estrutural das transações externas, especialmente dos 'Serviços' e da 'Indústria de Transformação', não resolve a dependência externa e agrava a situação deficitária dos demais setores.

Do ponto de vista da geração de saldos comerciais/divisas, como é demonstrado na tabela 4, esse movimento garantiu a geração de saldos positivos, a partir do ano de 2001. Mas, no entanto, com oscilações frequentes, a balança comercial brasileira fecha o ano de 2014 com um número negativo. E isso não se deve a uma redução dos valores alcançados com a exportação, mas sim ao crescimento dos valores referentes à importação.

**Tabela 4:** Evolução do saldo da balança comercial brasileira de 1995 a 2014.

Anos	Exportação	Importação	Saldo Balança comercial
1995	46.506.282.414	49.971.896.207	-3.465.613.793
1996	47.746.728.158	53.345.767.156	-5.599.038.998
1997	52.982.725.829	59.747.227.088	-6.764.501.259
1998	51.139.861.545	57.763.475.974	-6.623.614.429
1999	48.012.789.947	49.301.557.692	-1.288.767.745
2000	55.118.919.865	55.850.663.138	-731.743.273
2001	58.286.593.021	55.601.758.416	2.684.834.605
2002	60.438.653.035	47.242.654.199	13.195.998.836
2003	73.203.222.075	48.325.566.630	24.877.655.445
2004	96.677.498.766	62.835.615.629	33.841.883.137
2005	118.529.184.899	73.600.375.672	44.928.809.227
2006	137.807.469.531	91.350.840.805	46.456.628.726
2007	160.649.072.830	120.617.446.250	40.031.626.580
2008	197.942.442.909	172.984.767.614	24.957.675.295
2009	152.994.742.805	127.722.342.988	25.272.399.817
2010	201.915.285.335	181.768.427.438	20.146.857.897
2011	256.039.574.768	226.246.755.801	29.792.818.967
2012	242.578.013.546	223.183.476.643	19.394.536.903
2013	242.033.574.720	239.747.515.987	2.286.058.733
2014	225.100.884.831	229.060.058.144	-3.959.173.313

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comercio Exterior (2014).

Org.: MENEZES, L. J. M.



Conforme Benetti (2006), em 2005, 37 produtos garantiam 50 % do valor das exportações e destes cerca de 20 produtos constituíam *commodities* associadas a algumas poucas cadeias agrícolas e minerais. Somente essas 20 *commodities* agropecuárias e minerais de acordo com essa autora:

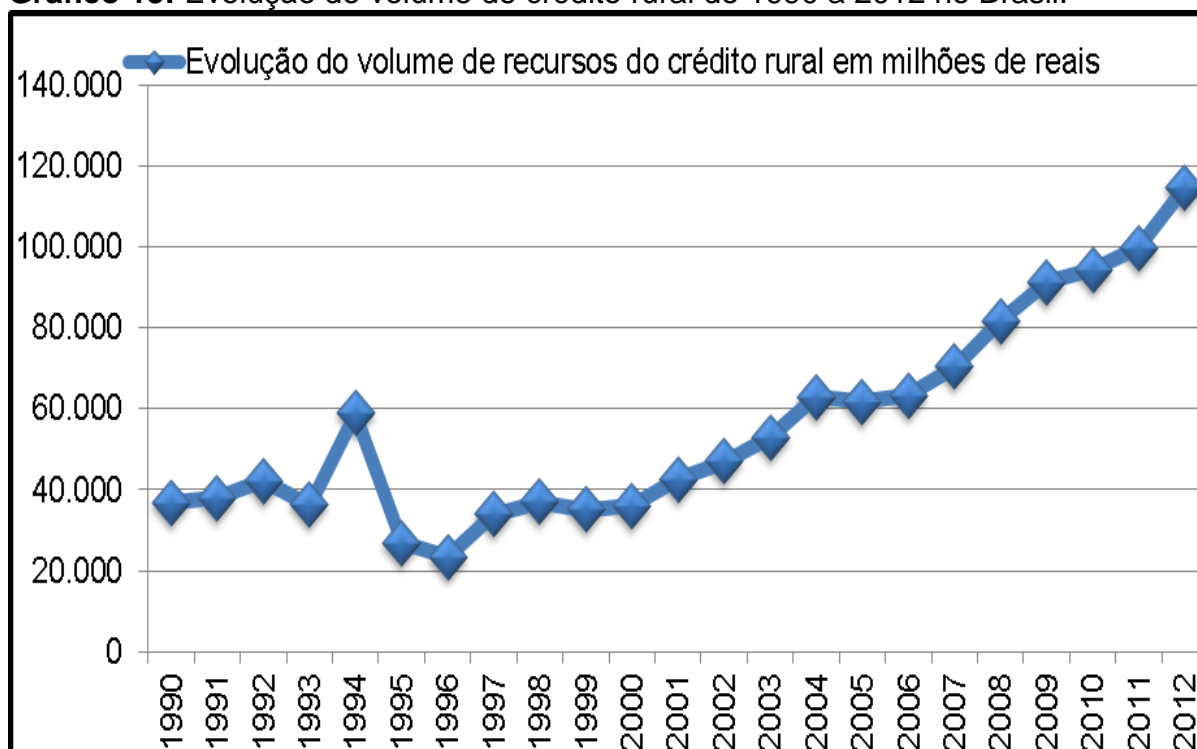
(...) representavam 33% do valor total das exportações em 2005. Quer dizer, 20 *commodities* formavam praticamente um terço das exportações brasileiras. Abrindo a lista dessas 20 mercadorias, constata-se estarem elas relacionadas a nove cadeias: sete mostram-se vinculadas a produtos agropecuários e minerais (soja, minério de ferro, café, açúcar e álcool, carnes, fumo e suco de laranja), e as outras duas, ao petróleo e ao alumínio (BENETTI, 2006, p. 84).

Ao encontro desse processo onde poucas *commodities* assumem grande importância para geração de saldos comerciais está à expansão do mercado mundial de '*commodities*', impelida principalmente pela economia chinesa, uma das maiores responsáveis pelo substancial crescimento da exportação de *commodities* no comércio exterior.

Paralelo a esse "*boom*" das exportações primárias num mercado mundial em franca expansão, tem havido uma revitalização de instrumentos de fomento agrícola, que foram praticamente destituídos nos primeiros anos da década de 1990, como é o caso da política de crédito rural, de preços, o investimento em pesquisa, dentre outras.

A política de crédito rural, que tanto se enfatizou anteriormente, que sofreu drásticas reduções nos primeiros anos da década de 1990, começa novamente a ser fomentada pelo Estado. A partir dos anos 2000, ela tem sido uma das políticas que tem apresentado uma recuperação surpreendente em relação à década de 1990.

Como é possível identificar no gráfico 13, depois de atingir seu nível mais baixo no biênio 95/96, o volume de crédito rural gradativamente começa a crescer. Esse crescimento como se pode notar torna-se mais consistente a partir dos anos 2000. Do ano 2000 a 2014 esse crescimento em termos percentuais chegou a aproximadamente 217,6%.

**Gráfico 13:** Evolução do volume de crédito rural de 1990 a 2012 no Brasil.

**Fonte:** Banco Central do Brasil - Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro-DEROP Registro Comum de Operações Rurais – RECOR.

**Org.:** MENEZES, L. J. M.

Essa recuperação do volume de crédito rural de acordo com Delgado (2010, p.9):

[...] é planejada e de certa forma reproduz esquemas parecidos de engenharia financeira, daqueles adotados pela política monetária dos anos 70 do século passado, abandonados por longo período, para somente agora retornarem, com devidas atualizações institucionais. O mecanismo adotado dessa engenharia fiscal e financeira consiste em direcionar parcelas importantes de recursos monetários (depósitos à vista do público, que não são remunerados) e fiscais (Fundos Constitucionais, FINAME-BNDES, FUNCAFÉ e outros recursos públicos) para aplicação compulsória no setor rural, ao mesmo tempo em que estimula por isenção fiscal a Caderneta de Poupança Rural como fonte secundária mais importante a prover recursos privados para o Sistema Nacional de Crédito Rural.

Ela é planejada porque, segundo este autor, com a recuperação política de crédito rural, assim como, de outras políticas internas o Estado busca tornar a inserção da economia brasileira no comércio internacional uma inserção peculiar. De acordo com esse autor, também, nesse sentido, o Estado faz uma parceria com o agronegócio, a qual articula interesses em meio a uma expansão agropecuária que,

de um lado, dá suporte às exportações e, por outro lado, em síntese, promove uma acumulação de capital fortemente vinculada à renda fundiária.

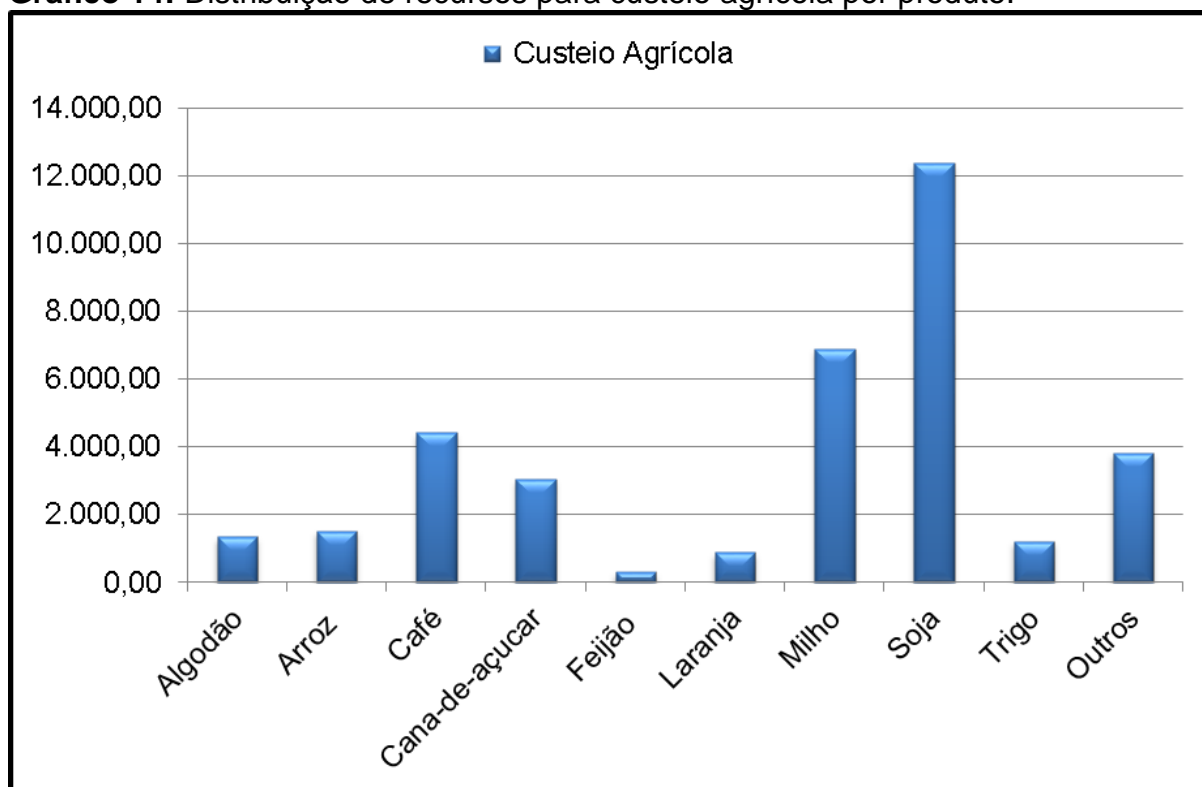
Essa recuperação da política de crédito e de outras políticas em consonância com um movimento de expansão da demanda por 'commodities' no comércio mundial, expresso sob a forma de quantidades e preços em forte ascensão, às quais as exportações brasileiras se incorporam ostensivamente, são alguns dos fatores que conformam, no momento atual, outro contexto de incentivo a produção da soja e a construção de territorialidades em meio ao seu desenvolvimento.

Um contexto de incentivo ainda mais impulsionador do que aquele que se conformou durante a década de 1970. No momento atual, os produtores da monocultura capturam recursos do setor público, interessado em incentivar a produção de uma das principais *commodities* exportadas, e do setor privado, este, por sua vez, interessado em dar continuidade à movimentação que estes produtores, seja adquirindo insumos modernos que se articulam na produção, seja fornecendo a matéria prima soja, dão ao setor a montante e a jusante da agricultura.

No que se refere ao crédito rural, tem havido um aumento considerável de recurso principalmente para o custeio da produção de soja que, segundo Wesz Junior (2014), passou de R\$ 1,4 bilhão em 1999 para R\$ 12,2 bilhões em 2012, respondendo neste último ano por 35% do valor total concedido ao custeio agrícola.

Este percentual de recursos destinados à produção da soja faz com que, como se pode notar no gráfico 14, ocorra uma discrepância expressiva no que é destinado ao custeio da soja em relação ao que é destinado a outras atividades. Além disso, é possível notar que a produção do milho, do café e da cana-de-açúcar também capturam parte significativa dos recursos. Para os produtores desses quatro produtos foram destinados aproximadamente 75% dos recursos do custeio agrícola em 2012.

No que se refere especificamente aos produtores de soja é importante ressaltar que os grandes beneficiados têm sido aqueles que se encontram nas regiões Centro-Oeste e Sul, haja vista que para essas duas regiões foram destinados aproximadamente, em 2012, 37,7% e 41,9% do volume dos recursos do custeio agrícola. Já para as regiões Sudeste, Norte e Nordeste foram destinados 7,9%; 2,3% e 10,6%, respectivamente, dos recursos referentes ao volume do custeio agrícola.

**Gráfico 14:** Distribuição de recursos para custeio agrícola por produto.

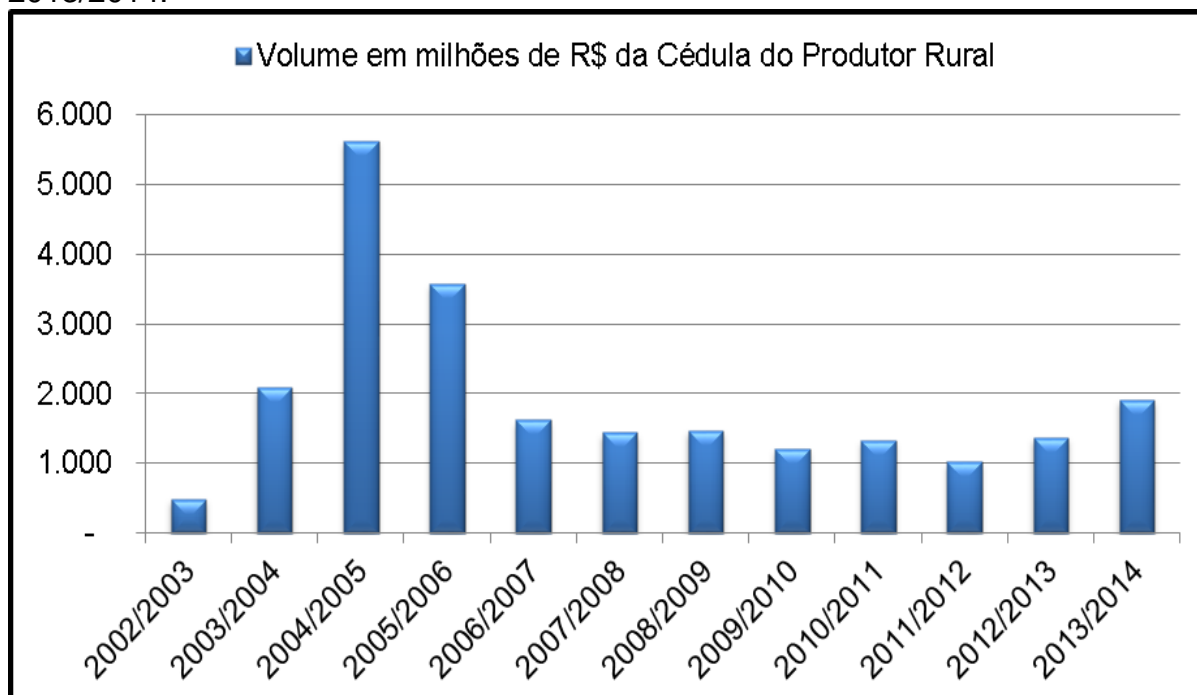
Fonte: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2014).

Org.: MENEZES. L. J. M.

Além dos recursos do setor público há os capturados do setor privado. Recursos como, por exemplo, os que advêm das CPRs apresentam um incremento considerável (embora oscilem no que se refere ao volume durante os anos 2000) em relação aos que foram destinados ao setor agrícola durante a década de 1990. Como se pode observar no gráfico 15, nos anos 2000, o volume de recursos advindos das CPRs ao setor agropecuário já está na casa dos bilhões, diferentemente da década de 1990 quando esses recursos chegaram a alcançar somente a casa dos milhões.

Além dessas duas formas de financiamento os produtores brasileiros também acessam recursos para a produção da soja por intermédio de outras formas de financiamento como os contratos de soja verde e o tradicional sistema “troca-troca”, muito frequente entre sojicultores e empresas. Essas formas de financiamento por não terem um custo tão alto quanto a CPR (obviamente que referencia a não está sendo feita a CPR de “gaveta”) são utilizadas pelos sojicultores com frequência.

**Gráfico 15:** Evolução do volume de recursos das CPRs da safra de 2002/2003 a de 2013/2014.



**Fonte:** Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2014).

**Org.:** MENEZES, L. J. M.

Ademais, no momento atual, de acordo com Wesz Junior (2014), os agricultores que controlam arranjos produtivos com menores dimensões territoriais e que desenvolvem a sojicultura, tem se beneficiado de uma gama de programas. De acordo com este autor:

A presença da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária no cultivo do grão no Brasil pode estar vinculada às políticas públicas para esse público, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Mais Alimentos, Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF), Programa Garantia Safra etc. (WESZ JUNIOR, 2014, p.146).

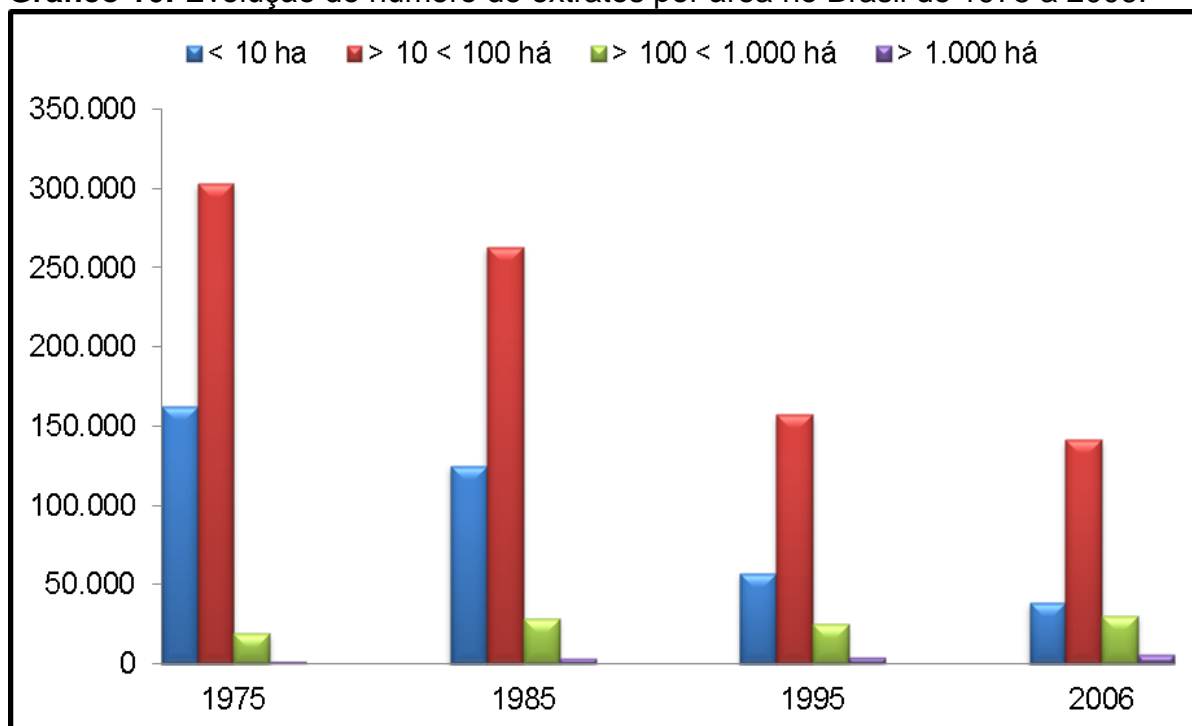
Na concepção de Wesz Junior (2014), essas políticas públicas, ao oferecem para a agricultura familiar crédito de custeio e investimento, pagamento diferenciado pelo produto, proteção às variações nos preços e seguro em caso de intempéries climáticas, estimulam o cultivo de soja e a especialização produtiva, integrando cada vez mais os agricultores familiares às demandas da indústria e às relações de mercado.

Essas políticas que no contexto da sojicultura beneficiam agricultores familiares são de suma importância, haja vista que o número de estabelecimentos

com dimensões territoriais não muito expressivas (com menos de 10 hectares) vem ao longo das décadas tornando-se cada vez menor. Relacionando os dados referentes aos estabelecimentos com produção de soja do ano de 1975 e 1985 com os referentes a 1995 e 2006 é possível perceber, a partir da visualização do gráfico 16, a diminuição do número de pequenos estabelecimentos. Estes, em 1975 eram 162.859 mil estabelecimentos enquanto em 2006 esse número era de 38.748. Ou seja, num intervalo de pouco mais de três décadas há 124.111 estabelecimentos a menos.

Nesse mesmo período os estabelecimentos com dimensões entre 10 e 100 hectares também apresentaram uma redução em seu número, que corresponde a 161.837 mil estabelecimentos a menos. O número total desses estabelecimentos era de 303.328 em 1975 enquanto em 2006 eram somente 141.491. Em contrapartida, há em 2006 11.322 estabelecimentos a mais entre os estabelecimentos com dimensões entre 100 e 1.000 hectares. Seu número cresceu de 19.139 para 30.461. E os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares também cresceram de 1.543 para 6.080 estabelecimentos. Ou seja, em 2006 há 4.537 estabelecimentos com mais de 1.000 a mais do que em 1975.

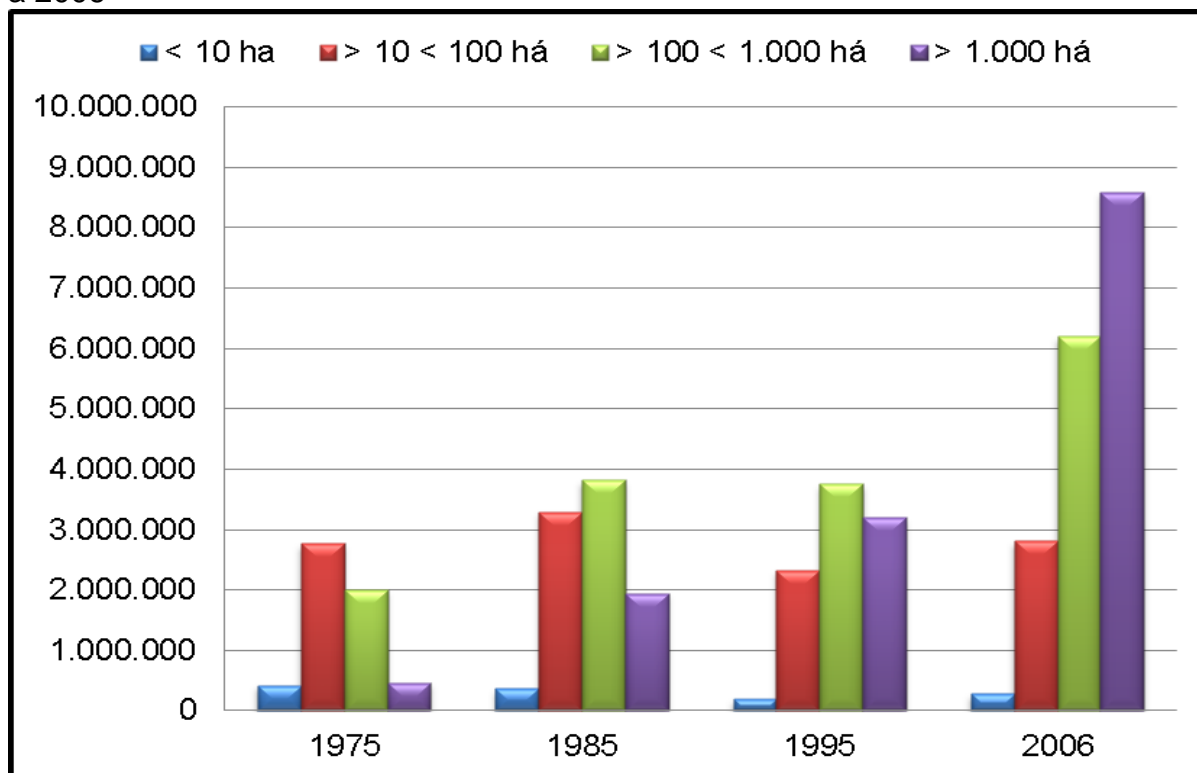
**Gráfico 16:** Evolução do número de extratos por área no Brasil de 1975 a 2006.



Fonte: Censo Agropecuário de 2010 (IBGE, 2014)  
Org.: MENEZES, L. J. M.

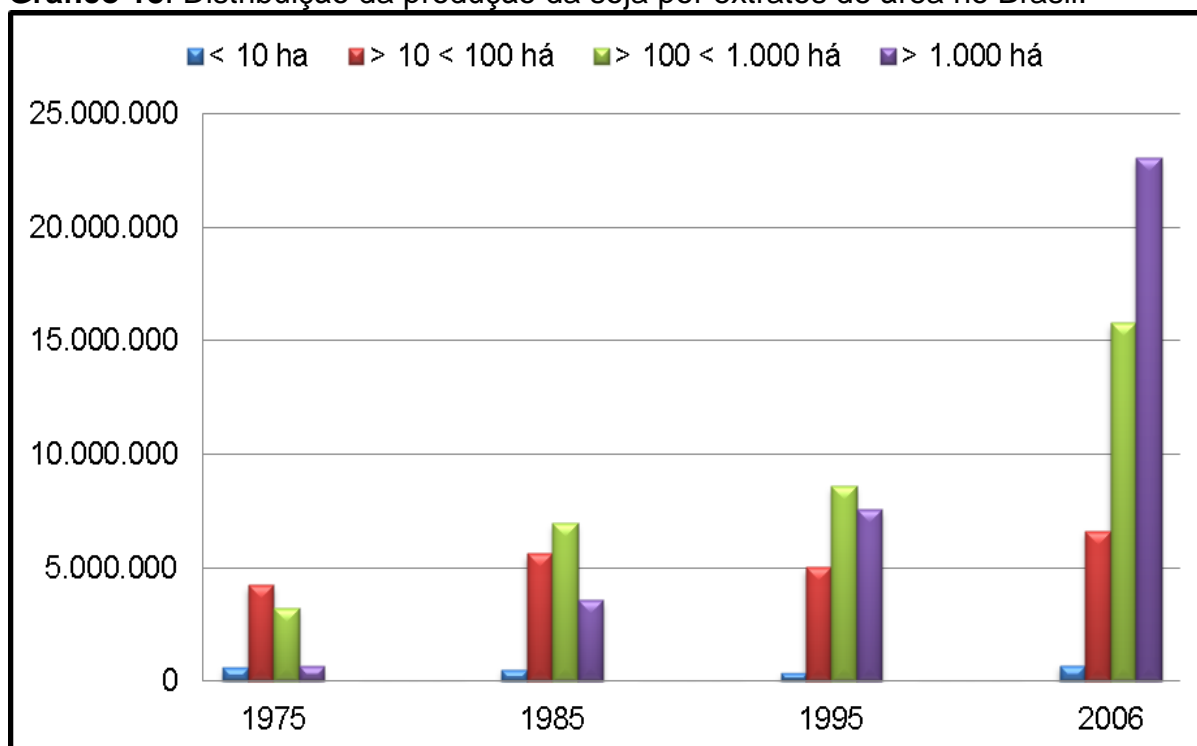
Os grandes estabelecimentos passaram ao longo das décadas a concentrar a maior parte da área cultivada com soja no País. E isso ocorreu, como se pode observar no gráfico 17, sobretudo a partir dos anos 2000. Em 2006 os grandes estabelecimentos concentravam nada menos do que 48% da área colhida. Somando seu percentual com o referente aos estabelecimentos entre 100 e 1.000 que é de 34,6%, chega-se a conclusão de que estes dois estratos concentram 82,6% da área cultivada no País.

**Gráfico 17:** Área cultivada de soja em diferentes extratos por área no Brasil de 1975 a 2006



Fonte: Censo Agropecuário de 2010 (IBGE, 2014)  
Org.: MENEZES, L. J. M.

Os grandes estabelecimentos também concentram a maior parte da produção. Como pode ser identificado no gráfico 18, o crescimento da concentração da produção nos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares ocorreu principalmente a partir dos anos 2000. Nesses estabelecimentos em 2006, estava concentrada 49,9% da produção. Ou seja, em 2006, 2,8% dos estabelecimentos concentravam quase metade da produção de soja do País.

**Gráfico 18:** Distribuição da produção da soja por extratos de área no Brasil.

Fonte: Censo Agropecuário de 2010 (IBGE, 2014)

Org.: MENEZES

Essa concentração da produção nesses estabelecimentos certamente traz benefícios para os grandes produtores, visto que para muitos financiamentos, principalmente os advindos do setor privado, a garantia dada pelo produtor é o penhor da safra. Outro diferencial desses grandes produtores é que muitos deles são proprietários dos estabelecimentos onde produzem<sup>22</sup>. Logo, nunca é demais lembrar, que no âmbito do financiamento da produção rural a terra é instrumento de poder extremamente eficaz para se angariar recursos.

Ser proprietários dos estabelecimentos onde produzem é uma característica do produtor de soja brasileiro. De um modo geral, o sojicultor brasileiro é caracterizado por ter:

[...] propriedade da terra (ainda que áreas complementares sejam arrendadas), trajetória familiar na agricultura, atuação em atividades complementares (produção de sementes, armazenagem, transporte etc.), gestão combinada (familiar e profissional), forte adaptabilidade às novidades tecnológicas, existência de capital fixo (maquinários,

<sup>22</sup> Essa afirmação é feita com base no que diz Wesz Junior (2014) sobre o perfil do produtor de soja brasileiro. Para esse autor, Em relação à condição do produtor, é majoritária a presença de sojicultores proprietários, que inclusive ampliaram a sua participação relativa nos últimos anos.



equipamentos e infraestrutura – silos, armazéns etc.) e articulação com empresas provedoras de insumos, financiamento e compra do grão. Estes produtores têm modernizado suas estratégias financeiras e produtivas nos últimos anos, mas seguem operando na dualidade “propriedade da terra” e “desenvolvimento da produção”.

Uma característica importante do produtor de soja é a sua forte adaptabilidade às novidades tecnológicas. Essa característica é importante tanto para a expansão da produção da soja quanto para um aumento considerável nos índices de produção. Nos últimos anos, tem se tornado uma característica do produtor adotar, além de todo um aparato tecnológico para a produção da soja, ainda, novas formas de produzir, como é o caso do plantio direto, e de avanços biotecnológicos como as sementes de soja transgênica<sup>23</sup>.

A adoção da biotecnologia por produtores, em meio à reestruturação dos processos produtivos, muito recorrente na sojicultura, talvez seja uma das maiores expressões do avanço do meio técnico-científico-informacional<sup>24</sup> sobre o meio natural na agropecuária no momento atual. Um avanço que transforma parte da agropecuária brasileira em um empreendimento com algumas possibilidades semelhantes às dos demais setores econômicos para a aplicação de capital e para a obtenção de alta lucratividade (ELIAS, 2006)<sup>25</sup>. Certas inovações como a soja transgênica, fruto dos avanços das pesquisas biotecnológicas que, de certa forma, completa o domínio do pacote tecnológico<sup>26</sup> que subordina cada vez mais a agricultura à agroindústria e a indústria, são vistos por grande maioria dos produtores de soja como benesses. Sobretudo, porque ao adotarem inovações nas formas de produzir como o plantio direto e inovações das pesquisas biotecnológicas como variedades transgênicas, o produtor acredita que pode ter vantagens na medida em há uma simplificação no cultivo e no manejo, diminuição dos custos com a produção e aumento da produtividade e da rentabilidade.

---

<sup>23</sup> A utilização da soja transgênica, embora não fosse liberada sua utilização para a produção neste período no País, intensifica-se no Brasil desde o final dos anos noventa. A adoção da soja transgênica ocorre primeiramente, mais especificamente, no estado do Rio Grande do Sul.

<sup>24</sup> Segundo Santos (1997, p. 44) o meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação.

<sup>25</sup> Sem dúvida, nesse contexto, situam-se as sementes da soja transgênica. Especificamente, as sementes da soja transgênica Rondup Ready – ou soja RR como é conhecida – cuja patente é de propriedade da multinacional norte-americana Monsanto.

<sup>26</sup> Pode-se dizer que com a transformação das sementes, que historicamente foram um patrimônio da humanidade, em mercadoria chegou-se, como evidencia Sorj et al., 1990, ao processo máximo da apropriação da indústria sobre o processo material de produção, agora atingindo a semente, ou seja, o cerne da produção.

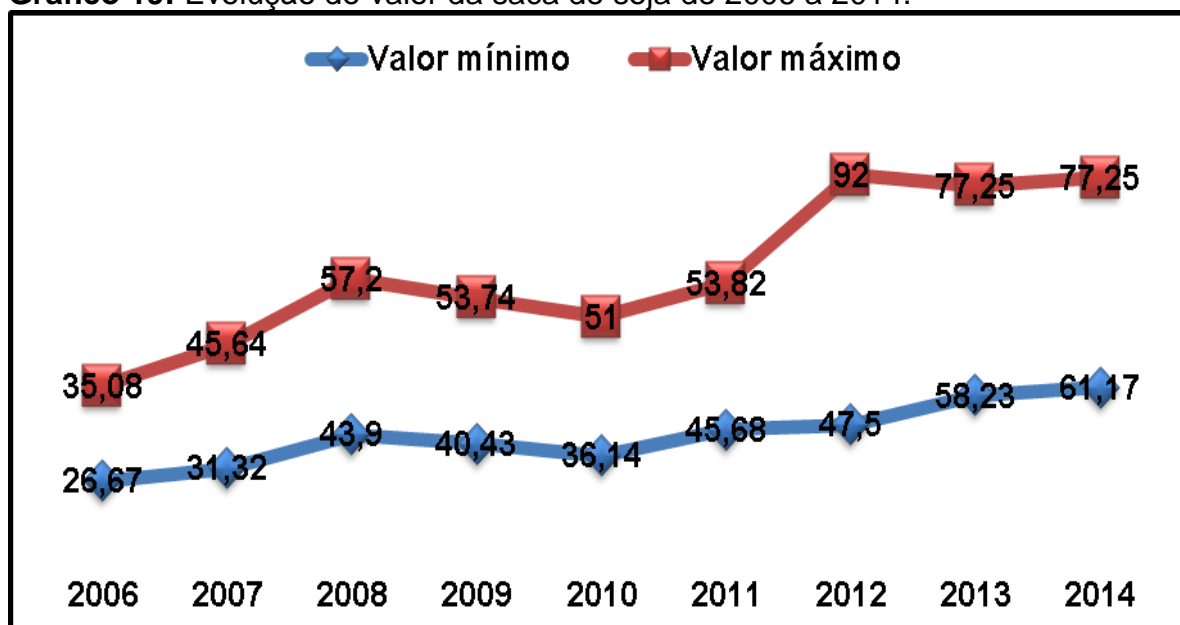
No momento atual, como já mencionado, as políticas de crédito, de preços, os avanços nas pesquisas agrônômicas, são fatores internos importantes nesse contexto de incentivo que se conforma, sobretudo a partir dos anos 2000. Entre os fatores externos que também direta ou indiretamente contribuem nesse sentido esta a expansão do mercado de *commodities* no comércio internacional. Em relação a esses últimos fatores é preciso pontua-los mais especificamente reiterando que dentre eles estão:

[...] aumento do preço em determinados períodos, quebra de safra em alguns países produtores, redução dos estoques mundiais, estímulo à produção e ao consumo de energias renováveis, acordos comerciais entre os países (garantindo a compra do grão) e crescimento da demanda mundial da soja e de seus derivados, alavancado em especial pela China e pelas outras nações asiáticas (WESZ JUNIOR, 2014, p. 31).

Um desses fatores, o aumento do preço em determinados períodos, tem sido um dos principais fatores que no contexto atual incentiva os produtores de soja a apostar cada vez mais na sojicultura. A forte ascensão dos preços no mercado internacional tem feito até mesmo sujeitos que desenvolvem outras atividades agropecuárias, como a pecuária e a produção de arroz, dedicar-se, também, a sojicultura.

É possível observar a ascensão do preço da soja, nos últimos anos, por meio do gráfico 19.

**Gráfico 19:** Evolução do valor da saca de soja de 2006 a 2014.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2014).

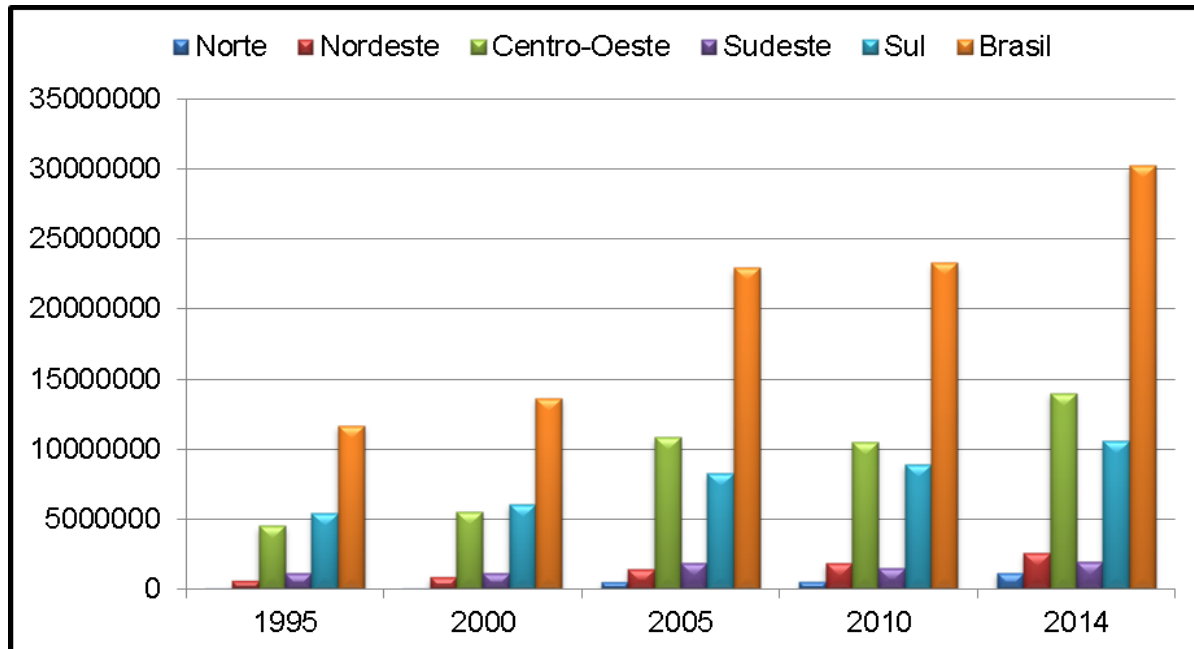
Org.: MENEZES, L. J. M.

Nele, encontram-se os valores mínimos e máximos da saca de soja (60 kg) dos anos de 2006 a 2014. O maior preço de 2014 é 120,2% mais alto do que o de 2006. Já o menor preço de 2014 é 129, 2% mais alto do que o menor preço de 2006. Não se pode dizer por qual preço o produtor vendeu sua produção nesses anos de ascensão do preço, mas não há dúvida de que o valor em cada um desses anos encontra-se entre o valor máximo e mínimo apontado.

Parece oportuno considerar que aquele produtor que teve condições econômicas para deixar seu produto armazenado esperando o melhor preço para comercializá-lo certamente **pode** ter obtido maior lucro.

Com um contexto tão favorável para que produtores de distintos segmentos da agricultura desenvolvam a sojicultura, em quase duas décadas (mais precisamente dezenove anos) a área colhida da soja no Brasil cresceu 159%. A Região Sul, como se pode constatar no gráfico 20, não é mais a região com maior concentração da área colhida.

**Gráfico 20:** Evolução da área colhida de soja nas regiões brasileiras e no Brasil de 1995 a 2014.



Fonte: Censo Agropecuário de 2010 (IBGE, 2014)

Org.: MENEZES, L. J. M.

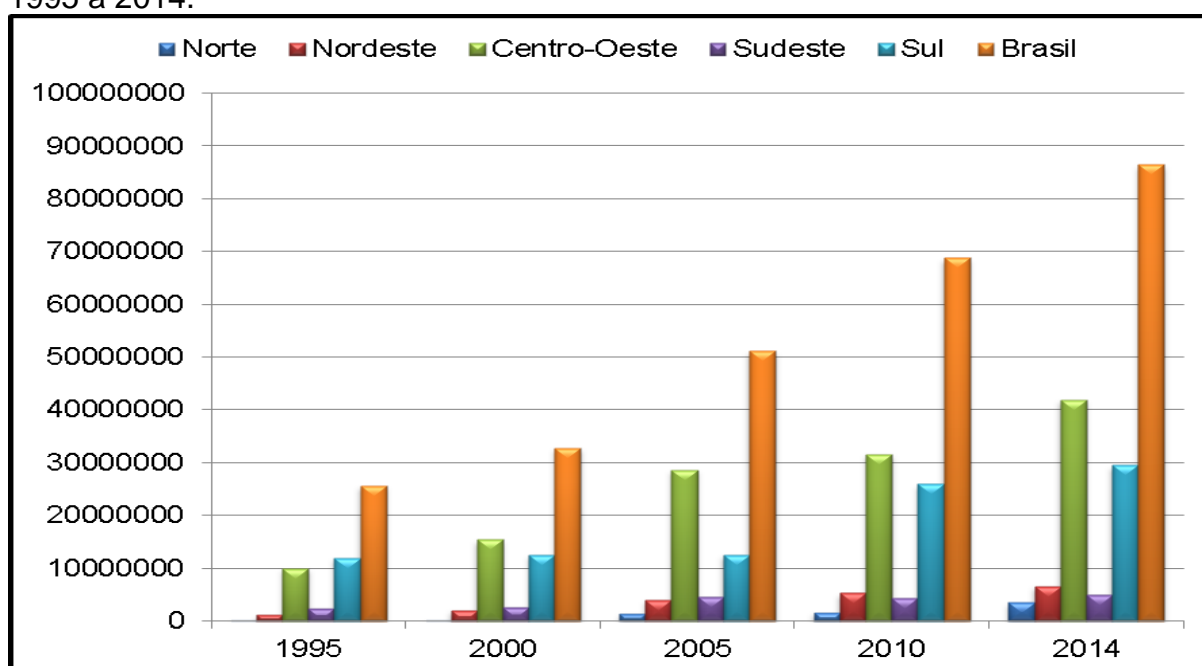
Atualmente, este posto é ocupado pela Região Centro-Oeste justamente porque se tornou o berço das multinacionais que atuam no âmbito da produção, circulação e consumo de insumos à agricultura e concomitantemente da matéria-

prima soja e de outros segmentos agroindustriais que a mesma tem interesse de manter relações, por meio do domínio destes diferentes campos.

A Região Centro-Oeste e a Região Sul concentram 46,24% e 34,93% da área colhida com soja no Brasil. Embora juntas concentrem a maior parte da área colhida, cerca de 81,17%, esse percentual já foi maior em 1995, quando correspondia a 86,7%. As razões para essa redução tem sido o crescimento extremamente dinâmico da produção de soja nas demais regiões brasileiras. Na Região Norte, em 1995, foi colhido 24.617 hectares de soja enquanto que em 2014 esse número foi de 1.164.284 hectares. Já na região Nordeste em 1995 foi colhido 571.085 hectares com soja e em 2014 cerca 2.580.708 hectares foram colhidos. Na Região Sudeste área colhida em 2014 foi 72% maior do que em 1995.

Embora impressione a expansão da soja no País, o que chama mais atenção é o crescimento dos números referentes aos índices de produção. Ao contrário do que ocorreria a quatro décadas, quando se teve o que se chamou de “boom” da soja no País, a partir dos anos 2000, com a intensa reestruturação dos processos produtivos mediante a introdução da ciência, tecnologia e informação tem aumentado exponencialmente as quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. E isso é facilmente identificado no gráfico 21.

**Gráfico 21** : Evolução da produção de soja nas regiões brasileiras e no Brasil de 1995 a 2014.



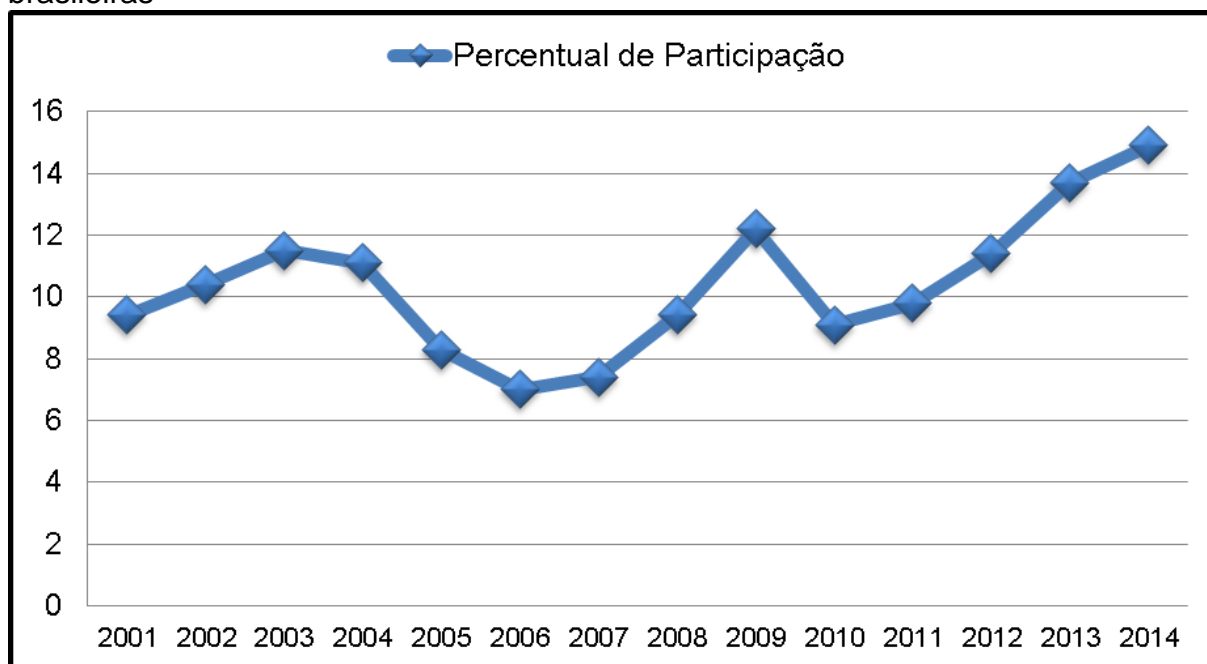
Fonte: Censo Agropecuário de 2010 (IBGE, 2014).

Org.: MENEZES, L. J. M.

Não há muita diferença entre o panorama do gráfico de área colhida e este da produção no que se refere à concentração da produção. No aspecto produção como é de se esperar duas regiões a concentram: Centro-Oeste (48,4%) e Sul (34,2%).

Nos últimos anos, frequentemente, os recordes referentes aos índices de produção são quebrados. Isso não tem trazido nenhuma implicação à comercialização da produção, haja vista que o mercado internacional para a comercialização do grão esta em alta. Logo, nos últimos anos, as exportações do complexo da soja têm, mesmo em meio a frequentes oscilações, corroborado significativamente com as exportações brasileiras. O gráfico 22 demonstra o percentual de participação do complexo da soja nas exportações totais, que vem numa crescente principalmente a partir de 2010, correspondendo em 2014 a 14,9% das exportações.

**Gráfico 22:** Percentual de participação do complexo da soja nas exportações brasileiras



**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (2014).

**Org.:** MENEZES, L. J. M.

Nas exportações do complexo da soja, desde 1997 (depois que entra em vigor a Lei Kandir), a exportação da soja em grãos é mais elevada do que a dos seus derivados. Em 2013, por exemplo, foram exportados 52,4% da produção de soja sob a forma de grãos, mais de 42 milhões de toneladas (MAPA, 2014). O que

representou 74,4% da exportação do complexo da soja. Cabe lembrar que até 1995 aproximadamente 95% das exportações eram de derivados da soja e apenas 5% era em forma de grãos (WESZ JUNIOR, 2014).

É possível que dentre as *commodities* agrícolas exportadas a soja seja, no momento atual, a que melhor reflete a perda da competitividade internacional dos produtos manufaturados e o ganho dos produtos agrícolas exportados sob a forma de grãos.

Embora não contribua para uma inserção qualitativa da economia brasileira no comércio exterior, já que de modo geral exportar bens primários e importar bens manufaturados tende a comprometer a geração de saldos comerciais, nem por isso essa especialização primária das exportações deixa de articular interesses entre distintos sujeitos territoriais que em meio ao desenvolvimento da sojicultura atuam do local ao global. Logo, é pouco provável que o contexto de incentivo ao seu desenvolvimento, que conseqüentemente substantiva a territorialidade de inúmeros produtores que a desenvolvem, venha a desmantelar-se sem que haja alterações profundas no âmbito nacional e, sobretudo no mundial, a exemplo do que ocorreu na década de 1980.

Com tamanho suporte conferido por um contexto de incentivo, que pode ser considerado como peculiar, a territorialidade construída pelo produtor em meio ao desenvolvimento da sojicultura, em um espaço-tempo como o distrito de Santa Flora, pode ter seus ritmos profundamente alterados e as suas implicações responsáveis por significativas transformações territoriais.

## **CAPITULO 3 - A TERRITORIALIDADE DO COLONO EM MEIO A SOJICULTORA NO DISTRITO DE SANTA FLORA: SEUS RITMOS E SUAS IMPLICAÇÕES**

### **3.1 A gênese da territorialidade do colono em meio à sojicultura no distrito de Santa Flora.**

Em meados da década de 1960, no distrito de Santa Flora, um agricultor, determinado a fazer uma experiência com uma cultura até então desconhecida, resolveu introduzir a cultura da soja em meio a terras utilizadas para a produção do trigo. Essa experiência acabou de forma frustrante, uma vez que, no momento da colheita, frequentes e intensas chuvas não permitiram que essa etapa do processo produtivo pudesse ser realizada.

Essa experiência frustrante, que desencorajou quem a vivenciou e os demais que dela tomaram conhecimento, contribuiu para que somente no final da década de 1960, houvesse outra tentativa de cultivar soja no distrito. Essa nova tentativa foi feita quando um agricultor do distrito tomou conhecimento de que muitos agricultores em outros locais do estado do Rio Grande do Sul apostavam no cultivo da soja. Um dos relatos dos entrevistados descreve como isso ocorreu:

Meu pai viajou ali para Carazinho, naquela região ali, e viu as plantas de soja lá e por intermédio de um agrônomo ele arrumou para nós fazer um hectare. E esse hectare nós fizemos, plantamos e colhemos tudo a mão. Trilhamos com uma trilhadeira de um tio meu. Levamos tudo até a casa dele e trilhamos lá. Esse hectare de soja deu 37 sacas (ENTREVISTADO 1).

Com o incentivo de um agrônomo, amigo de um dos colonos precursores no cultivo da soja no distrito, colocou-se calcário na terra, o adubo corretivo. Com uma máquina de utilização manual introduziu-se a semente da soja na terra. Também, com uma máquina manual colocou-se o veneno. E, por fim, colheram a mão com facões e finalizaram essa etapa com a utilização da trilhadeira.

A partir dessa nova experiência e de seus resultados, nos anos subsequentes, outros colonos do distrito passaram a introduzir a soja em meio à policultura, que se constituía como a base da alimentação dos núcleos familiares e

uma das fontes de geração de renda para comprar o que não se conseguia produzir na propriedade (por exemplo, sal, açúcar e fosforo).

De um modo geral, os agricultores nesse período destinaram no máximo dois hectares de suas propriedades ao cultivo da oleaginosa. E isto porque, de um lado, não era prudente colocar em risco a subsistência da família e, por outro lado, por que os agricultores não tinham muito conhecimento sobre como cultivar e proceder nas diferentes etapas do processo de produção.

Muitos dos primeiros colonos que adotaram o cultivo da soja acreditavam que a utilização das trilhadeiras em demasia para colher a soja poderia estragá-las. Como se tratava de um instrumento de trabalho que nem todos possuíam e de extremo valor, muitas vezes, os colonos organizam a soja colhida e a deixavam na própria lavoura. Com isso, frequentemente perdia-se a produção, pois a soja acabava apodrecendo.

O mito criado em torno da utilização da trilhadeira na colheita somente caiu por terra no momento em que um agricultor externo ao distrito utilizou uma única trilhadeira para finalizar a etapa da colheita de boa parte do que havia sido produzido no distrito como um todo.

A razão para se temer a quebra de um instrumento de trabalho como a trilhadeira estava relacionado também à importância da sua utilização para efetuar a colheita de culturas consideradas pelo colono como mais importantes como, por exemplo, o milho e o feijão. Do milho retiravam o alimento para os animais, para fazer a polenta e o pão. Produzindo o milho podiam adentrar como parceiros ou meeiros nas terras das grandes fazendas, já que os fazendeiros também tinham interesse na produção do milho para sustentar a pecuária praticada de forma extensiva.

Assim, os colonos<sup>27</sup>, durante o final da década de 1960 e nos primeiros anos da década de 1970, destinaram à soja uma porção de terra relativamente pequena em relação à produção de milho que apresentava altos índices de produtividade.

Inicialmente, o colono, por razão bastante óbvias, negou-se a destinar parte mais significativa de sua propriedade ao cultivo da soja. Mas, aos poucos, muitos começaram a perceber que isso significava, de certa forma, uma opção desconexa

---

<sup>27</sup> Denominação empregada no período colonial aos pequenos proprietários, estrangeiros ou nacionais, que receberam ou adquiriram terras, em pequenos lotes, para desenvolver a policultura e promover a subsistência (KLIEMANN 1986, p. 13). Esta terminologia continua a ser empregada atualmente: colono como sinônimo de agricultor e colonial de agricultura familiar.



com um contexto de estímulo, que, em relação a esta atividade, começava a se constituir em escala nacional. Embora muitos ainda se mostrassem receosos em apostar de forma mais contundente na sojicultura, por não haver referências familiares no cultivo da soja, tinham em mente de que isso significava o novo, a tendência da época.

Assim, durante os anos de 1970, os colonos intensificaram a produção da soja em meio à policultura tomando sempre os devidos cuidados para não comprometer a alimentação e a geração de renda advinda desta última atividade. O excedente da policultura era comercializado diretamente na cidade ou com os chamados “quitandeiros” que iam até Santa Flora adquiri-lo e voltavam à cidade para comercializá-lo. Já a soja era comercializada principalmente com a Sociedade Anônima Moinhos Rio Grandenses (SAMRIG) e com a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMNPAL)<sup>28</sup>.

No decorrer da década de 1970, os colonos passaram a utilizar o trator na atividade sojicultora, principalmente, no preparo da terra. A utilização desse instrumento de trabalho no preparo da terra era mais recorrente na atividade orizícola, pois essa se constituía como a principal atividade agrícola. Muitas vezes, o colono produtor de arroz também produzia a soja. Logo, utilizava praticamente os mesmos instrumentos de trabalho para desenvolver as duas atividades.

Pode se dizer que a utilização do trator para desenvolver essas duas atividades era uma clara manifestação da intensificação do processo de modernização da agricultura que ocorreu durante a década de 1970, no Brasil e, sobretudo, no Rio Grande do Sul um dos estados onde se concentrou tal processo.

No distrito, nesse período, eram poucos os agricultores que possuíam tratores e os que possuíam desenvolviam uma dessas atividades ou as duas simultaneamente. A figura 13 mostra dois colonos de uma mesma família, no final da década de 1970, precursores no cultivo da soja no distrito que concomitantemente também desenvolviam a produção de arroz.

O envolvimento da família era, nesse período, um traço característico do desenvolvimento das atividades agrícolas como um todo em Santa Flora. No distrito, praticamente todas as atividades agrícolas eram desenvolvidas com base no

---

<sup>28</sup> A Sociedade Anônima Moinhos Rio Grandenses (SAMRIG) foi fundada em fevereiro de 1929 por capitais argentinos (Bunge Y Born) com moinhos nos municípios de Porto Alegre, Pelotas, Guaporé, Cruz Alta e Uruguaiana. Já a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMNPAL) foi fundada em 1963 por um grupo de colonos no atual município de Nova Palma.

trabalho familiar.

No entanto, a presença da mão de obra familiar, que se constituía como amago do desenvolvimento das atividades agrícolas, de certa forma, começa a perder força no decorrer da década de 1970 e, sobretudo durante a década de 1980.



**Figura 13:** Colonos trabalhando em uma lavoura de arroz no distrito de Santa Flora no final da década de 1970.

**Fonte:** Acervo da Família Lourensi.

E isso porque este agricultor familiar, passado mais de meio século, defronta-se novamente com o problema da terra, um dos principais motivos que o fizeram migrar para Santa Flora. Embora a pequena propriedade oportunizasse, desde a chegada do colono ao distrito, a subsistência do grupo familiar e ao mesmo tempo permitisse a geração de renda, ela de certo modo acabou tornando-se um fator que limitou a permanência dos grupos familiares nos arranjos produtivos.

Durante a década de 1980, começou a ficar evidente para muitos agricultores que já não era mais possível permanecer nas pequenas propriedades, pois o que se produzia colocava em risco a própria sobrevivência do grupo familiar e principalmente não permitia aos grupos familiares projetar um futuro promissor.

Com isso, inicia-se a migração de muitos membros dos grupos familiares principalmente para a cidade. Nele, uns buscaram emprego na construção civil, na indústria; outros prolongaram seus estudos visando tornarem-se profissionais capacitados.

Esse processo de migração de membros das famílias para a cidade contribuiu, mesmo que indiretamente, para as transformações no âmbito das atividades agrícolas. No decorrer da década de 1980, não sendo mais tão necessário destinar grande parte da propriedade à produção para subsistência, começou-se a destinar parte significativa das propriedades para o desenvolvimento da sojicultura. Em muitas propriedades a soja começou a ser cultivada de forma mais intensa dividindo o espaço das propriedades com culturas consideradas mais importantes como era o caso do arroz. A figura 14 é de uma propriedade do distrito onde se produzia tanto a cultura do arroz como da soja durante a década de 1980.



**Figura 14:** Lavoura de soja em uma propriedade no distrito de Santa Flora na década de 1980.  
**Fonte:** Acervo Família Lourensi.

Como muitos daqueles que migraram compunham a mão de obra em que estava pautado o desenvolvimento de inúmeras atividades agrícolas, buscou-se, de forma gradativa, introduzir instrumentos de trabalho que viessem a compensar os



“braços” perdidos com o êxodo rural.

A mecanização de determinadas etapas do processo produtivo começou a tornar-se uma realidade, sobretudo nos arranjos produtivos em que se produzia a soja. O trator começou a ser adquirido, tanto por meio de empréstimos e financiamentos bancários, quanto com recursos próprios. Muitos agricultores passaram a utilizá-lo no preparo da terra e a colheita do grão começou a ser feito com colheitadeiras. Complementando esses instrumentos de trabalhos havia outros instrumentos como os graneleiros que deram mais velocidade no momento da colheita, haja vista que não se precisava mais ensacar a soja colhida e nem havia mais a necessidade de transportá-la com a carreta movida a tração animal.

A figura 15 e 16 demonstra momentos em que se utilizou, no final da década de 1980, a colheitadeira, o trator e graneleiros durante a colheita. Como as colheitas do arroz e da soja aconteciam em momentos diferentes utilizavam-se os instrumentos de trabalho para ambas as colheitas.

No final da década de 1980, ao contrário do que vinha ocorrendo durante toda a década, o incremento de área para a produção da soja sofreu certo refluxo. O preço da saca de soja sofria oscilações que o tornavam cada vez mais baixo. Conjugada a baixa dos preços com a inflação galopante no País, muitas vezes, “a safra de um ano não dava para comprar os insumos para fazer a planta no ano seguinte” (ENTREVISTADO 2).



**Figura 15:** Colheitadeiras em lavouras de arroz e soja em propriedade rural em Santa Flora.  
**Fonte:** Acervo Família Lourensi.



**Figura 16:** Colheitadeiras em lavouras de arroz e soja no distrito de Santa Flora.  
**Fonte:** Acervo Família Lourensi.

Além da diminuição do preço da soja e a inflação, havia outro fator que preocupava os colonos produtores de soja: o colono não mais conseguia alcançar a produtividade já alcançada na década de 1970 e durante a maior parte da década de 1980. A frequente utilização do solo e o desconhecimento de certas doenças da planta começou a afetar a produtividade da soja. As palavras de um dos entrevistados evidenciam claramente essa problemática:

[...] as terras estavam terminando, naquele tempo dos anos 70 teve erosão que até hoje a terra não se endireitou aqui e em muitos outros lugares. Naquele tempo era só um veneno para a lagarta e nada mais, não tinha fungicida, caso ocorresse ferrugem a gente não sabia, dava o frade à gente não conhecia. (ENTREVISTADO 3).

Na medida em que ocorre uma diminuição significativa na produtividade, que segundo alguns produtores passaram de 60 a 65 sacas por hectare para aproximadamente 38 sacas, automaticamente os produtores recuam no desenvolvimento de uma atividade que começava a destacar-se entre as demais atividades agropecuárias.

Não obstante, em meados da década de 1990, os produtores voltam a intensificar a produção da soja no distrito. Os preços da saca de soja aumentaram, a

inflação começou a ser controlada e, principalmente, os produtores do distrito tomaram conhecimento e passaram a adotar nas formas de produzir.

Até meados de 1990, a introdução de instrumentos de trabalho como o trator, em destaque na figura 17, permitia ao produtor preparar a terra de forma muito mais rápida do que através do arado à tração animal. Com o trator o colono além de plantar em sua propriedade a soja e outras culturas (como o feijão, o arroz, o milho e a batata inglesa), muitas vezes, ainda produzia o milho em parcelas de terras das grandes fazendas, seja como parceiro ou meeiro. O uso do trator permitia que se ampliasse o espaço de produção nas grandes propriedades sem comprometer o trabalho na sua própria propriedade.



**Figura 17:** Produtor de soja lavrando em uma propriedade rural no distrito de Santa Flora.  
**Fonte:** Acervo da Família Boemo.

Entretanto, a partir de meados da década 1990, os produtores começam a produzir adotando a novidade do momento em Santa Flora: o plantio direto<sup>29</sup>. Esta

---

<sup>29</sup> O plantio direto é uma técnica de cultivo conservacionista em que o plantio é efetuado sem as etapas do preparo convencional da aração e da gradagem.

forma de introduzir a semente na terra, sem maiores preparos (sem lavrar e sem discar da terra, por exemplo), já havia sido adotada por outros produtores de outros municípios e regiões do estado do Rio Grande do Sul, porém, os produtores de Santa Flora ainda a desconheciam.

Em meados da década de 1990, a convite de um agrônomo da Emater do município de Santa Maria, uma família do distrito que produzia soja deslocou-se até o município de Itaara para participar do que os sojicultores denominam de “Dia de Campo”.

O dia de campo é um evento organizado por instituição ou empresa para mostrar aos produtores agrícolas novas formas de produzir, novas máquinas que podem ser incorporadas ao processo produtivo, novas variedades de sementes que podem vir a ser utilizadas, novos fertilizantes, adubos ou venenos que podem ser adquiridos pelos produtores e serem usados nas atividades agrícolas afim de aumentar a produção e a produtividade.

O primeiro dia de campo em que os produtores de Santa Flora participaram foi no município de Itaara. Neste dia de campo, o evento organizado pela Emater do município de Santa Maria, tomou-se conhecimento de como desenvolver a sojicultura a partir do plantio direto. Um dos produtores que participou desse dia de campo relata essa experiência:

O pai foi convidado e eu e meus irmãos também fomos ver uma máquina de plantio direto plantar na grama, dessecaram a grama e plantaram no campo bruto. Esse foi o primeiro dia de campo que eu fui e me marcou muito. Nós voltamos de lá com a cabeça com outra ideia, porque daí não precisa arar a terra. O pai foi o primeiro a comprar uma máquina de plantio direto em Santa Flora, foi o pioneiro no plantio direto graças a esse dia de campo que ele participou e sentiu fundamento. Não precisa mais arar a terra, daí não degradava mais o solo que ia embora com a chuvarada, não dava mais erosão. Muitos o chamaram de louco, mas depois começaram a fazer o mesmo (ENTREVISTADO 4).

Na safra seguinte, após o primeiro dia de campo, o produtor que dele participou já utilizava a máquina de plantio direto no plantio da soja. A figura 18 destaca, no ano de 1996, uma das primeiras experiências com a máquina de plantio direto.

Segundo os sojicultores do distrito além de não degradar mais o solo e minimizar o processo de erosão, o plantio direto também permitiu a diminuição dos



custos no preparo da terra e tornou mais rápido essa etapa do processo produtivo. Isso fez com que a resistência inicial a adoção da máquina de plantio direto fosse se dissolvendo e os produtores fossem a adotando de forma massiva.



**Figura 18:** Máquina de plantio direto em propriedade rural no distrito de Santa Flora.  
**Fonte:** Acervo da Família Boemo.

Em virtude da massiva adoção da máquina de plantio direto pelos produtores de soja, um representante da Emater do município de Santa Maria reuniu-se em Santa Flora com um grupo de produtores para dar mais informações sobre como proceder para fazer a introdução da semente na terra a partir do plantio direto e como utilizar adequadamente a plantadeira. A figura 19 dá ênfase a essa reunião entre o representante da Emater e alguns dos produtores do distrito.

Na medida em que produtores passaram a intensificar a produção, com a melhora do preço referente à saca de soja e desenvolver a primeira etapa do processo produtivo de forma mais rápida e com menos custos por meio do plantio direto, começou a ficar evidente que a pequena propriedade limitava o desenvolvimento da atividade sojicultora.





**Figura 19:** Reunião de produtores e representante da Emater no distrito de Santa Flora.  
**Fonte:** Acervo da Família Boemo.

Para ampliar a área destinada à soja, um desafio se impunha: Como ampliar as áreas de lavouras se toda a terra já estava apropriada? Uma alternativa era arrendar as terras do distrito, destinadas à criação do gado. Essas terras pertenciam aos chamados “fazendeiros”, grandes proprietários fundiários, em geral herdeiros das famílias que receberam as terras por doação, as denominadas sesmarias.

Vencendo a resistência inicial dos fazendeiros, que viam no cultivo da terra uma forma de degradação do solo, alguns produtores tiveram êxito e passaram a arrendar parcelas de terras adentrando às grandes propriedades. Geralmente o pagamento pelo arrendamento era o valor de um percentual da produção e só eventualmente o pagavam em forma de dinheiro.

As parcelas de terras arrendadas em grandes propriedades, muitas vezes, ficavam distantes das propriedades onde residiam os agricultores. Logo, para não comprometer o rendimento do trabalho muitos deles permaneciam em moradias improvisadas nas parcelas de terras arrendadas. A figura 20 demonstra uma das moradias improvisadas por produtores de soja do distrito.



**Figura 20:** Moradia provisória dos produtores de soja arrendatários do distrito de Santa flora.  
**Fonte:** Acervo da família Boemo.

Essa moradia improvisada, em destaque na figura 20, marcou a história de um dos produtores de soja do distrito, pois no período em que a utilizou não lhe foi permitido o acesso à luz elétrica. Embora sua moradia improvisada ficasse ao lado da rede elétrica, o proprietário das terras não lhe permitiu o acesso. Ele, o proprietário, não lhe dava o acesso porque suspeitava que a partir disso o produtor pudesse querer reivindicar direitos como o de posse.

De maneira geral, os produtores que passaram a arrendar terras em locais distantes da sua residência permaneciam em moradias improvisadas principalmente nos momentos de pico da produção da soja, ou seja, no plantio e na colheita. Eventualmente, permaneciam nessa moradia quando surgia ou tinha-se a ameaça de algum surto de lagarta ou de ferrugem na cultura.

Nesse processo de expansão das lavouras dos sojicultores para a grande propriedade outro fator passa a ser tão importante quanto os demais supracitados: a adoção dos produtores a soja transgênica. No final da década de 1990, segundo produtores do distrito, muitos deles já haviam introduzido a soja transgênica no processo produtivo. Inclusive, no ano 1999, aconteceu um dia de campo no



município de Dilermando de Aguiar, em destaque na figura 21, em que um dos temas era justamente a soja transgênica.



**Figura 21:** Dia de Campo em uma propriedade no município de Dilermando de Aguiar.  
**Fonte:** Acervo da Família Boemo.

Nesse dia de campo foram apresentadas aos produtores novas máquinas que poderiam vir a ser utilizadas na sojicultura e muitas informações foram dadas aos produtores sobre a soja transgênica. De acordo com os sojicultores presentes nesse dia de campo, nele foi muito enfatizado o fato de que as sementes de soja transgênica trariam aumento na produtividade, diminuiriam os custos da produção e seriam mais resistentes às intempéries e doenças.

Diante da possibilidade de ter vantagens com a utilização da soja transgênica os produtores do distrito resolveram fazer um dia de campo em Santa Flora, reunindo os produtores que não estiveram presentes no dia de campo sobre a soja transgênica. Neste dia de campo, em destaque na figura 22, novamente foi enfatizado as vantagens referentes à adoção da soja transgênica pelos produtores.



**Figura 22:** Dia de campo em uma propriedade do distrito de Santa Flora.  
**Fonte:** Acervo da Família Lourensi.

Com a adoção do plantio direto e da soja transgênica os produtores do distrito intensificaram a produção da soja e deram continuidade a sua expansão para as grandes propriedades. Segundo os produtores do distrito, com o lucro gerado pela produção da soja transgênica, muitos produtores aumentaram suas propriedades por meio da compra de áreas lindeiras.

Na concepção dos produtores, caso houvesse terra para ampliar a produção era possível, pois com a mecanização, a adoção do plantio direto e da soja transgênica determinadas etapas do processo produtivo passaram a ser realizadas de forma rápida e o manejo da cultura exigia menor tempo de trabalho.

Esses fatores fizeram com que houvesse, no final da década de 1990, a intensificação da produção da soja nas propriedades dos sojicultores e com isso o cultivo da soja passou a ocupar definitivamente o espaço antes destinado, por exemplo, a cultura do milho, da batata, da mandioca e do feijão. Ou seja, a produção para subsistência começou a ser substituída e mesmo eliminada nas propriedades onde a intensificação da soja começou a ocorrer.

De certo modo, o fato da soja expandir-se em detrimento de outras culturas,

principalmente nas pequenas propriedades, fazia-se necessário, uma vez que, nem todos os produtores conseguiam expandir suas lavouras para as grandes propriedades e os que expandiam acabavam não controlando de parcelas muito extensas de terras, seja por falta de recursos, seja porque isso não era do interesse dos fazendeiros que desenvolviam a pecuária.

O acesso à terra era o amago para que o sojicultor pudesse dinamizar a sua territorialidade em meio à sojicultura. Embora o sojicultor já construísse uma territorialidade com uma dinâmica bem mais intensa do que nas décadas anteriores, essa dinamização poderia ser maior, uma vez que estava suplantada pela falta de acesso a terra no distrito. No decorrer dos anos 2000, inúmeros sojicultores conseguiram o acesso a terra e isso deu um novo dinamismo a territorialidade construída em meio a sojicultura e ao desenvolvimento dessa atividade no distrito de Santa Flora. E é sobre esse novo dinamismo que serão feitas considerações a seguir.

### **3.2- O dinamismo da territorialidade do sojicultor em meio ao desenvolvimento da sojicultura.**

No início dos anos 2000, os produtores de soja no distrito de Santa Flora ainda vivenciavam a problemática em torno do acesso a terra para ampliar a produção da soja. Utilizando uma expressão normalmente utilizada pelos produtores para referir-se a esse momento, de certo modo, eles estavam “sufocados pela pecuária”.

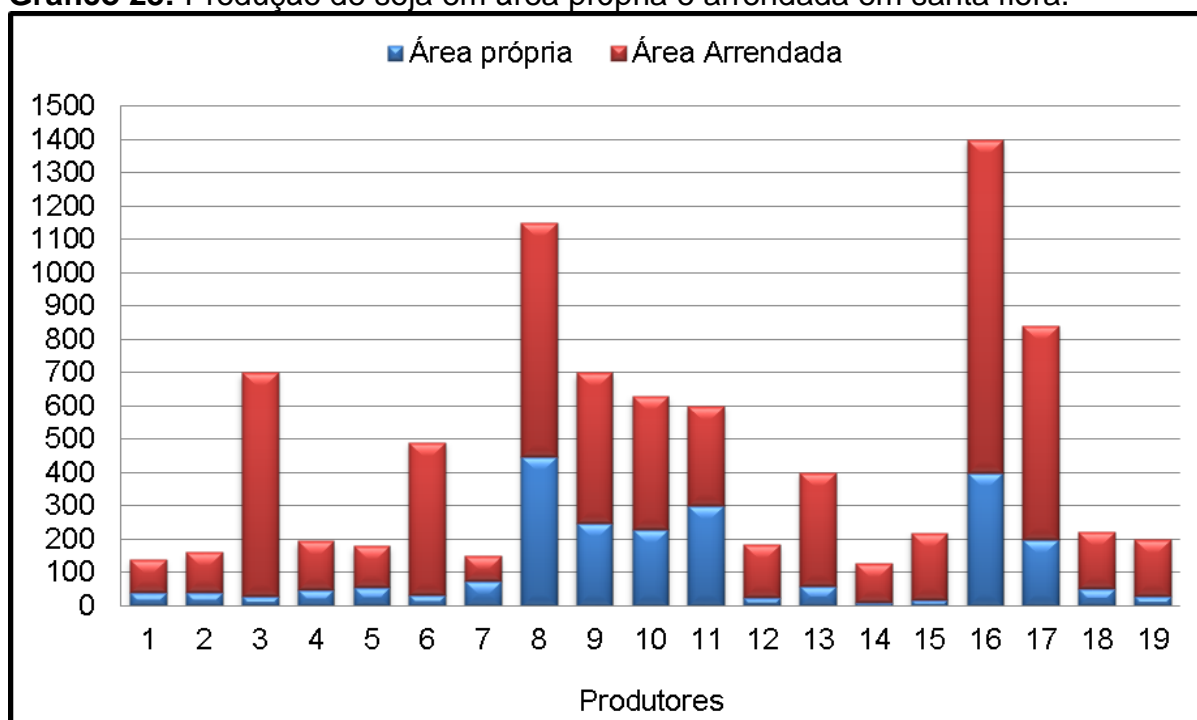
A pecuária extensiva predominava nas grandes propriedades, ocupando o objeto de desejo do produtor de soja: a terra. Como os grandes proprietários tinham interesse de desenvolvê-la em suas terras, o sojicultor não vislumbrava uma possibilidade de ter acesso a essas terras pelo arrendamento.

Porém, em meados dos anos 2000, alguns fazendeiros (grandes proprietários agropecuaristas) passaram a disponibilizar mais terras para o arrendamento, permitindo que muitos sojicultores viessem a expandir suas lavouras para as grandes propriedades do distrito. A partir disso, os sojicultores do distrito passaram a estabelecer múltiplas relações, relações de poder, com os grandes proprietários de terras e por meio dessas obtiveram o tão esperado acesso a terra.

Durante o decorrer da primeira década e o início da segunda década deste novo milênio, sojicultores e grandes proprietários estabeleceram relações que oportunizaram ao primeiro o acesso a terra e, este, desde então, passou a controlar, sob a forma do arrendamento, terras pertencentes às grandes propriedades do distrito.

No momento atual, como se pode observar no gráfico 23, há no distrito produtores produzindo em áreas superiores a 1.000 hectares. Como também é possível verificar no gráfico 23, as áreas onde o produtor de soja do distrito produz provem basicamente das relações que estabelece com os grandes proprietários de terras. Assim, os produtores conseguem ter acesso a áreas que invariavelmente contem um número de hectares superior em relação as que são proprietários. Logo, torna-se uma tendência produzir mais em áreas arrendadas do que em áreas próprias.

**Gráfico 23:** Produção de soja em área própria e arrendada em santa flora.



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Org.: MENEZES, L. J. M.

Entre os produtores de soja no distrito há os que arrendam 75 hectares, como é o caso do produtor 7, assim como, há produtores que arrendam até 1.000 hectares, como é o caso do produtor 16.

As relações estabelecidas entre sojicultores e grandes proprietários que permitem esse acesso a terra passaram, desde meados dos anos 2000, a ser formalizadas por meio de um contrato, onde consta o tempo de arrendamento e a forma como o mesmo deve ser pago. O tempo de arrendamento, na grande maioria das vezes, é de três anos. Já a forma de pagamento que se tornou comum desde então foi o pagamento de um número “x” de sacas de soja por hectare arrendado.

O pagamento do arrendamento a partir de um número “x” de sacas de soja por hectare foi uma das exigências feitas pelos grandes proprietários, na medida em que permitiu o acesso dos sojicultores a terra. De acordo com os produtores do distrito essa exigência do proprietário ocorreu porque com isso: a) terminava com a desconfiança de que o produtor poderia lográ-lo com a entrega de um percentual da produção; b) dava a noção ao proprietário do número de sacas que receberia no final da safra independente da quantidade produzida. Assim, ao contrário do que ocorria na década de 1990, o pagamento com percentual da produção pela utilização da terra alheia (algo quase sempre em torno de 20%) passou a ser feita somente eventualmente

Ao longo dos últimos anos, para ter acesso às dimensões de terras acima referidas, muitas vezes, os sojicultores do distrito têm fragmentado o espaço destinados pelos grandes proprietários ao arrendamento nas grandes propriedades. Assim, numa mesma propriedade sujeitos distintos podem controlar fragmentos do espaço, ou seja, de parcelas de terras que podem ser destinadas aos mesmos de forma igualitária ou não.

Um exemplo disso pode ser constatado na Fazenda dos Galpões, uma das grandes propriedades onde se encontram diferentes produtores fragmentando o espaço e expandindo a produção. A figura 23 expressa como nessa fazenda quatro produtores diferentes tem controlado o espaço destinado ao arrendamento a partir de sua fragmentação<sup>30</sup>.

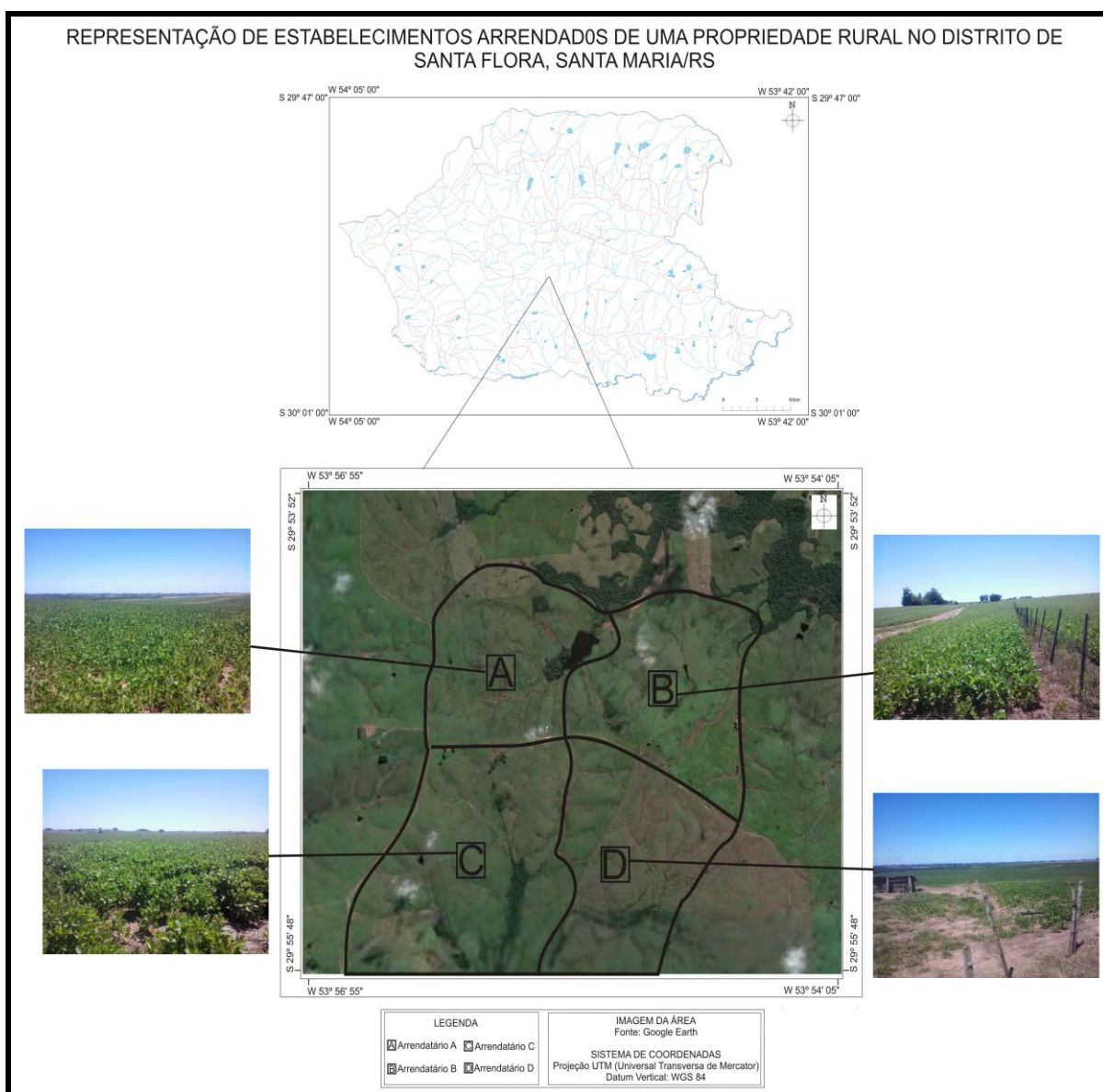
No caso da Fazenda dos Galpões, as dimensões espaciais dos estabelecimentos e o número de sacas a ser paga por hectare arrendada coincidem. Cada estabelecimento possui a dimensão de 109 hectares totalizando uma área de

---

<sup>30</sup> Essa representação deve ser considerada como distintos produtores fragmentam o espaço e não a totalidade de parcelas de terras arrendadas na fazenda. Na verdade, na Fazenda dos Galpões encontram-se seis produtores de soja arrendando terras, porém, não se conseguiu acesso aos demais estabelecimentos o que impossibilitou a sua representação. O total da área arrendada na fazenda é de 550 hectares



436 hectares controlada pelos produtores.



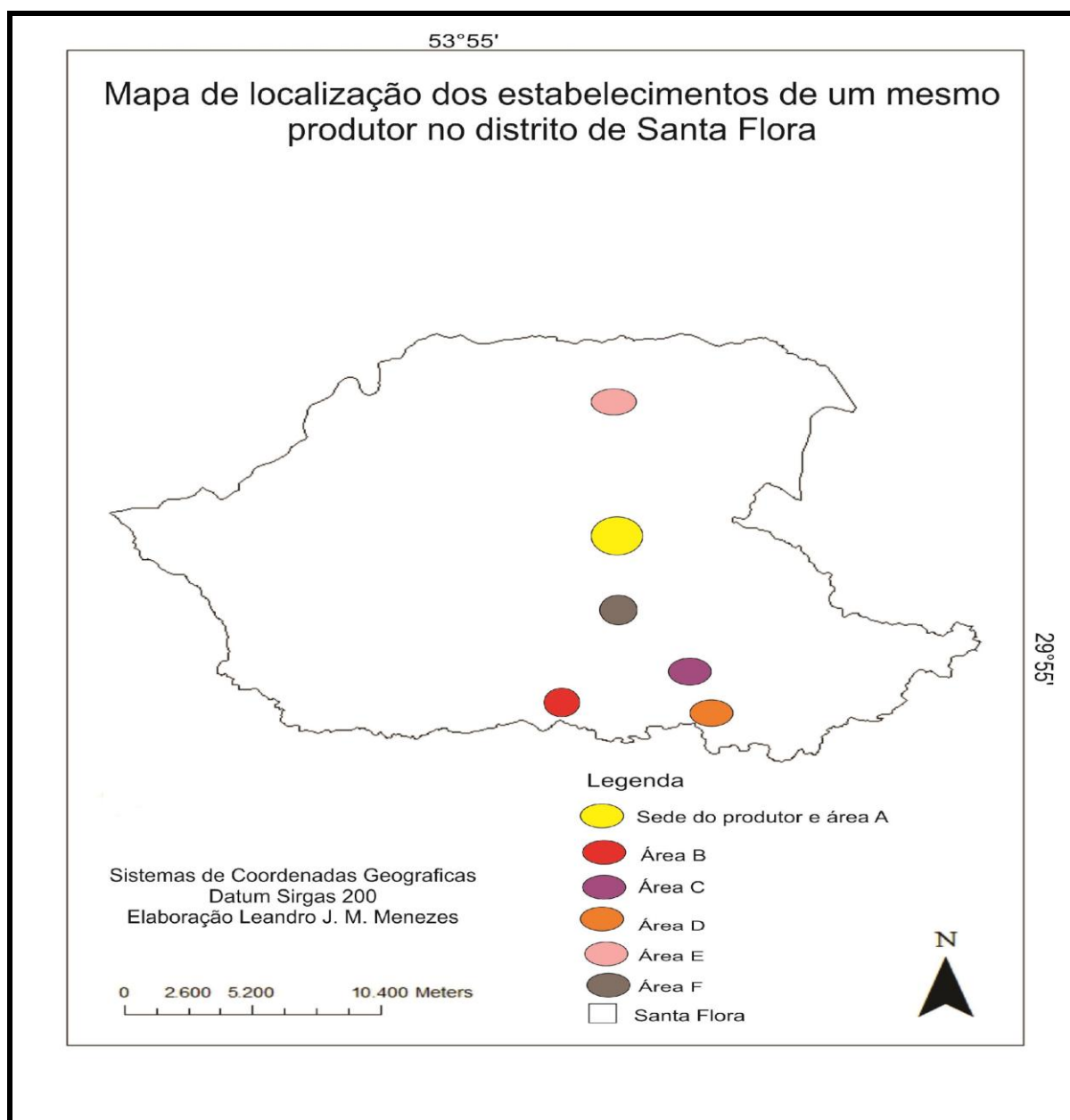
**Figura 23:** representação de estabelecimentos arrendados em uma propriedade em Santa Flora.  
**Fonte:** Trabalho de campo no distrito de Santa Flora, 2012.  
**Org.:** MENEZES, L. J. M.

Essa fragmentação do espaço tem se tornado muito frequente nas propriedades onde se produz soja no distrito. E, muitas vezes, um mesmo produtor tem passado a controlar parcelas de terras em mais de uma propriedade. Na medida em que não consegue, de forma contínua, arrendar numa mesma propriedade o que considera necessário para desenvolver a sojicultura, os produtores o fazem controlando parcelas de terras em diferentes propriedades.

No distrito de Santa Flora, como se procura demonstrar na figura 24, um



mesmo produtor pode controlar de diferentes formas (como proprietário ou arrendamento) e sobre condições diversas um número de seis estabelecimentos diferentes. Destes estabelecimentos localizados em diferentes pontos do distrito o produtor que os controla é proprietário apenas do estabelecimento “F”, sendo que os demais são todos arrendados.



**Figura 24:** Mapa de localização dos estabelecimentos de um mesmo produtor no distrito de Santa Flora

**Org.:** MENEZES, L.J.M.

Em meio à incorporação de áreas as lavouras através do arrendamento de terras, concomitantemente, os sojicultores deram início a um processo intenso de

reestruturação dos arranjos produtivos a partir de todo um aparato tecnológico e biotecnológico.

Essa reestruturação, durante a década passada, principalmente no que se refere a instrumentos de trabalho utilizados em diferentes etapas do processo produtivo (como é o caso do trator, da plantadeira, do pulverizador, da colheitadeira) foi feita no sentido quantitativo. O produtor aumentou o número de tratores, de plantadeiras, de pulverizador, de colheitadeiras. Porém, no momento atual, a busca é por uma reestruturação qualitativa. Ou seja, muitos produtores estão incorporando ao processo produtivo instrumentos com capacidade de desenvolver suas diferentes etapas em áreas cada vez maiores.

De certo modo, pode-se dizer que o movimento de reestruturação quantitativa emerge do movimento de incorporação de novas áreas. E o movimento de reestruturação qualitativa impulsiona movimento de incorporação de novas áreas.

[...] tem uma série de fatores que soma na necessidade de aumentar a lavoura, você compra um pulverizador, uma plantadeira e uma colheitadeira, aquelas máquinas são programadas, uma plantadeira dependendo da plantadeira é programa para plantar 500 hectares, por exemplo, então você adquire aquele maquinário que daqui a pouco sucateia então você vai comprar uma máquina nova não vai comprar uma sucata, vai comprar uma plantadeira maior, um trator maior e vem à dívida, vem o custo da lavoura, o óleo diesel sempre subindo, vem um ano de seca você fica com a vida toda atrasada, você se obriga ter que planta um pouco a mais para pagar aquela dívida, para pagar aquela máquina e aquela máquina não pode ficar ociosa, aquele trator não pode ficar parado, esse é um dos fatores, o funcionário, por exemplo, você precisa de no mínimo quatro pessoas para tocar uma lavoura a menos que tenha gente de casa então você tem que aproveitar esses funcionários não adianta você ter um cara num trator uma semana e ficar o resto do ano inteiro pagando encargos, não tem serviço para ele, então você arrenda uma área maior e vai aumentando, essa é a questão de aumentar a lavoura (ENTREVISTADO 5).

Ou seja, na medida em que, os produtores têm reestruturado qualitativamente seus arranjos produtivos, essa reestruturação tem exigido cada vez mais a incorporação de novas áreas à produção.

Com reestruturação qualitativa os produtores deslocam-se para e por diferentes fazendas do distrito, desenvolvendo a sojicultura. Assim, nos períodos de pico do desenvolvimento da atividade não raro é possível encontrar em distintas partes do distrito uma gama de sojicultores deslocando-se com as máquinas agrícolas, conforme se enfatiza na figura 25.

A mecanização é parte de uma engrenagem montada pelo sojicultor para,

invariavelmente, obter o máximo de produtividade nos espaços, de uma forma ou outra, por ele controlado. E é nesse sentido que se tem o uso generalizado de insumos modernos que se articulam na produção como é o caso dos agrotóxicos, fertilizantes e sementes transgênicas.



**Figura 25:** Produtores de soja deslocando-se com máquinas agrícolas no distrito de Santa Flora.  
**Fonte:** Trabalho de campo, 2014.

De um modo geral, buscando angariar recursos para investir na mecanização e adquirir os demais insumos modernos que se articulam na produção, os sojicultores do distrito passaram a estabelecer múltiplas relações com bancos, cooperativas e inúmeras empresas associadas ao agronegócio.

Estabelecendo relações com bancos e cooperativas, principalmente com o Banco do Brasil e com a Cooperativa de Crédito Rural (SICREDI), conseguem o financiamento para investir na mecanização da atividade sojicultura. Ainda, conseguem financiamento para o custeio, adquirindo assim os demais insumos modernos que se articulam na produção.

Estes últimos, também e muito frequentemente, têm sido adquiridos com os

recursos advindos das relações estabelecidas pelos sojicultores do distrito com inúmeras empresas associadas ao agronegócio. Com essas empresas os produtores têm conseguido recursos principalmente por intermédio de formas de financiamento como a equivalência de trocas por produtos ou de títulos emitidos como as CPRs Financeira de gaveta.

O adubo, por exemplo, é um dos insumos modernos que se articulam na produção que normalmente é adquirido nas relações sociais que se estabelecem por via da equivalência de trocas. Os demais insumos modernos que se articulam na produção advêm tanto por intermédio da equivalência de trocas por produtos como dos recursos conseguidos a partir da emissão de CPRs pelos produtores.

Dentre as empresas com as quais o sojicultor estabelece relações estão: Imex Sul Insumos Agrícolas (Santa Maria/RS), Fernandes Implementos Agrícolas (Santa Maria/RS), Cia da Terra Produtos Agrícolas (São Sepé/RS), Marasca Comércio de Cereais e Ltda. (Santa Maria/RS), Câmera Agroalimentos (Santo Cristo/RS), Fertilizantes Multi Fértil Indústria e Comércio (Santa Maria/RS), Bunge Fertilizantes (Santa Maria/RS), Cooperativa Agrícola Mista Sul Riograndense (CAMSUL) (Pelotas/RS).

Na medida em que estabelecem tais relações com essas empresas uma parte do que é produzido pelo produtor é comercializado, dependendo de com quantas o mesmo estabeleceu relações, com uma ou mais dessas empresas, haja vista que a garantia dada pelo produtor para o financiamento é o penhor de safra. Logo, uma parte do que é produzido nos arranjos produtivos do distrito quase que invariavelmente direciona-se para os municípios onde estão localizadas tais empresas, como é demonstrado na figura 26.

As relações que o produtor de soja estabelece com as empresas são consideradas por eles de suma importância, não obstante, o produtor tem a percepção de que o financiamento dado pela empresa é uma estratégia para comercializar seus produtos e, ao mesmo tempo, criar amarras para apropriar-se única e exclusivamente da sua produção. Tanto que, embora essa seja uma alternativa importante na busca por angariar recursos para a produção, o produtor dificilmente estabelece relações com uma só empresa a ponto de se comprometer com a empresa, entregando a ela toda a sua produção.



No comercializar a soja comercializo geralmente em duas a três empresas para ver onde está o melhor negócio, a gente já sabe onde está o melhor negócio mas na hora de larga a gente vai vendo onde esta o melhor desconto, a gente não pode morrer tudo num lugar só senão fica na mão deles, o melhor modo é tu ter umas duas, três empresas que tu toma alguns cuidados porque se um ano eles querem bancar os espertos não precisa nem briga no outro a gente não volta lá, nem tem mais como briga, isso já foi feito, eles não voltam atrás depois, eles vão te pagar o que eles querem, mas se eles bancam os engraçadinhos, no outro ano a gente conversa, ou melhor, a gente nem conversa (ENTREVISTADO 6).

Contudo, por mais que comercializar com mais de uma empresa seja uma estratégia importante construída pelo produtor para evitar a monopolização da apropriação da produção, isso tem se tornado cada vez mais difícil, na medida em que empresas como a IMex Sul e a Fernandes Implementos Agrícolas se territorializam no distrito de Santa Flora. Sobretudo, porque ao se territorializarem no distrito elas tornam mais próximos os locais de recepção dos locais de produção, corroborando para diminuïrem os custos com o transporte da mercadoria.

A territorialização da Imex Sul no distrito é, sem dúvida, a manifestação, com precisão, de uma ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo<sup>31</sup>. E isso porque no distrito já havia uma preferência pela realização da comercialização com essa empresa, haja vista que o seu representante de vendas é oriundo de distrito e nele por anos desenvolveu a sojicultura. Tem, portanto, amplo conhecimento a respeito de quem desenvolve a sojicultura no distrito e também sobre a atividade que estão desenvolvendo. Logo, promove a aproximação dessa empresa com os produtores do distrito e corrobora para ofuscar toda uma ação impregnada de intencionalidade e, assim, a intenção de quem a produziu.

Cabe ressaltar que as relações dos produtores com as empresas têm sido importantes para o produtor não somente porque a partir delas consegue o financiamento de parte da produção e também porque com elas a comercializa. Há, pois, entre sojicultores e empresas uma aproximação que tem sido fundamental para que o primeiro, por intermédio do segundo, tenha o conhecimento sobre as inovações tecnológicas e, sobretudo, biotecnológicas.

Nos últimos anos, com o aumento das áreas plantadas pelos produtores e pela quantidade produzida as empresas passaram a organizar o chamado Dia de

---

<sup>31</sup> Utiliza-se aqui a concepção de Raffestin (1993) de atores sintagmáticos (ator que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.

Campo. Essas empresas, principalmente a Imex Sul por intermédio de seu representante, consegue uma parte da propriedade de um dos produtores do distrito para demonstrar novas variedades de sementes que melhor se adaptam a diferentes locais onde a soja é produzida. Elas oportunizam ao produtor ver com seus próprios olhos o resultado do cultivo de inúmeras variedades e escolher qual a melhor para ser introduzida em suas lavouras. Para enfatizar como isso tem se dado no distrito faz-se uso das palavras de um dos sojicultores entrevistados que discorreu de forma bastante clara sobre essa aproximação e sua importância para o produtor conseguir melhores índices de produtividade em suas lavouras:

As sementes que eles vendem eles fazem um experimento numa lavoura específica e agora antes de colher a lavoura eles vem fazer as palestras e te dizer qual é a variedade que vai melhor numa várzea ou numa coxilha. Eles vão te orientando na verdade. Tem uma variedade que vai melhor na várzea tem outra que vai na coxilha. Eles fazem teste de todas as variedades e trazem os agricultores e mostram, porque as vezes cada tipo de terra uma variedade fica melhor, ela se adapta melhor. Eles vão mostrando o produto deles ao que melhor se adapta a nossa terra aqui. Por que às vezes uma soja que está dando bastante lá na serra que é terra vermelha e aqui na nossa terra preta, arenosa não se adapta, não produz tanto, já tem outra variedade que se adapta melhor aqui e que não se adapta lá. Também é uma oportunidade para vender semente depois. E a gente ganha com isso porque a gente vê a variedade que tá dando melhor, porque tu tens que plantar a que produz melhor (ENTREVISTADO 7).

Nos dias de campo, organizados pelas empresas para mostrar os resultados de novas variedades de sementes e a utilização de novos agrotóxicos e fertilizantes, reúnem-se praticamente todos os produtores de soja de Santa Flora, tanto aquele considerado como um pequeno produtor, que produz de 40 a 50 hectares, quanto aquele considerado grande produtor *no distrito*, que cultiva áreas de até 2.000 hectares.

Para o produtor indiferentemente da escala em que produz a comunicação com as empresas e as informações que obtêm nos dias de campo são fundamentais para seu êxito na atividade. Pois, como ressaltou um dos entrevistados:

Nós temos que acompanhar o avanço da pesquisa. Se tem no mercado o R2 como é que eu vou ignorar e plantar o convencional. Tem que acompanhar a evolução. Que plantador sou eu que não vou tentar, tu só vai saber o resultado plantando. É caro conseguir a semente vamos ver se compensa, mas tem que acompanhar a pesquisa. Porque se tu planta tudo convencional e dá um surto de lagarta e daí? (ENTREVISTADO 8).

Por vivenciar inúmeras experiências negativas do ponto de vista econômico em decorrência da falta de chuvas, de doenças como a ferrugem, de surtos como os da lagarta *Helicoverpa*, que no ano de 2014 atingiu aproximadamente 95% dos produtores provocando o aumento dos custos com venenos para o combate e perdas irreparáveis, para o produtor essa comunicação/informação é tão importante quanto fatores como preço e crédito para desenvolver sua produção.

O sojicultor tem consciência de que a atividade que desenvolve o insere num ambiente que se transforma rapidamente de estável em instável.

A agricultura não é mais como antigamente, quando não investiam nada só no cabo da enxada e não botavam um adubo nem nada, se perdia, perdia, tinha pouca despesa. Hoje não! Hoje em dois anos tu pode perde tudo o que tu fez em uma década se dá dois anos de frustração. Um tu aguenta, tu refinancia. O segundo se der frustração tu te rebenta, perde tudo. O investimento é muito alto. Não da para dar dois anos seguidos de frustração. Tu não tem como sobreviver! Depois tu não te equilibra mais! O faturamento é alto, mas o teu investimento e teu custo também (ENTREVISTADO 9)..

Nesse sentido também se enfatiza o relato de outro sojicultor:

A lavoura é uma coisa muito técnica não é sentar e dizer eu vou plantar. Antigamente era assim, quem não tinha nada, não tinha outra alternativa ia para a roça. Mudou tudo isso. Hoje tu és competente na tua atividade ou tu vai a falência. Tem que ser bom para ti ter êxito. O investimento é muito alto a gente gasta de 1500 a 1700 reais por hectare só de custo de adubo, semente e insumos fora o desgaste das máquinas<sup>32</sup> (ENTREVISTADO 10).

Seja para o que produz em pequenas áreas, seja para o que produz em grandes extensões a comunicação é fundamental, visto que como reiterou um produtor do distrito “o segredo do sucesso é a informação”. Muitas vezes, tendo a informação de que podem fazer contratos para vender antecipadamente no chamado mercado futuro, negociam sua produção. Embora isso os impeça de ter mais lucros caso o valor da soja aumente, ao menos elimina um dos riscos referentes a baixos do preço da soja. Para a safra de 2014/2015 somente para Imex Sul foram vendidos a preço futuro duzentas mil sacas de soja, a sessenta reais

---

<sup>32</sup> Essa assertiva do entrevistado sobre seus gastos por hectare é muito relativo de produtor para produtor. Tudo depende de como e até mesmo em que condições o produtor desenvolve a sojicultura. Assim, não pode ser considerado o gasto que todos têm por hectare plantado. Outro aspecto que deve ser observado é que nesse custo o produtor não acresceu o valor pago pelo arrendamento.



cada. Essa é uma estratégia muitas vezes necessária para quem paga um preço fixado pelo adubo e por outros insumos modernos enquanto observa os preços de seu produto oscilar frequentemente para cima ou para baixo.

A perspectiva de integrar a sua lavoura de forma contínua com o que há de mais moderno tem gerado, para os produtores que ao aumentar suas lavouras passaram a contratar mão de obra assalariada, a necessidade de trabalhadores cada vez mais capacitados. Entretanto, esses trabalhadores são cada vez mais difíceis de serem encontrados no distrito. Na realidade, evidencia-se no distrito, e isto é consenso entre os produtores de soja, à falta de mão de obra qualificada para ser inserida nos processos de produção.

Mão de obra difícil é especializada, eu, por exemplo, tenho esse pessoal, tem um que cuida para mim faz muitos anos e eu seguro ele, trato ele melhor possível se ele escapa eu tenho que parar com a lavoura, ele cuida muito bem e eu tenho que cuida muito bem dele, tu arruma gente em abundância, mas tem que largar no outro dia, o pessoal vem incomodar, não sabe o que fazer, é diferente de tu pegares um pessoal para ir num cavalo no campo, ir numa maquina e cuidar bem da tua lavoura é mais difícil, isso tu pode falar com quem tu quiseres é muito do difícil (ENTREVISTADO 11).

Essa falta de mão de obra especializada tem feito com que os trabalhadores qualificados sejam disputados pelos produtores. Pois, como também evidenciou outro produtor:

O problema é gente tchê. Há uns anos atrás tu tinhas os empregados bons, tu tinhas os mais ou menos e tu tinhas os ruins. Terminou os bons, terminou os mais ou menos e terminou os ruins. Hoje em dia tu tem que te agarrar com o que tiver. Esse ano mesmo para ajudar a plantar eu peguei um guri que tinha saído do Marzari Alimentos para me dar uma mão, senão tu não acha gente (ENTREVISTADO 12).

Por serem disputados pelos produtores, a ponto de trabalhar uma safra com um e outra com outro, os trabalhadores assalariados tem uma remuneração salarial e uma porcentagem considerada pelos sojicultores como bastante expressiva do que é produzido. Inclusive, em virtude do trabalho qualificado ser valorizado nem todos os que são empregados nas lavouras são originários de Santa Flora.

Essa problemática da mão de obra assalariada poderia ter um maior peso se não houvesse, nos últimos anos, um movimento, mesmo que pequeno, de retorno

dos filhos dos sojicultores ao distrito. Estes saem para estudar ou trabalhar incentivados pelos pais, que mais calejados pelas experiências negativas (sobretudo do ponto de vista econômico) que tiveram na agricultura, querem que os mesmos encontrem a estabilidade distante de uma atividade de muitos riscos. Embora isso se estenda para os que migram, há fortes laços que os ligam a sojicultura, já que, desde criança interagem nos espaços onde a sojicultura é desenvolvida, como demonstra a figura 27.



**Figura 27:** Crianças no distrito de Santa Flora em meio às lavouras de soja.  
**Fonte:** Acervo Família Boemo e Família Rossato.

Além disso, estes que retornam vislumbram na sojicultura um desígnio diferente do que poderiam ter ou construir em outra atividade. Como pode ser observado na fala deste produtor que tem 25 anos de idade:

Eu quando me criei tive muito incentivo do meu avô. Eu me criei junto com

ele e tive o incentivo dele. Ele me esperava do colégio para mim ir junto com ele na lavoura. Então desde pequeno eu tive esse incentivo e peguei gosto pela coisa. E o momento ajudou porque esta bem rentável a atividade não dá para dizer que não. Então isso ajudou bastante. E outra é uma oportunidade de tu tocar teu próprio negócio, ser empreendedor, isso também pesou bastante para mim decidir seguir nessa atividade que o pai já tinha começado. Acho que foram esses três fatores que me influenciaram na decisão de seguir na atividade rural (ENTREVISTADO 12).

Apesar de, como reiteram os sojicultores, dar para contar nos dedos os que retornam ao distrito e que estão inseridos na sojicultura, esse retorno tem sido importante para, de certa forma, suprir a falta de mão de obra e para que haja futuramente uma renovação nas gerações envolvidas na atividade. Estes que retornaram tornam-se também sujeitos e começam a construir sua história em meio à sojicultura. Uma história, que muitos construíram/constroem e dela tem orgulho: “Para nós dava para escrever um livro porque nós não tínhamos nada. Nós tudo era sem terra e hoje temos umas áreas bem boas para quem era sem terra né?!”.

Esses sojicultores, tanto os retornam ao distrito e inserem-se no desenvolvimento da sojicultura quanto àquele que já a desenvolvem há mais tempo, tem-se reunido anualmente, durante um final de semana, para comemorar no distrito de Santa Flora a Festa da Soja: o grão de ouro. Como a sojicultura nos últimos anos tem se destacado em meio às demais atividades agropecuárias do distrito de Santa Flora e como é nesse distrito que essa atividade é desenvolvida de forma mais dinâmica dentre os distritos do município de Santa Maria, produtores do distrito e poder público municipal fizeram uma parceria para juntos realizarem uma festa que exalta de diferentes formas o desenvolvimento dessa atividade agrícola.

No ano de 2014, ocorreu em Santa Flora a X Festa da Soja, em destaque na figura 28. Nesta festa, tem-se a exposição de artesanato, manufaturados e agroindústrias, culinária, exposição temática e palestra técnica, escolha da rainha da soja, o baile da soja, missa e almoço no domingo.

Nela fazem-se presentes, além da grande maioria dos produtores de soja do distrito, também os representantes do poder municipal, representantes de empresas associadas ao agronegócio e a população em geral do distrito e de outros distritos do município de Santa Maria.



**Figura 28:** X Festa da Soja no distrito de Santa Flora no ano de 2014.  
**Fonte:** Trabalho de campo, 2014.

Na Festa da Soja chama a atenção de quem participa o fato de muitos pratos que compõem o almoço no domingo terem como componente principal a soja. Na tentativa dar a maior ênfase possível ao grão de ouro parte dos pratos é preparado tendo como componente principal a soja.

Como na festa fazem-se presentes os representantes de empresas, inclusive com estandes expondo insumos modernos, e a grande maioria dos produtores de soja do distrito, a mesma torna-se um momento propicia para primeira estabelecer um diálogo diretamente com aqueles produtores que a prestigiam. O que somente contribui para que estes produtores, caso venham a incorporar ainda mais inovações tecnológicas e biotecnológicas no desenvolvimento da sojicultura, tornem-se cada vez mais dependentes de produtos de origem industrial.

A festa da soja também não deixa de ser um momento em que muitos produtores trocam experiências acumuladas em meio ao desenvolvimento da

sojicultura. E isso a torna um momento importante, pois desde que os produtores do distrito passaram a expandir suas lavouras para as grandes propriedades, estes produtores tem tido cada vez menos tempo para realizarem e participarem de práticas e eventos no distrito de Santa Flora. E isso é válido tanto para práticas e eventos esportivos, como é o caso dos jogos de futebol que frequentemente ocorriam nos finais de semana no distrito, quanto para as práticas e eventos relacionados à religiosidade, outrora tão presentes no cotidiano desses agricultores.

Estes produtores ao invés de manterem-se fidedignos a práticas que estão intrinsecamente relacionadas com a sua cultura como é o caso das referentes a religiosidade tem optado em dedicar seu tempo exclusivamente ao desenvolvimento da sojicultura. Eles, como muitos enfatizaram, precisam estar “envolta da lavoura” quase que diariamente para fazer com que a mesma não seja apenas uma lavoura grande no sentido de extensão territorial, mas sim uma grande lavoura em termos de produção e produtividade.

Essa opção que traz, por um lado, implicações a cultura, por outro lado, tem permitido a esses produtores acumular capital mediante a realização de safras com índices de produção e produtividade cada vez maiores. A acumulação de capital em meio ao desenvolvimento da sojicultura por muitos dos produtores do distrito manifesta-se e materializa-se no espaço de diferentes formas.

Uma das formas que mais chama a atenção é as que se expressam na melhoria das habitações onde residem os sojicultores do distrito. Durante o período de realização da pesquisa diversos sojicultores construíram casas novas, que denotam muito claramente os ganhos econômicos auferidos com o desenvolvimento da sojicultura. A figura 28 destaca uma das habitações construída recentemente (entre 2013 e 2014) e o contraste com a que anteriormente era utilizada como moradia e que se tornou um local para guardar instrumentos de trabalho e estocar insumos agrícolas.

Esse tipo de transformação conjugada com as que estão mais diretamente relacionadas ao desenvolvimento da sojicultura, como a produção da soja em áreas cada vez maiores, faz com que os sojicultores orgulhem-se da história que constroem em meio à sojicultura em pouco mais de quatro décadas.





**Figura 29:** Residência de um dos sojicultores do distrito de Santa Flora.  
**Fonte:** Trabalho de campo, 2015.

Entrementes, o fato dos sojicultores orgulharem-se dessa história que esta sendo construída não significa que a mesma não esteja carregada de ambiguidades que os levam, não raro, a reencontrarem-se com uma problemática com a qual, ao longo dessa história, defrontaram-se e, momentaneamente, defrontam-se, exigindo a construção de estratégias para dar continuidade, de forma mais autônoma, às suas territorialidades em meio ao desenvolvimento da sojicultura.

### **3.2- O emergir das ambiguidades na construção da territorialidade do sojicultor do distrito de Santa Flora: sujeição e mobilidade espacial em meio à sojicultura.**

Ao longo de pouco mais de quatro décadas, o sojicultor do distrito de Santa Flora, certamente não vivenciou na construção da sua territorialidade, um momento tão peculiar quanto o atual para desenvolver a atividade sojicultora. Tal fato, como se é de imaginar, não passa por ele despercebido:

Eu acho que o momento está bom, o contexto atual é bom, é favorável. Tem uma certa estabilidade de preço no mercado, tem demanda, tem linha de crédito para compra de equipamento, tem financiamento de lavoura, o custeio agrícola. Então tem incentivo e com isso ajudou bastante. Sem crédito não tem como crescer muito, dificulta. A linha de crédito facilita bastante (ENTREVISTADO 13).

No momento atual, caso o produtor queira dar continuidade a mecanização da atividade quantitativamente não há maiores problemas. Ele compra máquinas agrícolas em dez anos, sem entrada e com juros que considera não haver mais baixos. Caso precise de crédito para comprar os insumos modernos que se articulam na produção dirige-se tanto a bancos como a empresas e com o financiamento que destes advêm os adquire sem maiores problemas.

Empresas associadas ao agronegócio, que consideram Santa Flora um “Polo Local da Soja”, territorializam-se no distrito, permitindo-lhes diminuir os custos com o transporte, dando-lhes indicações de que há interesses em sua produção. Com essas empresas adquire informações sobre os avanços na pesquisa tecnológica e biotecnológica e o que precisa adquirir para não enfrentar riscos e perdas que podem ser evitados.

Com essas perspectivas positivas, muitos sojicultores dirigiram-se as fazendas fragmentando o espaço e produzindo a soja. Ao desenvolver a sojicultura nas grandes propriedades, de certo modo, oportunizaram ao fazendeiro além da lucratividade trazida pelo arrendamento outra não esperada.

Os grandes proprietários (...) passaram a se dar conta de que a pastagem torna-se melhor nos espaços arrendados para a soja. No inverno as pastagens se desenvolvem muito mais, não existe mais gado magro é tudo gordo devido a soja, há um tempo não se achava um gado gordo no inverno, hoje não tem mais entressafra de gado virou negócio engordar gado no inverno, a pecuária nem era tão rentável quando não consorciava com a soja, não se perde mais gado no inverno (ENTREVISTADO 13).

Não obstante, em meio a perspectivas positivas em relação ao desenvolvimento da sojicultura, alguns grandes proprietários agropecuaristas, também decidiram apostar na sojicultura. Eles, além de desenvolver a pecuária também passaram a desenvolver a sojicultura em suas terras no distrito de Santa Flora.

Estão eles mesmos começando a plantar, eles estão pedindo a terra no final de cada contrato, eles estão vendo que está dando retorno, eles têm a terra

que é a matéria prima maior, a terra é o fundamento maior, o trator você compra em dez anos, hoje está muito facilitada a compra e acesso à tecnologia, mesmo que eles não tenham no sangue aquela cultura de produzir, mais tem a técnica e as cooperativas dão assistência, então essa é a realidade (ENTREVISTADO 10).

Logo, ao término do contrato que formaliza o arrendamento, o produtor, caso o proprietário decida também apostar na sojicultura, tem de procurar uma nova área para incorporar a sua produção, caso contrário, passa a produzir em uma área com menor dimensão espacial.

Esse é um dos aspectos que fez emergir ambiguidades em meio à construção da territorialidade do sojicultor em Santa Flora. Outro, mais recorrente, é um jogo de especulação que gira em torno da terra no distrito.

Na medida em que, alguns fazendeiros passaram a plantar e alguns arrendatários tiveram de procurar novas áreas, muitos outros grandes proprietários vislumbraram a possibilidade de especular diante da procura por terra. Como nem todos os fazendeiros permitiram que os sojicultores adentrassem suas terras, na medida em que, os que permitiram passaram a apostar na sojicultura, a terra tornou-se mais escassa. Pois, como ressaltou um entrevistado “antes tinha terra agora não tem mais, até tem campo ainda para aumentar as áreas só que os que têm as áreas são irredutíveis os que eram mais flexíveis já deram as áreas para plantar embora estejam pedindo de volta agora” (ENTREVISTADO 10).

O jogo de especulação em torno da terra é pauta frequentemente enfatizada pelos produtores e utilizam-se as palavras de um deles para ressaltar uma das formas como tem se dado essa especulação:

Um arrenda uma terra pega um campo limpo de 100 hectares e paga oito sacos de soja por ano fixo, ele faz a terra, faz um contrato por três anos, quando chega os três anos o dono da terra chega e diz é eu vou dar uma pensada, daí ele vai e procura outro pede dez e se o outro pagar dez ele te deixa sem terra, esse é que é o problema, é isso que está acontecendo, até sei de um camarada que tinha uma terra para arrendar, ele falava, por exemplo, comigo depois com outro, ele foi fazendo tipo um leilão, aquele que pagou mais que no fim pegou a terra, o cara está pegando dez sacos por hectare, livre de tudo, da mais que plantar, não tem despesa nunca (ENTREVISTADO 14).

Essa forma de especulação, esse leilão como denominam os produtores, fez com que produtores de soja de outros municípios, como se pode observar na Figura 28, migrassem para o distrito, na medida em que, souberam de uma possibilidade





Estes produtores que migram desses municípios para produzir soja em Santa Flora são considerados pelos sojicultores do distrito como exímios plantadores de soja. Eles, muitas vezes, arrendam uma propriedade inteira, onde diversos sojicultores do distrito acessam a terra fragmentando o espaço.

Contudo, uns, segundo os sojicultores, oferecem o que não vale para arrendar. Logo, com uma eventual intempérie durante a safra, acabam tendo perdas irreparáveis a ponto de terem de deixar de produzir no distrito. Embora seja exceções, segundo os produtores do distrito, há casos em que de um dia para o outro nem as suas máquinas amanhecem em Santa Flora.

Como um ou outro incorreu no erro de deixar de pagar o arrendamento e deixar o distrito da noite para o dia criou-se um receio em arrendar terra para esses sujeitos.

Contudo, somente o fato deste sujeito manifestar interesse em arrendar terra no distrito, já é o bastante para emergir outra forma de especulação, mais branda, mas, nem por isso, menos eficaz.

Eu já fiquei sabendo de vir gente de fora e oferecer para um ou para outro tanto e o proprietário dizer não, que quem planta ali é o fulano de tal. Pode acontecer do proprietário chegar no produtor que esta plantando e dizer que vieram oferecer a ele 15 sacos e pedir 11 para quem esta pagando 9 para deixa-lo produzindo. Essa jogada acontece. Mas geralmente a pessoa mantém aquele que esta plantando porque tem a certeza que irá continuar recebendo (ENTREVISTADO 15).

Cabe destacar que essa última forma de especulação não é somente produto daquele que migra para produzir soja em Santa Flora, mas, também dos produtores do distrito que passaram estabelecer disputas territoriais por cada fração do espaço que possa ser controlado. “Uma coisa é a procura do fazendeiro pelo que paga mais e outra é o que paga mais procurando terra e tirando do que pode menos vamos dizer assim” (ENTREVISTADO 15).

É importante compreender que essas disputas territoriais não são somente pelo que ela pode proporcionar diretamente, ou seja, não somente pelo fato de pegar mais terra e incorporar a produção. O controle sobre a área do outro pode significar o controle sobre o outro.

Meu primo mesmo lá onde que eu planto para ele me dar um pedaço de terra de 40 hectares ele teve que dar mais um pedaço para os outros senão

eles não queriam que entrasse outro, a terra é dele, mas ele tem contrato, disseram para ele se é para dar para outro nós pegamos, foi assim que consegui entrar, eles são de não deixar outro entrar, porque se o outro agricultor quebrar, como sabe trabalhar vai trabalhar para eles, é mais vantagem tu quebrar e ir trabalhar para eles, é bem melhor, do que tu plantar teu pedaço de terra e sobreviver, todos pensam assim, apesar de eles falarem que não (ENTREVISTADO 16)

Com essas disputas territoriais o sojicultor busca controlar todo e qualquer fragmento do espaço não importando se é em grande propriedade ou em outra área mesmo que seja pequena. Até porque, somente se um grande proprietário do distrito, seja ele fazendeiro ou não, parar de plantar ou resolver arrendar, é que surge a oportunidade para ter-se acesso a áreas com extensões de terras consideráveis como maiores para aumentar o espaço de produção.

Não tem mais, não existe mais, quem tem uma área grande já abriu e quem fez uma continha esta plantando. Muitos fazendeiros estão plantando. Não tem o que tu expandir, é esperar que um morra para plantar a área dele, é a única chance que tem ali. Tem alguma coisa para abrir, mas é muito pequena. Não tem o que aumentar. O que a gente precisa é trabalhar em cima do que nós temos (ENTREVISTADO 17).

No intuito de superar essas dificuldades diversos produtores têm expandido sua produção mediante a apropriação/controlar de espaços em outros distritos do município de Santa Maria e ainda em municípios vizinhos.

A partir da comunicação, com outros produtores de soja e proprietários de terras, os sojicultores do distrito passaram a ter conhecimento de áreas possíveis de serem controladas, seja pelo arrendamento ou por meio da compra. E, a partir disso, uns passaram a adotar a mobilidade como estratégia visando pagar menores valores pelo arrendamento e incorporar maiores áreas a produção. Outros adotam a mobilidade como forma de extirpar com o que os sujeita, tornando-se proprietários de terras em outros espaços.

Para tecer considerações sobre essas duas mobilidades dois casos de produtores do distrito são ilustrados. O primeiro é de um produtor do distrito que até a safra de 2013/2014 desenvolvia a sojicultura em 205 hectares em Santa Flora. Destas, cinco hectares eram próprias e outras 200 arrendadas.

Com a intensificação da especulação em torno da terra no distrito de Santa Flora, este produtor buscou incorporar novas áreas no distrito Sede do município de Santa Maria e no município de São Sepé.

Com isso, na safra de 2014/2015, este produtor passou a controlar a partir da mobilidade estabelecimentos no distrito de Santa Flora, no Distrito Sede do município de Santa Maria e na Localidade de Tupanci, em São Sepé. Com o controle de novas áreas no distrito Sede e na Localidade de Tupanci este produtor a partir do deslocamento, como se procura ressaltar na Figura 29, passou a produzir em uma área de 460 hectares.

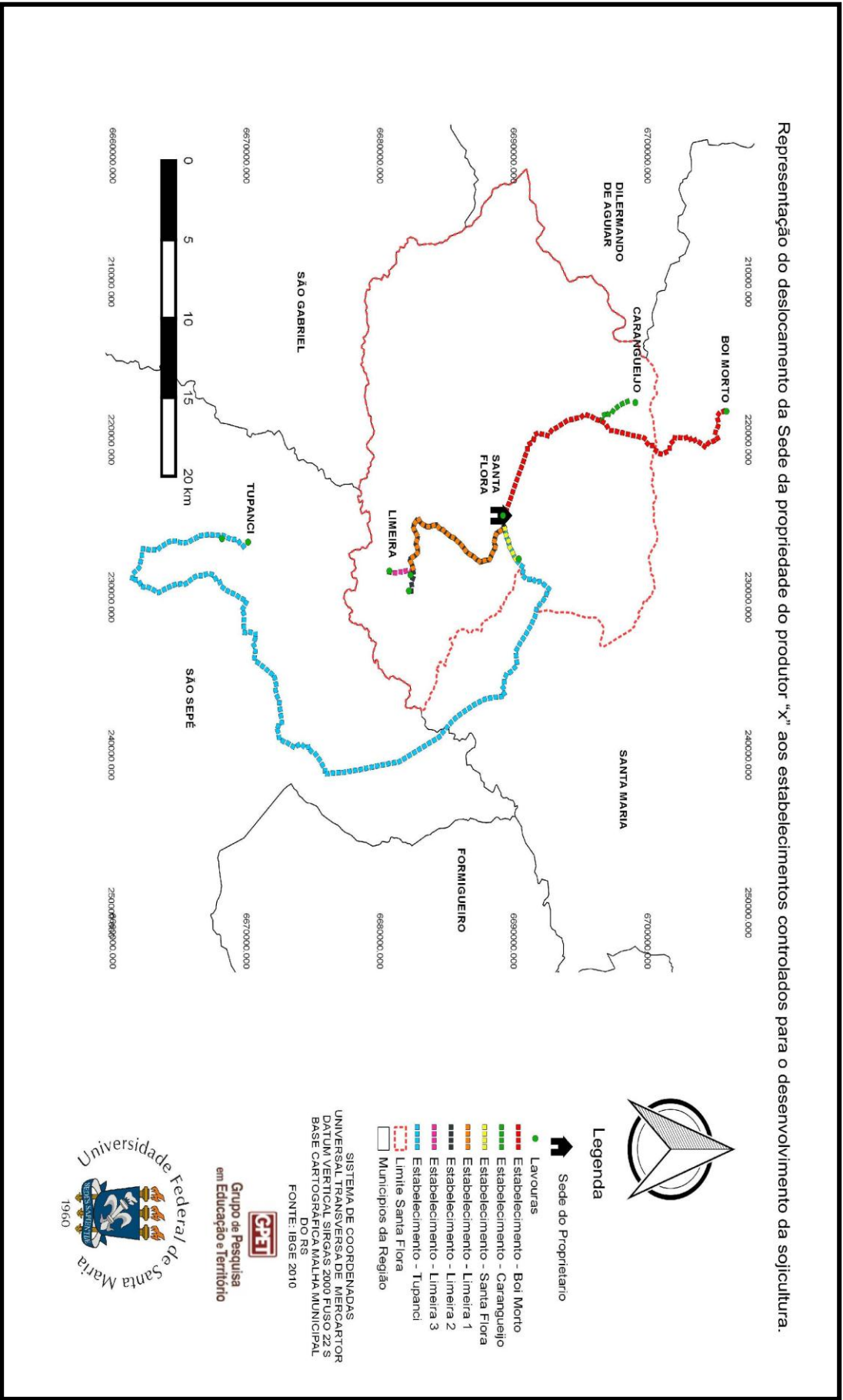
Como se pode verificar, este sojicultor controla nove diferentes estabelecimentos, um em sua propriedade e outros oito arrendados. Dentre os nove estabelecimentos, cinco estão localizados no distrito de Santa Flora e outros três fora do distrito. Um deles está localizado no distrito Sede do município de Santa Maria e os outros dois na Localidade de Tupanci, no município de São Sepé.

As respectivas áreas dos estabelecimentos e a distância destes estabelecimentos da propriedade do produtor podem ser identificadas com a visualização da tabela 5.

**Tabela 5:** Número de estabelecimentos, área dos estabelecimentos e distancias entre os estabelecimentos controlados pelo sojicultor.

Estabelecimentos controlados pelo produtor	Número de estabelecimentos	Área dos estabelecimentos em há	Distância da Sede
Boi Morto/D.S.	1	40	28
Localidade Caranguejo	1	40	13,5
Localidade Santa Flora	1	30	13,5
Sede do Produtor	1	5	-
Localidade Limeira	3	140	12
Localidade Tupanci/S.S	2	205	58

**Fonte:** Trabalho de campo, 2014.

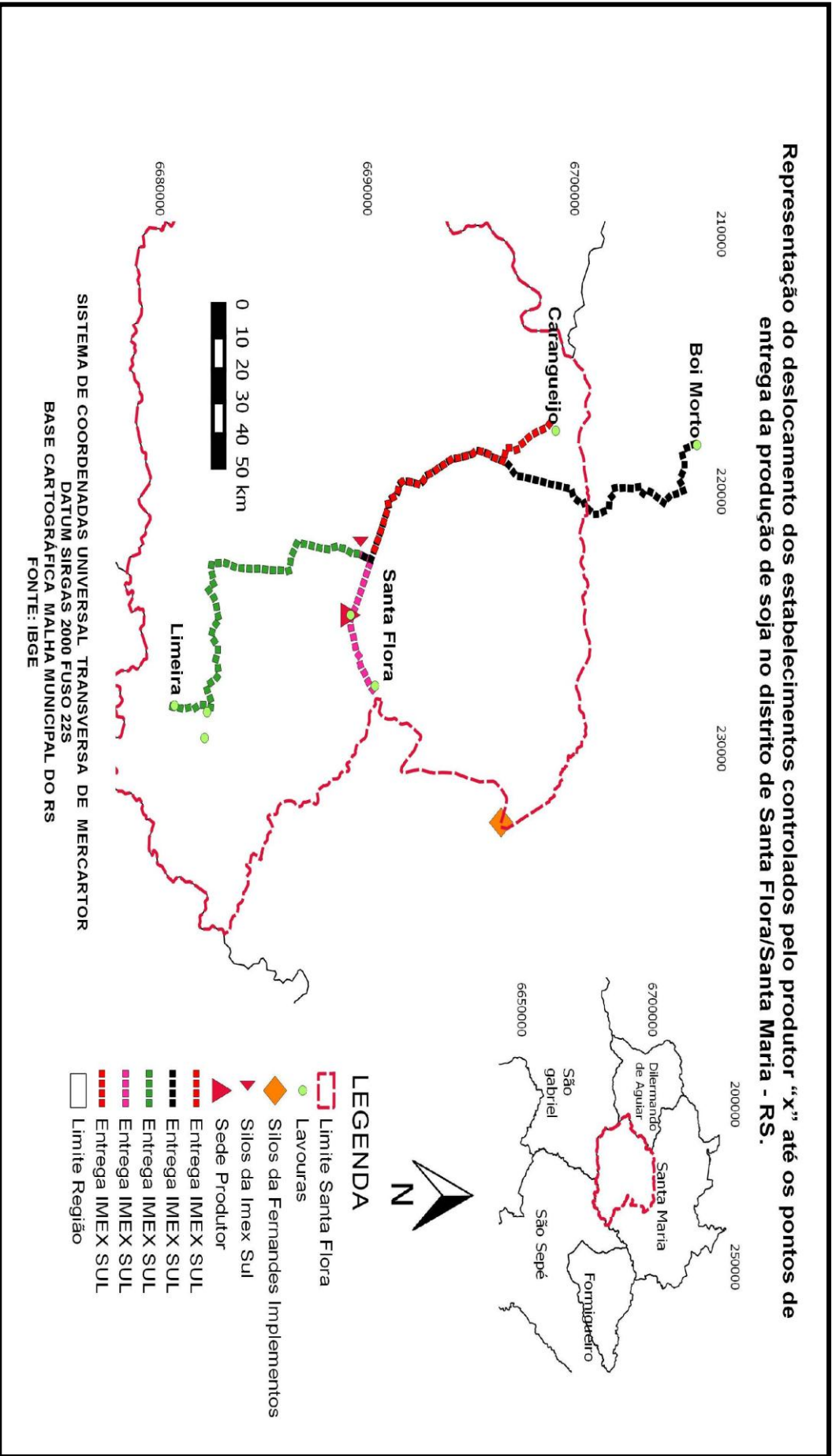


**Figura 31:** Representação do deslocamento da Sede do produtor "X" aos estabelecimentos controlados para o desenvolvimento da soja cultura.  
 Ora.: MENEZES, L. J. M.

Como os estabelecimentos ficam relativamente perto uns dos outros, isso permite ao produtor deslocar-se de um ponto a outro, às vezes, diariamente. Quando é necessário transportar as máquinas agrícolas faz uso de um caminhão e desloca-se também sem maiores problemas. Este caminhão, por sinal, pertence a um caminhoneiro que irá transportar a sua safra. Ele garante o frete ao caminhoneiro e este permite que ele fique utilizando o caminhão desde que assumas as despesas. Logo, conseguiu uma forma para deslocar-se até adquirir seu próprio meio de transporte para máquinas.

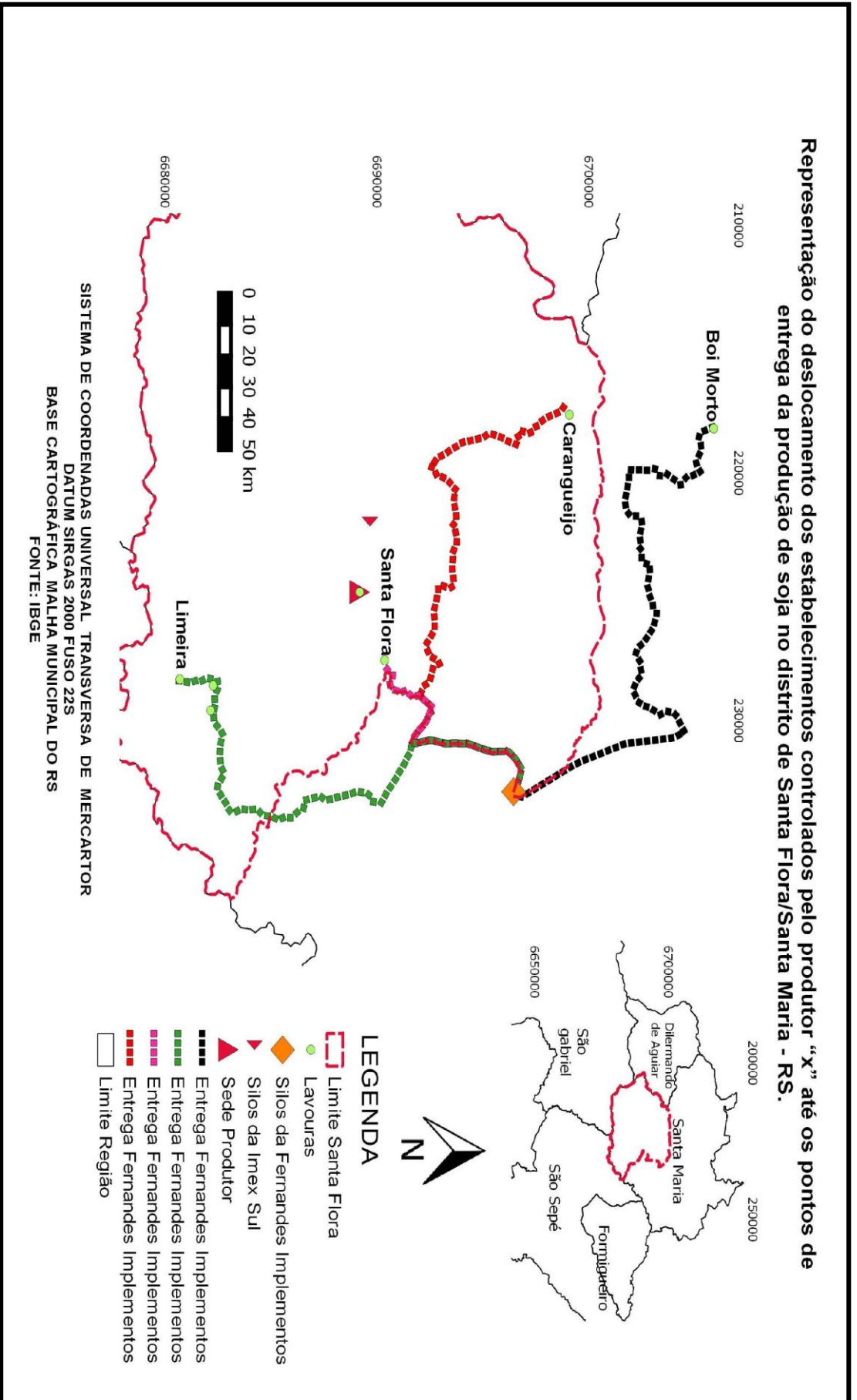
Segundo esse mesmo produtor, sua produção será entregue em três empresas diferentes: Imex Sul Implementos Agrícolas, Fernandes Implementos Agrícolas e Cia da Terra. Para Imex e Fernandes pretende direcionar a produção dos estabelecimentos mais próximos dessas empresas, já que o estabelecimento mais distante da primeira fica a apenas 23,3 km, referente à localidade Boi Morto no distrito Sede do município de Santa Maria, e da segunda 28,7 km, distância referente à Localidade do Caranguejo no distrito de Santa Flora. E, para a Cia da Terra pretende entregar tanto dos estabelecimentos da Localidade de Tupanci, assim como, dos demais estabelecimentos, uma vez que pretende incorporar mais áreas a sua produção em São Sepé e conseguir financiamento com a Cia da Terra. O estabelecimento mais distante do ponto de entrega em São Sepé é referente ao estabelecimento controlado pelo produtor na Localidade Boi Morto no distrito Sede do município de Santa Maria que fica a 67,9 km do ponto de entrega. A representação do deslocamento da produção dos diferentes estabelecimentos controlados por este produtor até os três pontos de entrega é demonstrada na figura 30, 31 e 32.

Essa mobilidade para o produtor que está se capitalizando não é somente estratégica porque é uma forma de o produtor incorporar mais áreas a sua produção a partir de um menor pagamento do número de sacas por hectares (deixando de pagar na média de 10 sacas em Santa Flora para pagar de média de 7 sacas em São Sepé). Ela é estratégica, sobretudo, porque, na medida em que, o produtor tem o contrato de arrendamento em mãos, pode ir ao banco ou as empresas e conseguir financiamento. E isso o permite produzir em dimensões espaciais cada vez maiores aproveitando o momento favorável ao desenvolvimento da sojicultura.



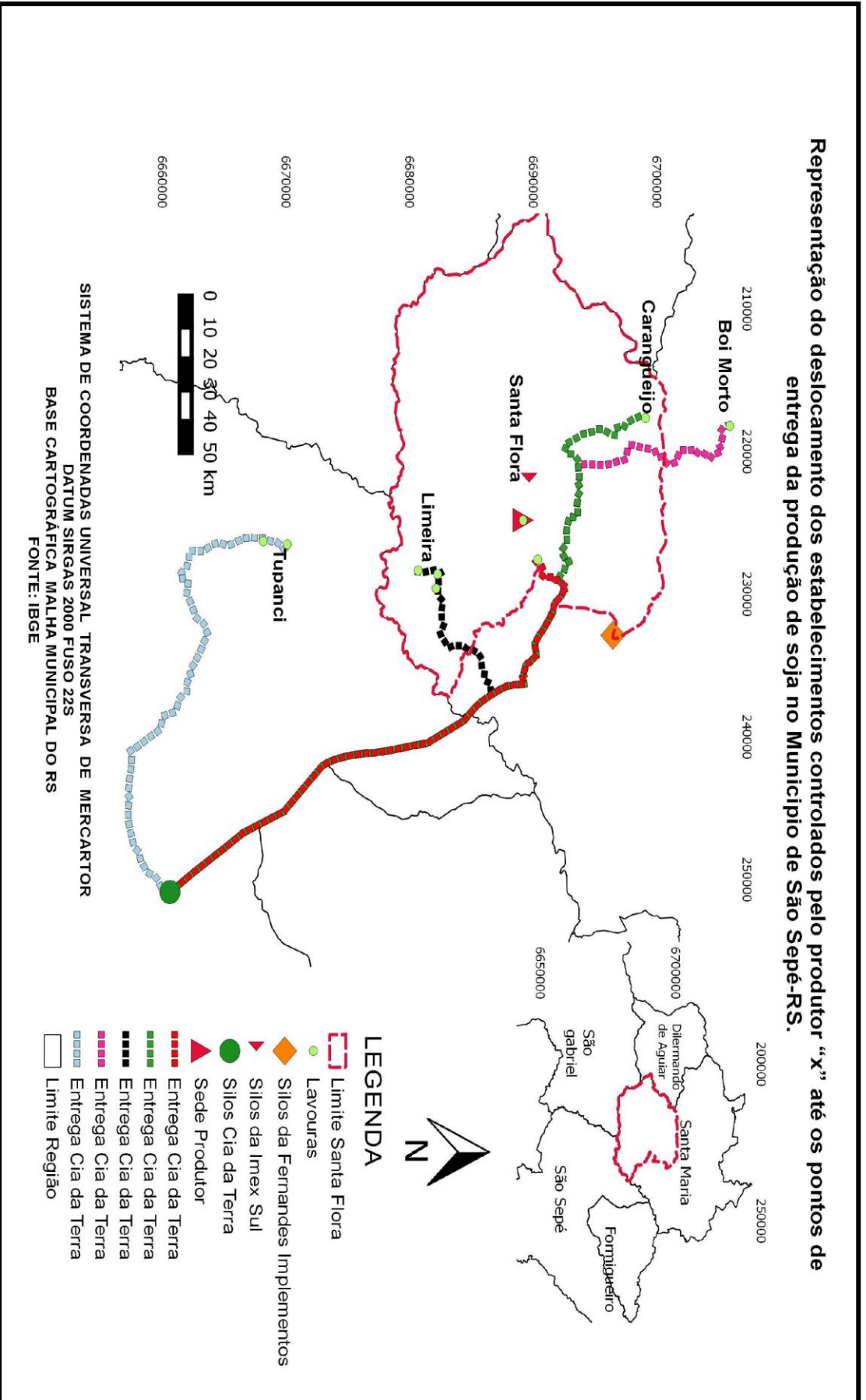
**Figura 32:** Representação do deslocamento dos estabelecimentos controlados pelo produtor "X" até os pontos de entrega da produção de soja no distrito de Santa Flora/Santa Maria - RS.  
 Org.: MENEZES, L. J. M.





**Figura 33:** Representação das distâncias das lavouras até os pontos de entrega da produção de soja no distrito de Santa Flora/Santa Maria - RS.  
 Org.: MENEZES, L. J. M.



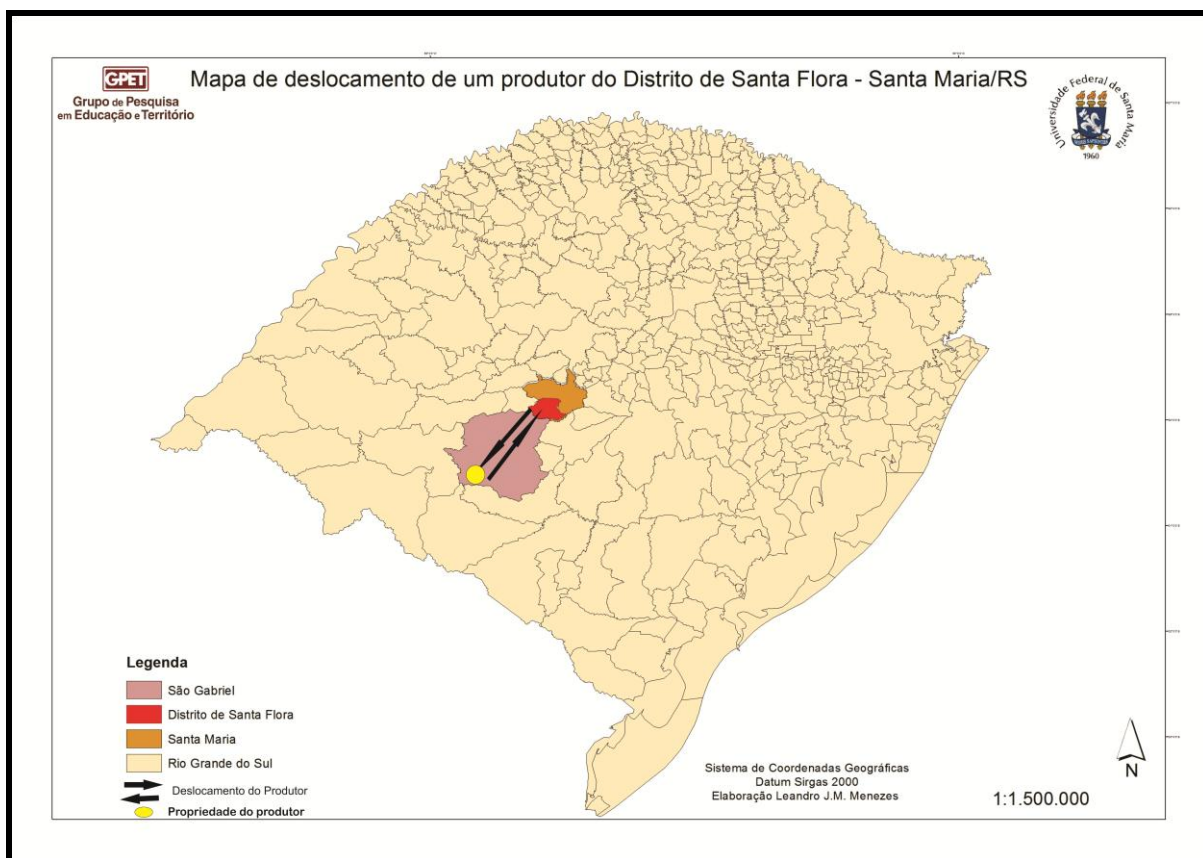


**Figura 34:** Representação do deslocamento dos estabelecimentos controlados pelo produtor "x" até os pontos de entrega da produção de soja no município de São Sepé -RS.  
 Org.: MENEZES, L. J. M.

Uma vez que, a atividade sojicultora tem um alto custo, aproveitar o momento favorável também pode significar defrontar-se com contradições, as quais este momento não elimina.

Se eu colher mal esse ano eu quebro. Se eu não colher trinta saco por hectare esse ano eu quebro. Se eu não colher trinta saco por hectare esse ano eu começo tudo de novo. Começa aquela lenga lenga de parcela dívida aqui e parcela dívida lá. Quer dizer, não sei se parcelam eu já consegui uma vez isso, mas agora eu não sei. Mas por enquanto esse ano acho que não vai acontecer isso. Teve um ano que deu 65 dias sem chuva e nos colhemos 38 sacas por hectare. A soja agora é outra é tudo resistente.

O segundo caso de mobilidade a que se faz considerações é de um produtor do distrito que, desde a safra de 2012/2013, produz, ao mesmo tempo, no distrito de Santa Flora e no município de São Gabriel. Este produtor desloca-se, como se procura evidenciar na figura 33, do distrito de Santa Flora ao município de São Gabriel para desenvolver a sojicultura em dois espaços-tempo distintos e distantes cerca de 200 km.



**Figura 35:** Deslocamento de um produtor do distrito de Santa Flora-Santa Maria/RS.

Org.: MENEZES, L. J. M.

Esse deslocamento tem por objetivo, como já mencionado, extirpar com o que tem sujeitado grande parte dos produtores no distrito de Santa Flora.

A qualquer momento termina o arrendamento entra outro ou tu tens que aumentar a proposta para ficar. É por isso que eu e meu filho resolvemos sair daqui e buscar uma terra nossa, nós pagar. Nós adquirir a área e pagar anual. Comprar a terra parcelada do que estar arrendando. Tem gente que não faz isso arrenda que daí ele não se descapitaliza, com a próprio produção ele paga o arrendamento. Mas, tu arrendando nunca é teu, passa dois anos ou três anos e tu tem que devolver a terra ou vem outro concorrente e tu tens que aumentar a porcentagem para ficar em cima e daí o dono vai leiloar em tese.

Com a perspectiva de não se defrontar com o problema da terra, este produtor tornou-se proprietário de 300 hectares de terra no município de São Gabriel. Como já era proprietário de 100 hectares no distrito de Santa Flora e arrendava outros 200 hectares com a incorporação dos 300 hectares comprados em São Gabriel passou a produzir em 600 hectares.

Em virtude da distância do deslocamento adquiriu todo o maquinário destinado a desenvolver a sojicultura em São Gabriel. “Nós nos deslocamos e montamos dois kits vamos dizer assim, um para Santa Flora e outro para São Gabriel. Uma plantadeira, dois trator, um pulverizador, uma colheitadeira e um graneleiro foram para São Gabriel”. E esse maquinário tem tamanha capacidade de desenvolver diferentes etapas do processo produtivo que apenas quatro pessoas (duas delas funcionários) conseguem desenvolver a sojicultura em 600 hectares de terra, mesmo, muitas vezes, perdendo tempo com o deslocamento.

Na safra de 2013/2014, esse produtor produziu cerca de 27.000 sacas de soja nas 600 hectares onde produz, conseguindo com isso uma média 45 sacas por hectare. E, para a safra 2014/2015, pretende alcançar a média de 50 sacas por hectare ao produzir 30.000 sacas de soja.

Para este produtor, que se desloca de Santa Flora a São Gabriel para produzir, isso algo a ser comemorado, pois muitos outros produtores não tiveram nas terras por ele compradas êxito no desenvolvimento da sojicultura.

Eu estou plantando uma terra em São Gabriel onde um monte de gente quebrou e ninguém mais quis essa área, mas foi aonde eu ganhei dinheiro para comprar terra, esta área de 300 hectares. No início falaram mal de mim, quando eu sai daqui falaram que eu iria quebrar, eu não tinha terra, eu antigamente era colono de 10 hectares de terras (ENTREVISTADO 19).

Essa mobilidade deste produtor de Santa Flora para São Gabriel esta acabando, tanto que outros sojicultores estão se deslocando, com uma visão de que neste município vizinho não é possível produzir soja em decorrência da frequente falta de chuva. Esse é um dos motivos que não faz com que muitos produtores do distrito não tenham se deslocado antes para este município. E, na medida em que, não se deslocam continuam a sujeitar ante os grandes proprietários de terras no distrito de Santa Flora.

No ano de 2014, três grandes proprietários que haviam começado a apostar na sojicultura deixaram de produzir e novamente propuseram-se a arrendar suas terras aos sojicultores do distrito. Para tanto, além do elevado valor pago pelo arrendamento, aquele que se predispôs a arrendar teve que adquirir, para adentrar nestas grandes propriedades, todo maquinário do proprietário que não teve mais interesse em desenvolver atividade.

Os valores pagos pelos produtores que passaram arrendar terra em duas dessas propriedades ficaram entre 10 e 14 sacas de soja por hectare. Numa terceira propriedade, parcelas de terras são arrendadas a partir de dois valores distintos: 13 e 25 sacas por hectare.

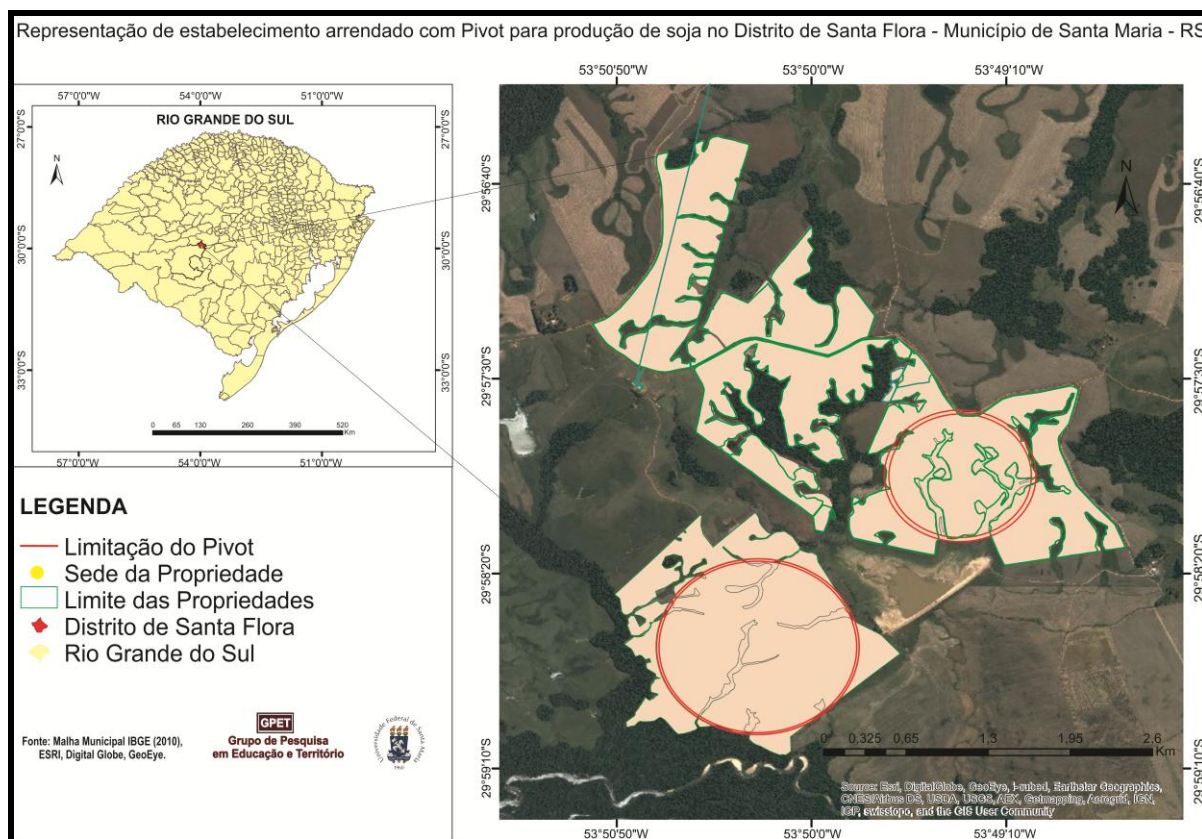
Essa última propriedade, tem valores de arrendamento tão discrepantes porque para produzir o grande proprietário introduziu em partes distintas de sua propriedade dois Pivot, buscando, a partir da irrigação, minimizar os riscos de perdas diante de uma eventual da falta de chuva. E, na medida em que, propôs-se a arrendar suas terras, passou a exigir um maior valor pelo arrendamento nas áreas abrangidas por este instrumento de irrigação.

Essa área destinada ao arrendamento, em destaque na figura 34, foi arrendada por dois sojicultores de uma mesma família, que visando controlar parte dessa grande propriedade adotaram como estratégia nela desenvolver a sojicultura em conjunto.

Essa área em destaque que passou a ser controlada por dois sojicultores possui 580 hectares e é um fragmento de uma área total de 1.100 hectares de uma grande propriedade do distrito.

Destes 580 hectares há 340 hectares abrangidos por dois Pivot e mais 240 por eles não abrangidos. Os 340 hectares abrangidos pelo Pivot foram arrendadas por 25 sacas de soja a hectare e as demais áreas, ou seja, os outros 240 hectares por 13 sacos a hectare. Além dessa diferença de valores, na relação que

estabeleceram proprietário e arrendatários, a outra particularidade: 420 hectares durante o ano inteiro e os demais 160 hectares durante somente os meses em que os produtores a ocuparão para produzir a soja.



**Figura 36:** Representação de estabelecimento arrendado com Pivot para a produção de soja no distrito de Santa Flora, Santa Maria/RS.

**Org.:** MENEZES, L. J. M.

Isso significa que além de receber mais de 11.620 sacas de soja pelo arrendamento, como é ressaltado em um cálculo na tabela 6, ainda o grande proprietário tem o direito de ocupar 160 hectares para desenvolver a pecuária e lucrar também com essa outra atividade nos meses de inverno. E é interessante notar que o mesmo não precisa vender o rebanho bovino durante os meses de verão quando a soja ocupa suas terras, haja vista que do número total de hectares da propriedade ainda restam 520 não arrendadas.

Cabe ressaltar ainda que na safra de 2013/2014 esse grande proprietário produziu nessa mesma área, nos 580 hectares, em média 40 sacas por hectare. Logo, sua produção total foi de 23.200 sacas de soja. Ou seja, ao final da safra de

2014/2015, aqueles que passaram a controlar esse fragmento dessa propriedade a ele entregam aproximadamente 50% do produziu na safra anterior.

**Tabela 6:** Número de hectares arrendadas e número de sacas de soja por área.

Área com e sem Pivot	Número de hectares	Número de sacas de soja por hectares	Número de sacas recebido por área
Área com Pivot	340 hectares	25	8.500
Area sem Pivot	240 hectares	15	3. 112
Total	580 hectares		11.620

**Fonte:** Trabalho de campo, 2014.

Os produtores que arrendaram a terra deste grande proprietário tem expectativa de produzir uma média de 55 sacas por hectare<sup>33</sup>, alcançando, nos 580 hectares arrendadas, uma produção total de 31.900 sacas de soja. Para produzir esse montante há um custo de aproximadamente 25 sacas por hectare, o que em 580 hectares da um total de 14.500 sacas. Logo, subtraídos do montante total produzido os 14.500 sacas de custos da produção e os 11.620 sacas destinadas ao arrendamento restam aos sojicultores 5.780 sacas de soja. Ou seja, para ter acesso a terra para produzir tem de entregar ao grande proprietário de terras 50,3% a mais do que se apropriam.

Esse exemplo de relação dissimétrica é considerado como extremamente arriscada por grande parte dos produtores que dela tomam conhecimento. Ela deve ser considerada como exceção em meio às múltiplas relações que diversos produtores estabelecem no sentido de ter acesso a terra para produzir. Ela deve ser considerada como a expressão máxima de relações que denotam, muito claramente, quem domina quem e quem influencia quem em determinado momento<sup>34</sup>.

<sup>33</sup> A entrevista que permitiu essa informação sobre a expectativa dos sojicultores obterem 55 sacas de soja por hectare foi realizada no dia 04/02/2015 com um dos sojicultores arrendatários. Assim, essa média pode ficar cima ou abaixo deste número tendo em vista que ainda não havia sido realizada a colheita. Mesmo que essa média (e note-se que ela é 15 sacas a mais do que o proprietário alcançou na safra anterior) possa ser maior isso não retira o fato de que o produtor do distrito está extremamente mercê do poder exercido pelo grande proprietário de terras.

<sup>34</sup> Segundo Souza (2006) a questão quem domina quem ou quem influencia quem no espaço é uma questão inseparável uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder.

É exatamente no sentido evitar relações com tamanha dissimetria que a mobilidade tornou-se uma poderosa estratégia na construção da territorialidade do sojicultor do distrito de Santa Flora. Uma estratégia que muitas vezes remete os sojicultores a estabelecer relações em outros espaços-tempo, onde as implicações dessas relações não sejam tão contrastantes com suas perspectivas em meio à construção de sua territorialidade.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pouco mais de quatro décadas, de 1970 a 2014, consolidaram-se, em diferentes momentos históricos, contextos de incentivo que se tornaram o amago para que uma multiplicidade de sujeitos construísse e continue construindo uma territorialidade em meio ao desenvolvimento da sojicultura.

Em um primeiro momento, o principal instrumento de fomento, o crédito rural subsidiado, direcionou-se aos produtores considerados como aqueles que poderiam contribuir com os objetivos traçados pelo Estado, principalmente no sentido de elevar as exportações primárias e agroindustriais. Os grandes e médios proprietários de terras, o produtor considerado como mais integrado às formas modernas de produzir, que se localizavam predominantemente nas regiões consideradas mais desenvolvidas do Sudeste e Sul do país foram os que se apropriaram das benesses desse que foi o principal instrumento de transformação da base técnica da agricultura e de fomento ao cultivo de culturas destinadas à exportação.

Com esta apropriação os sojicultores por ela beneficiados reestruturaram seus arranjos produtivos, modernizando-os e investindo em insumos modernos que se articulavam na produção. Logo, corroboraram para movimentar um setor a montante que se consolidava.

Com a produção da soja, os produtores também movimentaram o setor a jusante da agricultura, para o qual, o Estado, a partir de sua política econômica destinava subsídios fiscais e creditícios tendo, em partes, a perspectiva de elevar as exportações agroindustriais. Em virtude dessas exportações agroindustriais a soja passou de uma mera coadjuvante a uma das principais *commodities* a figurar na pauta das exportações brasileiras.

Com as alterações, durante a década de 1980, no âmbito nacional, como a crise fiscal do Estado e o influxo inflacionário e, no âmbito mundial, os reveses nas condições no mercado externo, o contexto favorável ao desenvolvimento da sojicultura dissolveu-se juntamente com diversos aparatos de intervenção do Estado.

E o que se percebe a partir disso, é a importância do desenvolvimento da sojicultura no contexto de acumulação de capital via complexos agroindustriais. E,



na medida em que essa acumulação é colocada em xeque, empresas de diferentes segmentos do complexo agroindustrial movimentaram-se no sentido de dar o mínimo de condições necessárias, através de novas formas de financiamento, ao desenvolvimento da sojicultura.

Logo, essas novas formas de financiamento passaram, em parte, a viabilizar o desenvolvimento desta atividade. Obviamente, que alguns mecanismos como a CPRs acabaram, devido aos custos com sua emissão, servindo mais a grandes produtores do que propriamente a maior parte dos sojicultores brasileiros.

A articulação dessas novas formas de financiamento, com a revitalização da política de crédito rural e de preços, o avanço das pesquisas agronômicas, o movimento de expansão da demanda no mercado de *commodities*, pautado em preços com forte ascensão, faz com que, no momento atual, de uma forma ou outra, os sojicultores brasileiros possam dinamizar a construção das suas territorialidades em meio à sojicultura.

Estes sojicultores ao dinamizarem a construção da sua territorialidade em meio a desenvolvimento da sojicultura, sobretudo por meio de relações produtivas, inserem-se em campos como o da produção, da circulação e do consumo. Ao estabelecer nesses campos relações com outros atores, muitas vezes, estes sojicultores acabam por modificar as relações que mantem com a natureza e as relações sociais em um determinado espaço tempo.

Os sojicultores de Santa Flora tendo plena consciência de que o momento é favorável ao desenvolvimento da sojicultura tem dinamizado o conjunto de relações que estabelecem com o espaço-tempo onde constroem sua territorialidade, seja com grandes proprietários de terras agropecuaristas, seja com inúmeras empresas associadas ao agronegócio, bancos e cooperativas, entre outros sujeitos territoriais.

O produto dessas relações mais estritamente econômicas é uma realidade completamente diversa da que este sujeito vivenciou desde o momento em que começou a construir sua territorialidade em meio à sojicultura. A preocupação que tinha enquanto colono com o desenvolvimento da policultura, base do sustento do núcleo familiar e fonte de geração de renda, no momento atual, inexistente, uma vez que sequer destina um espaço de sua propriedade ao desenvolvimento dessa atividade. Este sujeito que a poucos anos atrás não possuía os conhecimentos necessários para o desenvolvimento das etapas do processo produtivo do cultivo da soja atualmente considera-se um exímio produtor de soja.

O acesso à terra, que representava um entrave para que o sojicultor expandisse suas lavouras e ampliasse seu espaço de produção, durante a primeira década dos anos 2000, sob determinadas condições, passou a ser oportunizado, na medida em que, se intensificaram as relações com os grandes proprietários de terras.

Estabelecendo relações com os grandes proprietários de terras, o sojicultor conseguiu ampliar substancialmente sua área de produção, sobretudo as áreas de lavouras destinadas à soja, pois suas pequenas propriedades são insuficientes para suportar uma atividade que requer elevados custos de produção e grandes extensões para tornar-se rentável. Assim, esse sojicultor arrendatário configura-se como um contraponto em relação um traço característico dos demais sojicultores brasileiros, que são proprietários dos estabelecimentos onde produzem. Desse modo, o sojicultor de Santa Flora, antes pequeno proprietário, policultor, por meio do arrendamento, torna-se grande produtor de monocultura, um empreendedor do agronegócio.

As relações que estabelece com os bancos e cooperativas possibilitam mecanizar diferentes etapas do processo produtivo que permitem produzir em áreas arrendadas cada vez maiores. Também, a partir dessas relações consegue financiamento para adquirir insumos modernos que se articulam na produção, por meio dos quais busca obter o máximo de lucratividade. O intuito de lucrar é o objetivo maior nas relações que estabelece com a terra, seja a própria ou arrendada.

E é nesse sentido que estabelece relações com as empresas associadas ao agronegócio. Estabelecendo relações com as empresas também consegue financiamento que permitem o acesso a insumos modernos que articulam na produção, assim como, informações sobre as inovações tecnológicas e biotecnológicas consideradas como essenciais para aumentar a produção nas áreas onde desenvolve a sojicultura.

Nos últimos anos, na medida em que a construção da territorialidade do sojicultor passou a apresentar um dinamismo cada vez mais intenso, esse sujeito começou a deslocar-se pelo distrito de Santa Flora arrendando parcelas de terras nas grandes fazendas e, assim, incorporando novas áreas à produção da soja. Essa incorporação de novas áreas pode ser notada mesmo de um ano para outro, de uma safra para outra.

E essa incorporação de áreas não é maior devido à sujeição que começa a ocorrer, na medida em que os grandes proprietários agropecuaristas passaram a produzir soja e, sobretudo, passaram a estabelecer um jogo de especulação em torno da renda da terra no distrito.

A especulação em torno da renda da terra aumentou substancialmente os custos da produção e fez com que se instaurassem disputas territoriais em torno do que é considerado o bem maior, o fundamento maior no desenvolvimento da sojicultura no distrito.

A partir disso, os sojicultores competem entre si, buscando controlar o maior número de áreas ou o maior número de hectares dentro de uma mesma grande propriedade. Logo, como isso torna a terra cada vez mais escassa, principalmente em termos de grandes áreas, o jogo de especulação entorno da terra ganha força.

Cabe ressaltar dois aspectos importantes que fazem com que o sojicultor produza soja em áreas cada vez maiores. O primeiro que imperou no decorrer da primeira década deste novo milênio e no início da segunda década foi a mecanização das etapas do processo produtivo. O sojicultor adquirindo máquinas agrícolas com capacidade de desenvolver a sojicultura em áreas cada vez maiores, para não deixar ociosa essa capacidade acabou gradativamente aumentando os espaços onde produz. O segundo, dominante no momento atual, é a combinação do primeiro com a elevação dos valores pagos pelos arrendamentos. Ao sujeitar-se ao pagamento de valores cada vez mais elevados para arrendar a terra, diminui-se a margem de lucro. E, na medida em que isso ocorre, o produtor possuindo máquinas agrícolas com capacidade de produzir em maiores áreas, acaba incorporando novas áreas à sua produção, buscando aumentar sua margem de lucro.

No intuito de distanciar-se de uma realidade que os sujeita e ter a possibilidade de produzir em uma área maior, a mobilidade tornou-se uma estratégia importante. Deslocar-se para outros distritos do município de Santa Maria e mesmo para municípios vizinhos tornou-se uma estratégia para os que pretendem aumentar suas áreas e obter maior lucro.

De um modo geral, a busca constante pelo lucro cada vez maior tornou-se imprescindível, uma vez que se pôr desventura ocorrer perdas, seja devido a intempéries ou por algum outro motivo qualquer, o capital acumulado nos anos anteriores permite ao sojicultor dar continuidade às suas atividades, cujo investimento no custeio da produção é extremamente elevado. Isso tem feito com

que este sojicultor trate a atividade que desenvolve como um negócio, em que não basta somente ir para a lavoura e produzir. Isso para quem analisa a história deste sujeito na construção da sua territorialidade denota muito claramente que há uma transformação em curso, que permite que esse sujeito seja considerado um empreendedor do agronegócio, que desenvolve de uma forma extremamente dinâmica, em relação às práticas de outrora, a monocultura da soja.

## 5. REFERÊNCIAS

ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. Capacidade Instalada da Indústria de Óleos Vegetais. 2010. Disponível em: <[http://www.abiove.com.br/capacidade\\_br.html](http://www.abiove.com.br/capacidade_br.html)>. Acesso em: novembro. 2014.

ARAÚJO, P. F. C. **Legislação do crédito rural**. Edição Mimeografada. Piracicaba (SP). Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, ESALQ/USP, 1991.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BATALHA, M. O. (Org.) **Gestão Agroindustrial**. São Carlos: Ed. Atlas, 1997. Vol. 1, p.139-212.

BENETTI, M. D. **Boom exportador**: ruptura ou continuidade do padrão de comércio brasileiro? Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 75-88, jul. 2006.

\_\_\_\_\_. **Globalização e desnacionalização do agronegócio brasileiro no pós 1990**. Documentos FEE, n. 61. Porto Alegre: FEE, 2004.

BERTRAND, J. P. LAURENC, C. LECLERCQ, V. **O mundo da soja**. São Paulo: Editora Hucited,1981.

BOEMO, R. D. FARINATI, L. A. **A Instalação dos núcleos coloniais no distrito de Santa Flora (Santa Maria, 1920-1950)**. Monografia (Curso de Especialização em Historia da América Latina). Centro Universitário Franciscano. Santa Maria, 2002.

BONETTI, L. **De Santa a Pecadora: a Saga da Soja pelos campos do Rio Grande**. Cruz Alta, 1987.

BUAINAIN, A. M. GONZÁLEZ, M. G. FILHO, H. M. de S. VIEIRA, A. C. P. **Alternativas de financiamento agropecuário**: experiências no Brasil e na América Latina. Brasília: IICA; Unicamp, 2007.

BUNGE. Laudo de avaliação econômica. 2004. Disponível em: <[http://www.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ200403603/20040622\\_LAUDO\\_DE\\_AVALIACAO\\_ADICIONAL.pdf](http://www.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ200403603/20040622_LAUDO_DE_AVALIACAO_ADICIONAL.pdf)>. Acesso em: fev. 2013.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura – Trigo e Soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CASTRO, A. C. **A competitividade da indústria de óleos vegetais**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

\_\_\_\_\_. **Estudo da competitividade da indústria brasileira: o caso da indústria de óleos vegetais**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

\_\_\_\_\_. **Localização e identificação das empresas processadoras de soja, suas áreas de influência, preços e custos de transporte relacionados**. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 2002.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul – 1950-75**. Porto Alegre, FEE: 1984.

DEFANTE, M. MONTOYA, M. A. VELOSO, P. R. COSTA, T. V. M. **O papel do crédito agrícola brasileiro e sua distribuição por extratos de produtores**. Revista Teoria e Evidencia Econômica, Passo Fundo, v.7, N. 12, pag. 87-110, maio, 1999.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **O que é a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELGADO, G. C. **Agricultura e comercio exterior: rumos da regulação estatal e suas implicações para a segurança alimentar**. Rio de Janeiro : Rede Interamericana Agriculturas e Democracia, 1994.

\_\_\_\_\_. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1985.

\_\_\_\_\_. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento**. Desenvolvimento em debate, v.1, n.2, p.111-125, 2010.

ELIAS, D. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil**. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona: Vol. X, núm. 218 (03), 1 de agosto de 2006.

EMATER. **Situação fundiária e agropecuária do município de Santa Maria e algumas considerações comparativas entre distritos – ano de 1996**. Relatório elaborado pelo Engº. Agrônomo Paulo Ramon Pedrazzi. Escrito Municipal de Santa Maria, 1999.

FERNÁNDEZ, A. J. C. **Sociedade e economia do agronegócio**: estudo exploratório do estado de Mato Grosso. Relatório de Pesquisa. Cuiabá/MT, 2009.

FLEXOR, G. G. **A Globalização do Sistema Agroalimentar e seus desafios para o Brasil**. Economia Ensaios, v. 21, p. 63-96, 2006.

GALLO, S. **Deleuze e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GONÇALVES, J. S. MARTIN, N. B. RESENDE, J. V. VEGRO, C. L. R. **Novos títulos financeiros do agronegócio e o novo padrão do financiamento do setorial**. Informações econômicas, SP, V.35, N.7, Jul. 2005

GONÇALVES, R. **O Brasil e o comércio internacional**. São Paulo: Contexto, 2003.

GONZALES, B. C. R. **Os ambientes contratual e operacional da Cédula de Produto Rural (CPR) e interações com os Mercados Futuros e de Opções**. 1999; 169p. Dissertação (mestrado em Ciências, Área de Concentração: Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP, Piracicaba.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: 2009.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: editora civilização, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em novembro de 2014.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, G. C.; Gasques, J. G.; Villa Verde, C. M. (Orgs.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília, Ipea, 1990 (Série Ipea, 127).

LEFEBEVRE, H. Perspectivas da sociologia rural. In: Martins, J. S. (orgs). **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. de S. **A Militarização da Questão Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MATOS, P. F. de. PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: a construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia. IN: RAMIRES, J. C. L. PESSÔA, V. L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Ed. Assis, 2009.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização “em rede”. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Disponível <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em novembro de 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMERCIO EXTERIOR (MDIC). Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em novembro de 2014.

MULLER, G. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. Revista de Economia Política, v.2, n.6, p.47-77, 1982.

NETO, W. G. **Estado e Agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

PAULILLO, L. F. **Redes de poder e territórios produtivos**: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX. São Carlos: Editora Rima, 2000.

PEREIRA, L. V. **Análise espacial da evolução da cobertura e uso da terra no distrito de Santa Flora, Santa Maria, RS**. Dissertação (mestrado em Geomática). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2008.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: COSTA, B. P. PEREIRA, S. R. & SOUZA, E. B. C. (Orgs.) **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço-temporais. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

\_\_\_\_\_. Rêpedes pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, Gabriel et alli. **Reseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988.

RAMOS, S. Y. JUNIOR, G. B. M. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Embrapa Cerrados. Planaltina, 2010.



REZENDE, C. L.; ZYLBERSZTAJN, D. “**PACTA SUNT SERVANDA? O caso dos contratos de soja verde**”. Berkeley Program in Law & Economics. Latin American and Caribbean Law and Economics Association (ALACDE) Annual Papers. 2007.

RODRIGUES, W. et al. **Análise das estratégias de financiamento/comercialização dos produtores de soja da região de Santa Rosa do Tocantins**. In: XLVII Congresso da SOBER, 2009, Porto Alegre. Anais..., 2009.

RUCKERT, A. A. **Metamorfoses do território: A agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930-1990**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

SACK, R. D. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTA MARIA (MUNICÍPIO). **Lei municipal nº 940**, de 08 de junho de 1961.

\_\_\_\_\_. **Lei municipal nº 1037**, de 27 de julho de 1962.

SANTOS, I.F. **Distritos de Santa Maria**. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Secretaria de Educação. Santa Maria, 1984.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SEMA; UFSM (Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Santa Maria). **Inventário contínuo do Rio Grande do Sul**. Santa Maria, 2001.

SEMA (Secretaria do Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul). **Relatório anual de recursos hídricos no RS**. Disponível em <<http://www.sema.rs.gov.br>>. Acesso em 20 de nov. 2005.

SILVA, J. G. **Estrutura fundiária e Relações de produção no campo Brasileiro**. Anais do II Encontro Nacional da Abep, Volume 1 Águas de São Pedro, 1980.

\_\_\_\_\_. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SOJA, E. W. **The political organization of space**. Washington, D.C., Association of American Geographers, 1971.

SORJ, B. GOODMAN, D. WILKINSON, J. **Das lavouras às biotecnologias**. Editora Campus, 1990.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980.

SOUSA, E. L. L. PIMENTEL, F. I. **Study on cedula de produto rural (CPR): farm product bond in Brazil**. New York: World Bank, 2005. (Rural Finance Innovations).

SOUZA, J. F. D. de. **Integração vertical e financeirização: o caso da agroindústria processadora de grãos no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUZA, M. L. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C. & CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2006.

STRECK, E. V. et. al. **Solos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

TERRA, L. U. **A Cédula de Produto Rural (CPR) como alternativa de financiamento e hedging de preços para a cultura da soja**. Dissertação (mestrado em engenharia de produção e sistemas). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

VERDUM, R. Depressão periférica e planalto: potencial ecológico e utilização social da natureza. IN: VERDUM, R. BASSO, L. A. & SUERTEGUARAY, D. M. A. (Orgs). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WESZ JUNIOR, V. J. **Dinâmicas e estratégias das agroindústrias de soja no Brasil**. Rio de Janeiro : E-papers, 2011.

\_\_\_\_\_. **O mercado da soja no Brasil e na Argentina: semelhanças, diferenças e interconexões**. Revista de Ciências Sociais, v.4, no 1, p.114-161, jan./jun. 2014.

## **APÊNDICE A – Roteiro da entrevista realizada com os sojicultores do distrito de Santa Flora.**

### **1. Dados dos entrevistados**

- a) Nome do Produtor:
- b) Faixa etária: ( ) jovem ( ) adulto ( ) idoso
- c) Estado Civil: ( ) solteiro ( ) casado ( ) viúvo ( ) divorciado ( ) outro

### **2. Produtor e sua família:**

- a) Quantos são os membros da família
- b) Onde moram os membros da família
- c) Quantos membros da família estudam e onde estudam
- d) Quantos membros da família estudam e onde estudam

### **3. Quanto à propriedade:**

- a) Quando foi adquirida a propriedade em que se produz atualmente
- b) Quantas hectares possui os estabelecimentos
- a) Arrenda terra em outras propriedades

### **4. Quanto à produção da soja:**

- a) Quando iniciou a produzir soja
- b) Quantas hectares destina a produção da soja
- c) Qual é a produção total nos estabelecimentos
- d) Onde adquire os insumos e de que forma são adquiridos
- e) Para quem vende a produção da soja
- f) Cultiva outras culturas além da soja
- g) Tem criação de animais na propriedade

### **5. Quanto à infraestrutura:**

- a) Quantos tratores são usados na produção da soja
- b) Possui colheitadeira
- c) Possui plantadeira

d) Possui silos de armazenagem na propriedade

e) Possui caminhão

**6. Quanto à força de trabalho:**

a) Quantas pessoas trabalham na propriedade

b) Quantos membros da família trabalham na produção de soja

c) Possui empregados

d) Em que setores da produção

e) Quantos empregados são permanentes

f) Quantos empregados são temporários

**7. Perspectivas futuras:**

a) Está satisfeito com as atividades desenvolvidas até o momento atual

b) Quais os maiores problemas enfrentados

c) Pretende continuar e ampliar a atividade

## **APÊNDICE B – Roteiro da entrevista realizada com cinco antigos moradores do distrito de Santa Flora.**

### **1. Dados dos entrevistados**

a) Nome do Produtor:

b) Faixa etária: ( ) jovem ( ) adulto ( ) idoso

c) Estado Civil: ( ) solteiro ( ) casado ( ) viúvo ( ) divorciado ( ) outro

### **2. O distrito de Santa Flora:**

a) Quais as principais transformações no distrito

b) Sobre o êxodo rural no distrito

c) Quais as principais atividades agropecuárias

d) Sobre o desenvolvimento da sojicultura no distrito

## **APÊNDICE C – Roteiro da entrevista realizada com os sojicultores do distrito de Santa Flora.**

### **1. Dados dos entrevistados**

- a) Nome do proprietário de terras:
- b) Faixa etária: ( ) jovem ( ) adulto ( ) idoso
- c) Estado Civil: ( ) solteiro ( ) casado ( ) viúvo ( ) divorciado ( ) outro

### **2. O distrito de Santa Flora:**

- a) Quais as principais transformações no distrito
- d) Sobre o desenvolvimento da sojicultura no distrito
- b) Sobre o êxodo rural no distrito
- c) Quais as principais atividades agropecuárias

### **3. Sobre a Sojicultura**

- a) Quanto tempo desenvolveu a sojicultura
- b) Porque apostar na sojicultura
- c) Porque desistiu de desenvolver a atividade
- d) Área em que produzia e quantidade produzida por hectare
- e) O porquê de voltar a arrendar parcelas da propriedade
- f) O valor do arrendamento e o tempo de contrato